

RELATÓRIO

de Gestão



BIÊNIO
**2019
2021**



**Transformação digital
e dedicação funcional
mantiveram os serviços de justiça
em tempos de pandemia**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO

de Gestão

BIÊNIO
2019
2021

BELÉM

APRESENTAÇÃO

Como um dos últimos atos que incumbem ao gestor público, em homenagem ao preceito constitucional da transparência, cabe-me “prestar contas” das ações de gestão que conduzi neste biênio que se encerra no próximo dia trinta e um de janeiro e o faço por meio de relatório.

Logo após minha eleição para a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na fase de planejamento da Gestão para o biênio 2019-2021, foram identificados cenários internos e externos que orientaram a priorização das ações que compuseram o Plano.

O Plano elaborado, evidentemente, possui características de flexibilidade como, aliás, todo planejamento deve ter, de modo a comportar ajustes ao longo de sua execução, todavia, por mais detalhes que pudéssemos colher no rol das ameaças à execução do Plano de Trabalho traçado, nem de longe imaginávamos que, aos desafios naturais da prestação jurisdicional em um estado continental e com tantas dificuldades geográficas e climáticas, uma situação tão desafiadora se apresentaria.

Por isso, é imperioso que a análise de qualquer gestão que cruzou o ano de 2020, faça referência ao advento da crise sanitária provocada pela COVID-19, que ainda nos assombra.

Esse fato tão inédito quanto perigoso, nos desafiou a levar a efeito as atividades institucionais do Poder Judiciário, cumprindo as metas definidas, com o menor risco possível à integridade de nossa saúde, das nossas vidas, enfim.

Ao abordarmos o tema da pandemia, o fazemos não para repercutir um assunto que ocupa a pauta de notícias dos meios de comunicação, inclusive as redes sociais em todo o mundo, mas por termos experimentado esse cenário calamitoso da forma mais difícil possível, qual seja, tendo sido contaminados pelo novo Coronavírus, não apenas eu, mas boa parte da minha equipe direta de assessoramento, assim como vários dentre nós, Magistrados, servidores e nossos familiares.

Por essa razão, é justo, de antemão, deixar assentado em nome do Poder Judiciário Paraense, o sentimento de solidariedade e as justas homenagens à memória dos Magistrados e Servidores que se foram em decorrência dessa terrível doença.

Todavia, não cabe neste relatório, discorrer sobre justificativas ou escusas amparadas nas dificuldades resultantes da pandemia. Ao contrário, cabe noticiar as ações de maior relevo concluídas neste biênio, bem como a referência àquelas que ganharam destaque por, justamente, permitir o enfrentamento da crise



RICARDO LIMA

sanitária com eficiência e segurança, bem como as ações iniciadas, mas ainda não concluídas.

Dito isto, anoto que no relatório de gestão serão encontrados os registros de ações que se identificam com a marca que buscamos deixar como contribuição ao Poder Judiciário, qual seja, priorização de instrumentos eficientes de Gestão, com forte atenção ao modelo colaborativo de trabalho e o impulsionamento da tecnologia como meios de superação e inovação.

Uma dessas marcas foi a conquista, pelo segundo ano consecutivo, do primeiro lugar em transparência entre os tribunais estaduais, de acordo com o ranking do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No ranking geral, o TJPA conquistou a terceira posição, com 97,77% de atendimento dos itens avaliados. Dois tribunais eleitorais (os de Sergipe e Bahia, respectivamente) ficaram em primeiro e segundo lugares.

Talvez uma análise apressada ou parcial dos números de estatística processual possa conduzir ao entendimento de que as ações levadas a efeito não tenham sido eficientes, haja vista nossa histórica baixa performance de produtividade, revelada nos números de baixa processual, mas chamo a atenção para o fato de que antes de pavimentar uma via, é preciso prepará-la e, com perdão da metáfora,

assevero que várias das medidas que consumiram nossos esforços serão, no futuro, refletidas na estabilidade dos resultados que haverão de posicionar o Judiciário paraense em patamar condizente com sua estatura institucional.

Nesse sentido, merecem ser apontadas como símbolos de ações que têm índole estratégica e estruturante, por exemplo, a criação do Indicador de Eficiência Judiciária – IEJud e, em paralelo, o novo Painel de Gestão judiciária, por meio do qual as unidades judiciárias podem agora aferir, objetivamente, a performance de suas atividades, estabelecer metas e gerenciar o resultado.

Para que a correta leitura dos dados apresentados no mencionado Painel de Gestão judiciária e o bom uso, convertido em informações, possam resultar em planos de ações de melhorias, promovemos cursos de Gestão de Unidades Judiciárias e de Justiça em Números, que envolveram mais de 950 quadros do Judiciário, entre servidores e magistrados, no interior e na capital.

Na mesma toada merece ser destacada a relevante criação do NUMOPED - Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas – voltado à gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes, responsável por identificar, analisar, monitorar e normatizar critérios de

identificação dos grandes litigantes e das demandas repetitivas.

Foi a partir da criação desse Núcleo, que pudemos finalmente identificar, com base em critérios objetivos, quem são os grandes litigantes do Poder Judiciário paraense; implementar as comunicações dos grandes litigantes por meio eletrônico e a identificação de demandas repetitivas por meio de solução de inteligência artificial.

Seguindo nessa senda do aprimoramento da gestão, perseguindo ganhos de eficiência, descentralizamos a logística de insumos, com a criação dos Centros Administrativos das Regiões Oeste e Sudeste do Pará, que resultou não apenas na redução e otimização dos custos de transporte, mas, principalmente, proporcionou a redução do tempo de entrega de materiais, para as regiões mais afastadas da Capital.

Para além das evidentes vantagens que esse modelo descentralizado de logística representa, cabe mencionar em números, os benefícios que daí se colhem:

Para ter a dimensão dos ganhos expressos em números, o gasto médio das despesas de logística para a região Oeste, girava em torno de R\$ 290.000,00, com prazo médio de entrega de 15 dias e com a implantação do Centro Administrativo Regional, esse custo baixou para R\$ 72.000,00, com prazo médio de entrega de 4 dias, representando redução de aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) nos custos e nos prazos.

Para o Centro Regional do Sudeste, os gastos atuais médios, são da ordem de R\$ 380.000,00, com prazo médio de entrega de 10 dias e com a implantação do Centro Administrativo Regional, o custo projetado é de R\$ 142.000,00, com prazo médio de entrega de 4 dias, representando redução de mais de 60% (sessenta por cento) nos custos e nos prazos.

Destaco, ainda, como exemplo de instru-

mento colaborativo de gestão, a ampliação do número de Secretarias unificadas, dentre nós nominadas de UPJ – Unidade de Processamento Judicial - que no início desta gestão haviam sido implantadas em dois núcleos, quais sejam, no primeiro grau, a UPJ das Varas de Fazenda da Capital e no segundo grau a UPJ das Turmas de Direito Público e Privado e agora, deixamos instaladas e em funcionamento, a UPJ das Turmas de Direito Penal; a UPJ das 7 Varas de Família da Capital, estas com acervo 100 por cento eletrônicos; a UPJ das Turmas Recursais; a UPJ dos Juizados Especiais Criminais da Capital; duas UPJ em Parauapebas, redundando em 6 UPJ que se associam às 2 que já estavam em funcionamento.

Anoto que no curso deste período de gestão, já havíamos iniciado a fase experimental do regime de teletrabalho, que se mostrou ser uma alternativa eficiente e muito adequada por ocasião do advento da pandemia que nos forçou a todos ao trabalho remoto.

Desse modo, vencida a fase experimental, regulamentamos e implantamos oficialmente o regime de teletrabalho aplicável a todas as unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário do Estado, inclusive com o desenvolvimento de Painel gerencial específico.

Cabe, ainda, mencionar, como ação estratégica na linha de aprimoramento gerencial, a regulamentação e execução de plano de trabalho para tratamento dos bens apreendidos que já mereceu a atuação conjugada das Secretarias do Tribunal com a unidade judiciária interessada, em 7 Comarcas;

Ademais, devo pontuar uma relevante ação de iniciativa da Presidência, mas submetida à apreciação e decisão colegiada. Trata-se da Unificação das Corregedorias da Região Metropolitana e do Interior, para que a partir do próximo dia primeiro tenhamos a Corregedoria-Geral de Justiça, o que permitirá ganho de

escala de pessoal e alinhamento de processos de trabalho, a exemplo do que já ocorre em 26 dos 27 Tribunais de Justiça do país.

Tendo em vista a necessidade de adequação da estrutura organo-funcional deste Órgão que há muito reclama melhor distribuição de sua força de trabalho, além do desafio de ajustar-se aos comandos da Resolução 219 do CNJ, contratamos os serviços especializados da Fundação Getúlio Vargas, com o propósito de estudar a situação estrutural e de pessoal de todas as nossas unidades. O Projeto foi concluído, tendo sido entregue proposta com modelo idealizado de estrutura, pendente de aprovação para a necessária apreciação legislativa e ulteriores que materializem o projeto apresentado, com eventuais ajustes que se mostrarem adequados.

No que diz respeito à infraestrutura predial, destaco que levamos a efeito a recuperação estrutural do edifício localizado na Almirante Tamandaré, na Capital, onde instalamos as Varas dos Juizados Especiais Criminais e as Turmas recursais, já funcionando no modelo de Secretarias unificadas – as UPJ.

A Ouvidoria Agrária ganhou uma nova sede, mais ampla e mais aparelhada para o seu papel de mediar conflitos no campo e avançar essa atribuição também para as áreas urbanas, como Ouvidoria Fundiária.

No que diz respeito às ações de defesa de vulneráveis, foi possível expandir para o interior as ações do projeto Patrulha Maria da Penha, em defesa de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Também obtivemos o reconhecimento do trabalho de combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, aos cuidados pelo projeto “Minha Escola, Meu Refúgio”, distinguido com o 2º lugar no Prêmio Inovare, na categoria “Tribunal”.

No que tange à aplicação avançada de recursos de tecnologia da informação às ativida-

des de gestão e finalísticas, merecem destaque as medidas desburocratizantes e desenvolvimento de aplicação tecnológica ao processo de progressão da carreira dos Magistrados, viabilizadas por meio da concepção e implantação do Sistema PROMAG.

Talvez o feito de maior relevância desta gestão e que mereceu atenção especial e grandes esforços de alocação de recursos, foi a expansão do Processo Judicial Eletrônico.

Sobre o tema, em dezembro de 2019 já havíamos implantado o PJE em todas as Varas de competência Cível e agora, em janeiro de 2021, com a implantação do PJE nas Varas Criminais da Capital, temos 100 por cento dos casos novos em meio eletrônico.

A importância da aceleração da implantação do PJE em todas as unidades, pode ser melhor mensurada a partir da análise do breve recorte de produtividade, que fizemos, especificamente de sentenças, colhido no período de maior restrição da pandemia – março a julho de 2020 – em comparação com o mesmo período de 2019.

Nessa quadra, segundo dados fornecidos pelo Departamento de Estatística do Tribunal, o número de sentenças proferidas em processos eletrônicos no ano de 2020 (61.837) é 31 % superior ao produzido no mesmo período em 2019 (47.171).

Quando a observação tem como referência as sentenças proferidas em processos físicos nos mesmos períodos de observação, o cenário é bem diferente: aqui o número de sentenças em 2020 (14.739) é 81 % inferior ao observado em 2019 (75.977).

Se observarmos o detalhamento dos números no segundo grau, temos que no ano de 2020, período de restrições decorrentes da pandemia, tivemos 6.998 julgamentos, sendo 3.519, de competência Cível e 3.479 de competência Criminal; já em 2019, o total de julgados

no período observado é de 7.897, sendo 5.243, no Cível e 2.654, nas Turmas e Seção Criminal, o que revela um maior número de julgados de feitos criminais em 2020, especialmente, pelo uso do Plenário Virtual.

A observação desses números não deixa dúvidas que o acervo de processos eletrônicos e as ferramentas eletrônicas de realização de sessões permitiu a continuidade da prestação jurisdicional, inclusive com nível de produtividade maior, mesmo num cenário de crise sanitária.

Fixada a inegável necessidade de maior agregação de meios tecnológicos às nossas atividades, migramos todos os processos que tramitavam no sistema PROJUDI para que passássemos a operar com apenas dois sistemas de gestão e movimentação processual: o LIBRA e o PJE.

Avançamos nessa linha de trabalho e virtualizamos 100 % (cem por cento) dos processos de execução penal do estado, de maneira que, atualmente, não temos processos de execução penal em meio físico, estando todos concentrados no SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO – SEEU.

Como etapa de evolução dessas ações, reformulamos o Programa Estadual de Digitalização e Virtualização, implantando cinco Centrais de Digitalização, inclusive em Comarcas do Interior, com o objetivo de acelerar a transformação digital do Judiciário paraense.

Como resultado, até a presente data, já registramos 40 Unidades judiciárias de primeiro grau e 19 unidades do segundo grau 100 por cento digitalizadas.

Esse novo cenário de aceleração digital requer recursos de informática e de comunicação compatíveis com os processos de trabalho, por isso, buscamos e conseguimos substituir circuitos satélites, por circuitos terrestres de melhor performance e maior disponibilidade.

Para melhor compreensão do tamanho da evolução dessa ação, no início de 2019, 75 % das

Comarcas eram interligadas por satélite e, agora, estamos deixando apenas 14 % das Comarcas dependentes da comunicação via satélite.

Adicionalmente, no bojo do contrato celebrado com a PRODEPA, estamos implementando aumento de velocidade de acesso à internet em todas as regiões do Estado, já tendo até o presente momento realizado essa melhoria em 25 Comarcas, estando em fase de execução outras 60 Comarcas que terão garantido velocidade de comunicação de até 100 Megabits por segundo.

Essas medidas refletem-se em melhoria dos meios de comunicação e são, certamente, perceptíveis pelos usuários, mormente no interior, cujas necessidades e dificuldades requerem a oferta de melhores condições de aparatos tecnológicos e de comunicações.

Para dar sustentação a toda a nossa estrutura de processamento e armazenamento, modernizamos o DATACENTER, adquirindo e instalando servidores e equipamentos de alta velocidade e alta capacidade de armazenamento de dados.

Ademais, recentemente adquirimos notebooks que possibilitará a substituição dos computadores de todos os Magistrados.

Em que pese nossos esforços, o fato é que nem todas as ações definidas em nosso Plano de Gestão foram concluídas e dentre as 71 ações listadas em nosso Plano, 89% delas foram completamente executadas, restando 8 ações iniciadas e, ainda, em andamento, bem como outras que, embora não integrem o Plano de Gestão, são ações que possuem perfil estratégico e já se encontram em curso.

Dentre essas ações destaco:
- Construção do Anexo II do Edifício-sede que abrigará a Corregedoria-Geral de Justiça, com 70,9 % concluída, com mobiliário e equipamentos de áudio e vídeo já adquiridos e entregues, estando em fase de instalação;
O mencionado prédio em construção, com

2.200 metros quadrados, quando concluído, terá auditório reversível, com capacidade para 600 pessoas.

- Celebração de Convênio com o Poder Executivo, cujo objeto é o repasse de orçamento com a finalidade de construção dos Fóruns para as Comarcas de Salinópolis, com capacidade para instalação de 4 Varas; Xinguara com capacidade para instalação de 4 Varas e São Félix do Xingu, com capacidade para instalação de 2 Varas;

- Instalação de duas UPJ em Santarém;
- Instalação de três UPJ das Varas Cíveis e Empresariais da Capital;

- Contratação de serviço de pintura externa e interna do Prédio Anexo I do Edifício-sede;

Além dessas ações, encaminhamos para apreciação na Comissão de Organização Judiciária, as seguintes propostas de Resoluções, para apreciação e votação oportunas:

- Implantação do Projeto de videoaudiência criminal;
- Criação de Vara de Organizações criminosas;
- Segunda Vara de Execução penal da capital;
- Transformação de 8 cargos de juiz de direito

em Juiz auxiliar de terceira entrância;

- Regulamentação do pagamento de remuneração por acumulação de jurisdição e assunção de acervo;

- Criação da gratificação para Unidades Judiciárias de difícil provimento;

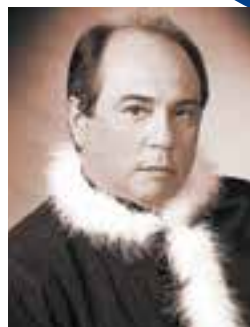
Estas são, em resumo, as ações colhidas do Plano de gestão, que entendo merecerem destaque para simbolizar nossa contribuição neste biênio que nos coube, honrosamente, dirigir o Poder Judiciário do Pará.

Agradeço a generosa atenção e rogo que a leitura do Relatório de Gestão 2019-2021 seja capaz de revelar a dimensão do quanto conseguimos avançar nas aspectos de tecnologia e instrumentos de gestão. Nele está evidenciado que, não obstante os reveses causados pelas crises econômica e sanitária, foi possível assegurar aos cidadãos paraenses a retaguarda judicial necessária à garantia de direitos e de cidadania, que é função precípua do Poder Judiciário. Sou grato a todos quantos contribuíram e propiciaram que assim fosse.

Muito obrigado !

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

DESEMBARGADORES



Des. Leonardo de Noronha Tavares
PRESIDENTE
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Des.ª Célia Regina de Lima Pinheiro
VICE-PRESIDENTE
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Des.ª Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
CORREGEDOR DA REGIÃO
METROPOLITANA



Des.ª Diracy Nunes Alves
CORREGEDORA DO
INTERIOR



Des. Milton Augusto de Brito Nobre



Des.ª Gleide Pereira de Moura



Des. José Maria Teixeira do Rosário



Des.ª Maria do Céu Maciel Coutinho



Des.ª Maria Edwiges Miranda Lobato



Des. Roberto Gonçalves de Moura



Des. Rômulo José Ferreira Nunes



Des.ª Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Des.ª Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha



Des. Raimundo Holanda Reis



Des.ª Vânia Lúcia Carvalho da Silveira



Des.ª Maria Filomena de Almeida Buarque



Des.ª Edinéa Oliveira Tavares



Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto



Des. Mairton Marques Carneiro



Des.ª Ezilda Pastana Mutran



Des. Constantino Augusto Guerreiro



Des.ª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos



Des. Ricardo Ferreira Nunes



Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior



Des. Ronaldo Marques Valle



Des.ª Maria Elvina Gemaque Taveira



Des.ª Rosileide Maria da Costa Cunha



Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior



Des.ª Rosi Maria Gomes de Farias



Des.ª Eva do Amaral Coelho

ÍNDICE

Planejamento & Gestão

INTEGRAÇÃO

Encontros promovem a gestão participativa no Judiciário do Pará..... **18**

JULGAMENTOS

TJPA cumpre a meta de produtividade em 2020, apesar da crise..... **28**

MISSÃO

Presidência atua para garantir o cumprimento dos macrodesafios..... **36**

PAINEL DE GESTÃO

Central de Negócios alinha base de dados aos parâmetros do CNJ..... **44**

INDICADORES

Correções integradas ajudam a melhorar o clima organizacional **46**

CURSOS

Gestão e Justiça em Números foram o foco das capacitações **50**

ESCOLA JUDICIAL

Curso de gestão em unidade judiciária é pioneiro na área de pós-graduação..... **52**

DEMANDAS REPETITIVAS

Núcleo identifica os trinta maiores litigantes do Pará..... **56**

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Missão foi reduzir o congestionamento de processos no 2º grau **58**

ARRECADAÇÃO

Judiciário reduz despesas e usa tecnologia para enfrentar a crise **62**

GOVERNANÇA

Judiciário melhora a logística de insumos no sul e oeste do Estado **66**

MONITORAMENTO

GMF fiscaliza a aplicação das leis e normas no sistema prisional do Pará **72**

PROMAG

Novo sistema de movimentação da carreira foi construído coletivamente **75**

Serviço Jurisdicional

CONFLITOS

Casa de Justiça e Cidadania firma parcerias em prol da cultura da paz..... **78**

DEMANDAS SOCIAIS

Juizados especiais levam a Justiça aonde o povo está..... **82**

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Judiciário abre quatro novos Cejuscs na capital e no interior **90**

CONSENSO

Justiça restaurativa busca a paz a partir dos valores compartilhados **94**

CONFLITOS AGRÁRIOS

Ouvidoria Agrária inaugura a sua nova sede em Belém **98**

Boas Práticas

INFÂNCIA

Projeto ajuda escolas do Marajó a enfrentar abuso sexual em crianças..... **102**

Infraestrutura

EXPANSÃO

Viseu e Vitória do Xingu inauguram seus Fóruns **108**

Tecnologia

INFORMÁTICA

Tecnologia da informação ajuda a enfrentar a pandemia **120**

Institucional

RECURSOS HUMANOS

Tribunal conta com 343 magistrados e mais de 5 mil servidores..... **128**

AUXÍLIO

Vice-Presidência atua em três campos estratégicos da gestão **134**

MULHER

Covid amplia parcerias para combater violência doméstica..... **136**

IGUALDADE DE GÊNEROS

Judiciário paraense estimula a participação feminina **142**

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CEIJ fortalece políticas públicas para crianças e adolescentes **144**

SUSTENTABILIDADE

Descarte consciente orienta a política socioambiental do TJPA..... **152**

VANGUARDA

TJPA está no Comitê do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário **154**

ACOMPANHAMENTO

Divisão avalia processos e gestão de riscos no TJPA..... **156**

COMEÇAR DE NOVO

Digitalização garante reinserção a 77 egressos do sistema penal **158**

PREVENÇÃO

Segurança assegura livre acesso à Justiça..... **160**

INCLUSÃO

Judiciário trabalha para garantir o acesso a pessoas com deficiência .. **162**

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Comissão aprova dez projetos estratégicos para as metas **164**

LINHA DIRETA

Ouvidoria Itinerante fez mais de quatro mil atendimentos **166**

PLANO DE AÇÃO

Trabalho remoto reafirma valor da comunicação **168**

RELATÓRIO



de Gestão

BIÊNIO
2019
2021



Planejamento & Gestão

INTEGRAÇÃO

Encontros promovem a gestão participativa no Judiciário do Pará..... **18**

JULGAMENTOS

TJPA cumpre a meta de produtividade em 2020, apesar da crise..... **28**

MISSÃO

Presidência atua para garantir o cumprimento dos macrodesafios..... **36**

PAINEL DE GESTÃO

Central de Negócios alinha base de dados aos parâmetros do CNJ **44**

INDICADORES

Correções integradas ajudam a melhorar o clima organizacional **46**

CURSOS

Gestão e Justiça em Números foram o foco das capacitações..... **50**

ESCOLA JUDICIAL

Curso de gestão em unidade judiciária é pioneiro na área de pós-graduação..... **52**

DEMANDAS REPETITIVAS

Núcleo identifica os trinta maiores litigantes do Pará **56**

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Missão foi reduzir o congestionamento de processos no 2º grau..... **58**

ARRECADAÇÃO

Judiciário reduz despesas e usa tecnologia para enfrentar a crise **62**

GOVERNANÇA

Judiciário melhora a logística de insumos no sul e oeste do Estado..... **66**

MONITORAMENTO

GMF fiscaliza a aplicação das leis e normas no sistema prisional do Pará **72**

PROMAG

Novo sistema de movimentação da carreira foi construído coletivamente **75**

INTEGRAÇÃO

Encontros promovem a gestão participativa no Judiciário do Pará

Objetivo é aprimorar a gestão para melhorar os resultados das unidades judiciárias

Em 2019, o Tribunal de Justiça do Pará promoveu três encontros de gestão participativa com magistrados e servidores em Marabá, no sudeste do Estado, em Santarém, na região oeste, e em Belém. Os encontros contaram com a participação de 380 pessoas, entre magistrados e servidores.

Em Santarém, o encontro reuniu 70 participantes de 18 comarcas das regiões judiciárias de Altamira, Santarém e Itaituba.

Em Marabá, foram 110 pessoas, entre magistrados, diretores de secretaria e equipes técnicas de 21 comarcas. Em Belém, houve 200 participantes de 59 comarcas.

O objetivo desses encontros foi aprimorar a gestão das unidades judiciárias e melhorar os resultados, a partir do aperfeiçoamento do clima organizacional e da integração das atividades meio e fim do Judiciário no Pará.

COM A CONCLUSÃO DE 61 AÇÕES PREVISTAS, O TJPA CUMPRIU 85% DO PLANO DE GESTÃO PARA O BIÊNIO 2019-2021



Encontro em Santarém reuniu magistrados e servidores das regiões judiciárias de Santarém, Altamira e Itaituba



Em Belém, 200 participantes de 59 comarcas discutiram formas de aperfeiçoar a gestão e melhorar os resultados



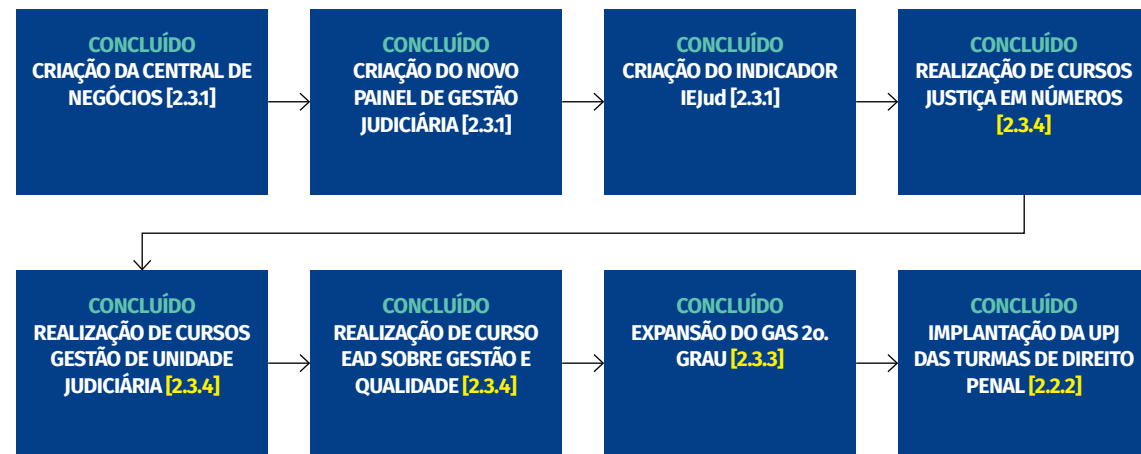
Marabá reuniu 110 pessoas, entre magistrados e servidores do Judiciário na região sudeste do Pará

Plano de Gestão

No biênio 2019-2021, foram concluídas 61 ações previstas no Plano de Gestão, que obedece às diretrizes nacionais do CNJ e foi produzido de forma coletiva por equipes de trabalho das áreas

judiciais e administrativas, para agregar a diversidade de opiniões. Confira as ações concluídas em 2019 e 2020.

Ações concluídas e em andamento



RICARDO LIMA



O presidente do TJP, desembargador Leonardo Tavares, inaugura com o desembargador Rômulo José Ferreira Nunes a UPJ Penal de 2º Grau, que agrega as secretarias das 1ª, 2ª e 3ª Turmas de Direito Penal

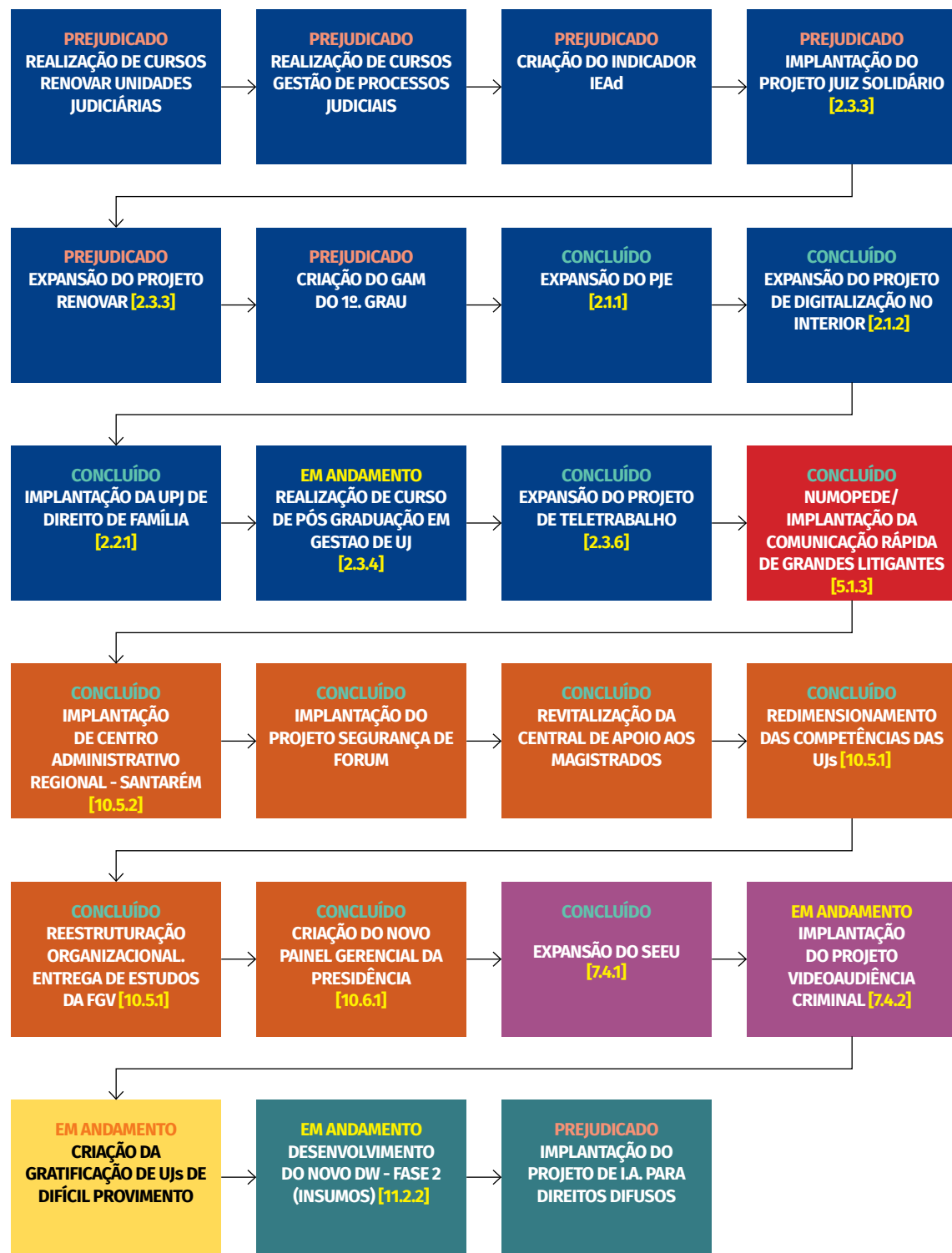


Cerca de 50 magistrados e servidores participam do curso de pós-graduação em gestão de unidades judiciárias, uma das ações do Plano de Gestão



Macrodesafio 2: Celeridade
Macrodesafio 7: Jus. Criminal
Macrodesafio 8: Gestão de Pessoas
Macrodesafio 10: Governança
Macrodesafio 11: TIC

Ações concluídas e em andamento



- Macrodesafio 2: Celeridade
- Macrodesafio 8: Gestão de Pessoas
- Macrodesafio 5: Grandes Litigantes
- Macrodesafio 10: Governança
- Macrodesafio 7: Jus. Criminal
- Macrodesafio 11: TIC

Ações concluídas e em andamento



- Macrodesafio 2: Celeridade
- Macrodesafio 8: Gestão de Pessoas
- Macrodesafio 5: Grandes Litigantes
- Macrodesafio 10: Governança
- Macrodesafio 7: Jus. Criminal
- Macrodesafio 11: TIC
- Macrodesafio 4: Solução Alternativa de Conflitos

Plano Plurianual (PPA)

No exercício de 2019, houve a construção do novo PPA para o período 2020-2023, no qual constam as diretrizes, objetivos e metas da administração para os próximos quatro anos. A elaboração foi alinhada ao Planejamento Estratégico, seus macrodesafios e iniciativas estratégicas, e ao Plano de Gestão. A estrutura do PPA 2020-2023 tem uma diretriz estratégica denominada Sociedade de Direitos que incorpora dois programas. O primeiro, chamado Atuação Jurisdicional, desdobra-se em 37 ações, que têm o objetivo de aprimorar a gestão judiciária. O segundo programa, Manutenção da Gestão,

engloba 38 ações e busca executar atividades de gestão administrativa, como folha de pagamento, plano de saúde, assistência médica e odontológica, auxílios e obrigações patronais.

Consultas e pesquisas

No biênio 2019-2021 foram realizadas consultas públicas sobre metas nacionais e planejamento estratégico e duas pesquisas, conforme tabela abaixo:

METAS NACIONAIS		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL
2019	2020	2019	2020	2020	2020
1.040	350	83	524	152	271

FONTE: DPGE

As consultas e pesquisas tiveram a participação de 2.420 pessoas. Ressalta-se que as consultas públicas sobre construção de metas nacionais e elaboração do novo ciclo de planejamento contaram com ampla participação da sociedade. Houve a participação de 1.997 pessoas nas consultas durante o biênio, o que reforça o caráter colaborativo com as opiniões de magistrados e servidores, assim como da sociedade.

Em 2020 foi feita Pesquisa de Satisfação do Usuário, com objetivo de avaliar os serviços prestados pelo Poder Judiciário estadual em todas as suas Comarcas, também a Pesquisa de Clima Organizacional para Magistrados e Servidores que obteve a participação de 423 pessoas.

Gestão judiciária

A Coordenadoria de Estatística desenvolveu o painel de Gestão Judiciária, com informações so-

bre a movimentação processual em todo o Pará. As unidades judiciárias podem usar essa ferramenta de diagnóstico e gestão no gerenciamento de suas atividades, para avaliar os resultados e planejar ações que melhorem a qualidade dos serviços.

A primeira versão foi publicada em 23 de maio de 2019, com o Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJud, calculado a partir de sete indicadores, medidos no período de 12 meses: Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que indica o desempenho na relação entre processos baixados e casos novos; Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), que confronta processos baixados com casos pendentes – à exceção dos processos suspensos; Índices de Produtividade de Magistrados e Servidores, que indicam a média de baixa processual por magistrado e por servidor; Meta Nacional 1, para garantir que o número de julgamentos supere o de casos novos; Meta Nacional 2, para se julgar os processos em tramitação em juízo há mais de 3 ou

4 anos; e Percentual de Processos Paralisados há mais de 100 dias, que mostra a percentagem do acervo da unidade, sem movimentação há mais de 100 dias corridos.

Já é possível acompanhar pelo painel a evolução dos indicadores, além dos casos novos, processos baixados, processos julgados, com as respectivas médias mensais; visualização dos tipos de baixas e julgamentos efetuados; visualização dos assuntos processuais mais recorrentes na unidade; discriminação completa dos processos no acervo da unidade, inclusive com a localização do feito (gabinete/fora do gabinete); lista de pessoal lotado na unidade, com informações diversas, inclusive eventuais afastamentos; todas as listas de processos são exportáveis em formato excel, dentre outras funcionalidades. O Painel de Gestão Judiciária foi aprovado no Banco de Boas Práticas do CNJ, em 2020.

Gestão das atividades

Reúne informações sobre as tarefas e movimentos feitos pelos servidores da atividade-fim do TJPA, de 1º e 2º grau. Desenvolvida pela Coordenadoria de Estatística, a ferramenta permite que os gestores acompanhem as atividades funcionais de cada servidor, inclusive com a possibilidade de estabelecimento de metas. Trata-se do principal meio de comprovação do desempenho dos servidores em regime de teletrabalho, recém-implementado no TJPA.

Mapa de saúde

Concentra informações sobre a judicialização das ações sobre o Direito à Saúde no Pará. A ferramenta mapeia essas ações em todas as regiões judiciárias, comarcas e unidades judiciárias, expondo os processos novos, acervo, audiências de conciliação e total de audiências realizadas; despachos, decisões interlocutórias, sentenças e sentenças homologatórias de acordo prolatadas, dentre outras informações. Trata-se de importante ferramenta para o diagnóstico e planejamento

de ações que visem à celeridade dos processos.

Violência contra a mulher

Traz as principais informações sobre o tema no âmbito do TJPA, a partir das definições do CNJ. Dados sobre casos novos de violência doméstica e feminicídio, audiências de instrução e preliminares realizadas, decisões interlocutórias e despachos proferidos, sentenças prolatadas, medidas protetivas concedidas etc.

Estão disponíveis por Comarca e/ou unidade judiciária, com a possibilidade de comparação de cenários que variam em relação ao tempo. A ferramenta objetiva auxiliar a gestão desse tipo de processo nas unidades, incentivando a celeridade na solução das ações e a correta utilização de classes, assuntos e movimentos, para que a produtividade tenha impacto efetivo no cumprimento da Meta Nacional 8 e nos levantamentos estatísticos realizados pelo CNJ sobre o tema.

Igualdade de gênero

A Coordenadoria de Gestão Estratégica e a Coordenadoria de Controle de Planejamento elaboraram um painel para a sociedade com informações sobre Violência Doméstica.

O painel acompanha a evolução mensal de medidas protetivas concedidas, acervo processual e estatísticas de inquérito policial envolvendo crimes contra a mulher, bem como a taxa de congestionamento do Tribunal para esses casos, por município ou região judiciária.

Essa necessidade surgiu com objetivo de integrar a Agenda 2030 (da ONU) ao Poder Judiciário, conforme orientação do CNJ. Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030, o TJPA optou pelo ODS nº 5, que trata da Igualdade de gênero.

O objetivo básico é a prevenção de novos casos de violência, por meio de ações de sensibilização, conscientização e capacitação sobre igualdade de gênero.

Metas nacionais 2020

Ferramenta de gestão à disposição das unidades judiciárias, com resultados e processos considerados. O painel possui opções de detalhamento que demonstram a evolução dos resultados por meta. Nele estão disponibilizadas as seguintes Metas do CNJ, por Unidade Judiciária: Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos; Meta 2 - Julgar processos mais antigos; Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; Meta 6 - Priorizar o julgamento das ações coletivas; e Meta 8 - Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Processos pendentes

A lista de processos pendentes também está presente no Portal das Metas, no Painel de Proces-

sos Pendentes. A atualização diária permite que as unidades judiciárias acompanhem os processos, que podem ser filtrados por sistema, instância, comarca, unidade judiciária e exportados para análises dos interessados. Isso permite que magistrados e servidores façam a gestão desses processos.

Improbidade administrativa

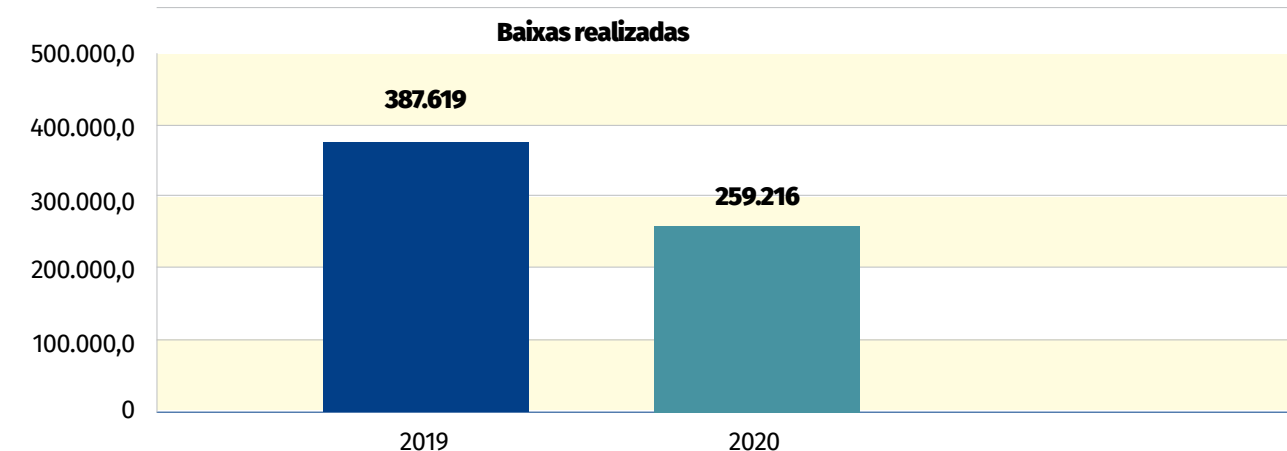
Elaborado para acompanhamento das atividades do Grupo de Auxílio Remoto (GAR) da Meta 4, de priorização do julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa. Foi elaborado para contabilizar sentenças e decisões interlocutórias que constituem a produtividade do GAR, estabelecido pela Portaria 1420/2019-GP.

Os magistrados paraenses julgaram 532.923 ações no biênio 2019-2021, considerando os resultados até o mês de novembro do ano corrente. Os

números consideram as ações de execução. A produtividade contabilizada para efeito de Metas leva em conta somente os processos em fase de conhecimento.

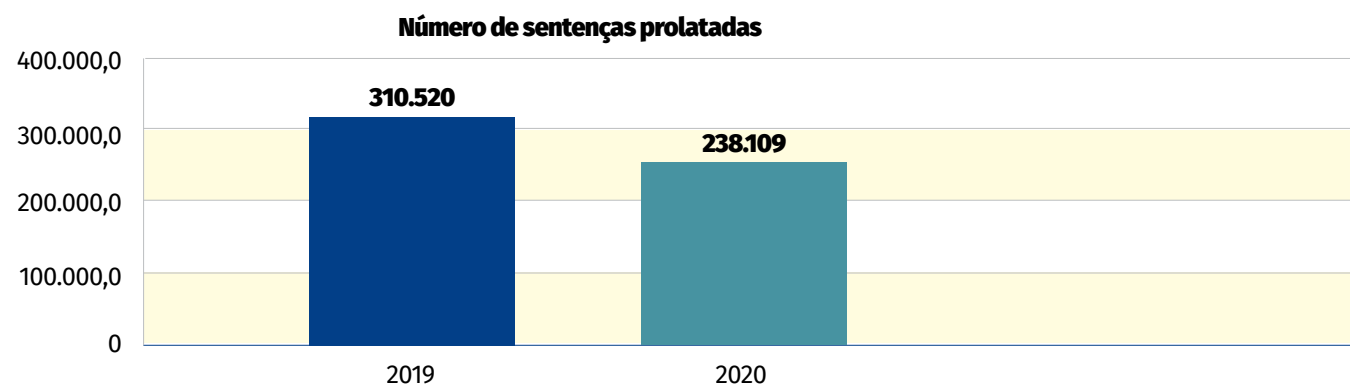
PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS E DAS UNIDADES

(Sentenças e baixas processuais)



FONTE: POWER BI

PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS E DAS UNIDADES



FONTE: POWER BI

No mesmo período, o TJPA encerrou 651,6 mil ações de forma definitiva.

A redução das quantidades de sentenças e baixas é decorrência direta da paralisação enfrentada pelas unidades judiciais entre os meses de março e junho, com volta, no sistema de rodízio, a partir de julho. Com isso, a análise das ações físicas (tramitadas no sistema Libra) ficou suspensa, com reflexo nos números de produtividade apresentados pelo Tribunal.

Expansão judiciária

Durante o biênio 2019-2021, a Coordenadoria de Controle de Planejamento elaborou estudos

de expansão judiciária que subsidiaram decisões nas seguintes implementações:

- > Instalação da 1ª Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Tucuruí, em agosto de 2019;
- > Instalação da Vara Criminal de Xinguara, em janeiro de 2020;
- > Instalação da Vara Única da Comarca de Vitória do Xingu, em outubro de 2020;
- > Transformação da 3ª Vara de Juizado Criminal de Belém em 2ª Vara de Juizado da Fazenda Pública, em dezembro de 2019;
- > Transformação da 8ª Vara de Família de Belém na 15ª Vara Cível e Empresarial de Belém, em dezembro de 2019.

JULGAMENTOS

TJPA cumpre a meta de produtividade em 2020, apesar da crise

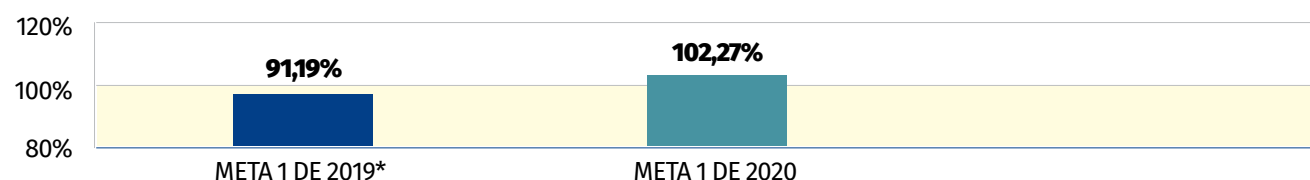
Paralisação provocada pela pandemia de Covid-19 reduziu em 24,5% o total de sentenças no biênio

META 1 (Produtividade) - Julgar mais que a distribuição



Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) julgou 102,27% dos processos distribuídos no ano, considerando o resultado de todos os segmentos - 1º grau, 2º grau, juizados e turmas recursais, cumprindo assim a meta para o ano. O percentual de cumprimento de 2020 ficou 11 pontos percentuais acima do registrado no ano anterior.

GRAU DE CUMPRIMENTO



FONTE: POWER BI
* O RESULTADO DE 2019 FOI REVISADO PARA ACOMPANHAR AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NA NOVA BASE DE DADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COLOCADAS À DISPOSIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA EM 2020, E ENCAMINHADAS AO CNJ.

QUEDA OBSERVADA EM 2020, NO 1º GRAU, É CONSEQUÊNCIA DA PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS FÓRUMS DURANTE A CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS

As unidades judiciais de 1º grau receberam quase 281 mil processos no biênio 2019-2021, volume que representa a maior parcela dos casos novos recebidos pelo Judiciário estadual (65,8%).

CASOS NOVOS

REGIÃO/SEGMENTO	2019	2020	TOTAL DO BIÊNIO	PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTO
1º Grau	175.045	105.827	280.872	65,8%
Juizados Especiais	42.102	34.156	76.258	17,9%
2º Grau	30.270	22.400	52.670	12,3%
Turma Recursal	7.830	9.548	17.378	4,0%
Total de processos distribuídos	255.247	171.931	427.178	100,0%

FONTE: POWER BI

Nos últimos dois anos, foram julgados pelos segmentos de Justiça do Pará 408.605 processos, a maior parte dos quais na Justiça Comum, com 66%, seguido dos juizados especiais, com 19,5% do total de julgados no período.

CASOS JULGADOS

REGIÃO/SEGMENTO	2019	2020	TOTAL DO BIÊNIO	PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTO
1º Grau	160.926	108.793	269.719	66,0%
Juizados Especiais	42.376	37.470	79.846	19,5%
2º Grau	24.107	24.728	48.835	12,0%
Turma Recursal	5.361	4.844	10.205	2,5%
Total de julgamentos	232.770	175.835	408.605	100,05

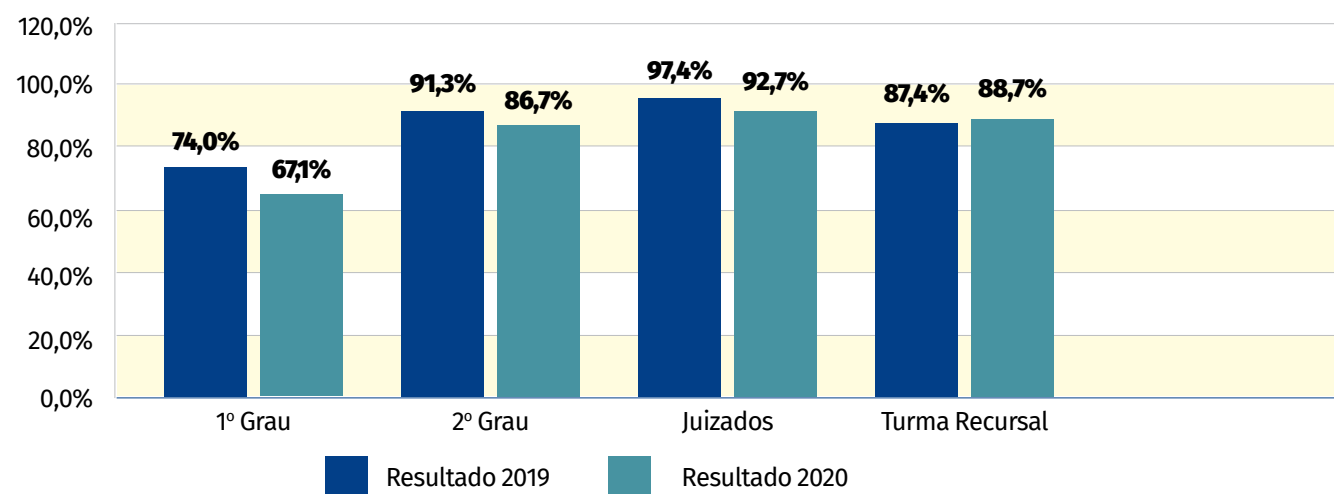
FONTE: POWER BI

A pandemia de Covid-19 repercutiu sobre a produtividade do TJPA, produzindo queda de 24,5% no total de julgados entre os anos de 2019 e 2020.

META 2 (Celeridade) - Julgar processos antigos

Em 2020 o TJPA julgou 67,1% dos processos distribuídos até 2016 no 1º grau, enquanto o 2º grau julgou 86,7% dos processos distribuídos até 2017, cumprindo o objetivo estabelecido para 2020. Os Juizados Especiais também cumpriram a Meta 2 de 2020, julgando 92,7% das ações distribuídas até 2017, enquanto a Turma Recursal fechou o ano com 88,7%.

GRAU DE JULGAMENTO POR SEGMENTO

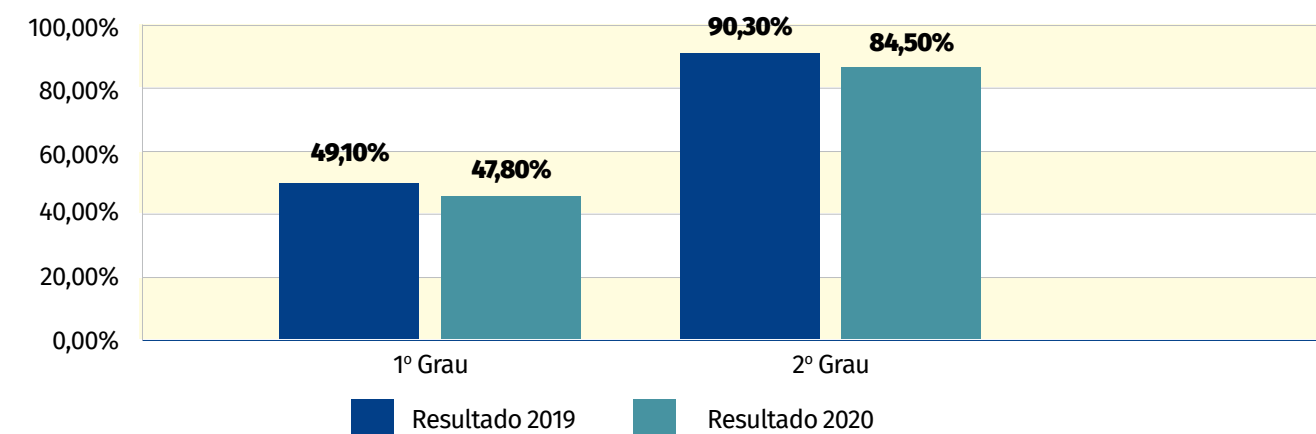


FONTE: POWER BI

A queda observada em 2020, no segmento 1º grau, que detêm o maior volume de processos antigos, é consequência direta da necessidade de paralisação das atividades nos fóruns durante a crise do coronavírus, para conter a propagação da Covid-19. Com isso, a análise desses processos, cujos autos são físicos, ficaram suspensos por alguns meses, com consequência direta no número de julgados produzidos no ano.

META 4 (Corrupção) - Ações de improbidade e crimes contra a administração pública

GRAU DE JULGAMENTO POR SEGMENTO

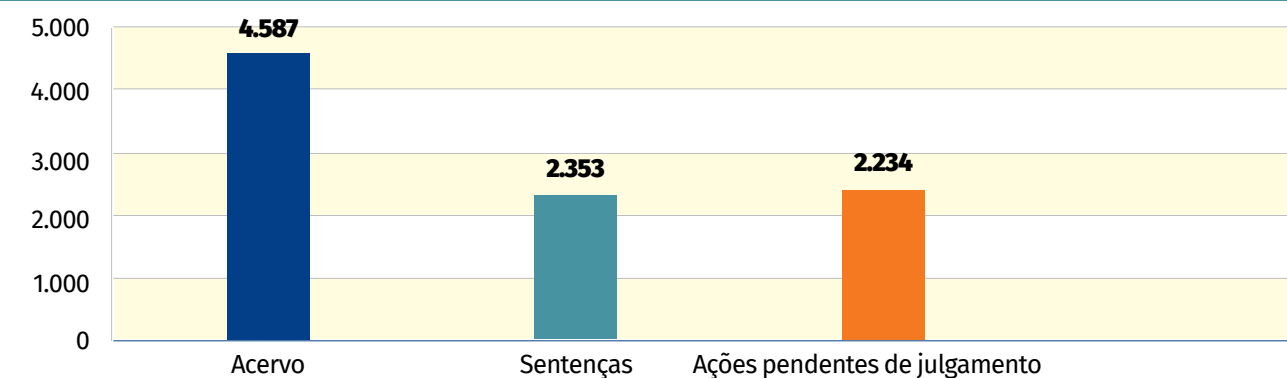


FONTE: POWER BI

Em 2020, o TJPA julgou 47,8% dos processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até 2017 no 1º grau. O 2º grau cumpriu a Meta 4, julgando quase 84,5% do seu acervo relativo ao tema.

Considerando todos os segmentos da Justiça estadual, que inclui os juizados e a turma recursal, o TJPA julgou 2.353 ações, o que representa 51,3% do total de processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau, 2º grau e juizados especiais.

GRAU DE JULGAMENTO POR SEGMENTO

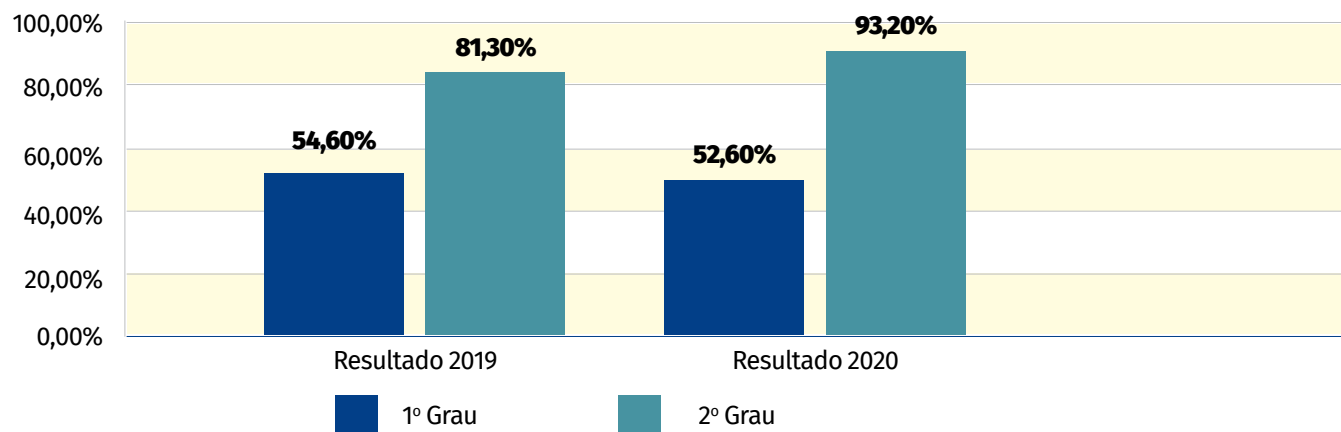


FONTE: POWER BI

META 6 - Ações coletivas

Em 2020, as unidades judiciais de 1º grau julgaram 52,6% das ações coletivas distribuídas até 2017. Por sua vez, o 2º grau cumpriu a Meta 6, julgando 93,2% das ações coletivas distribuídas até 2018.

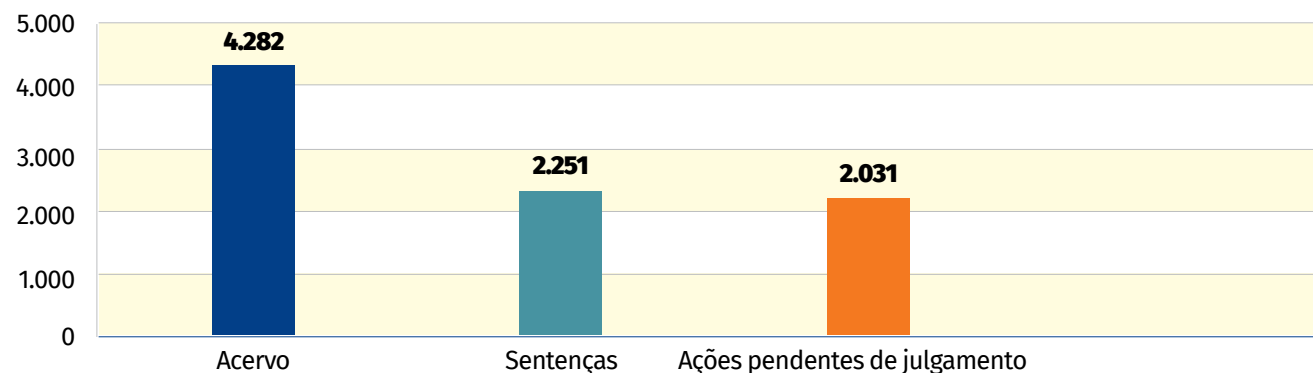
GRAU DE JULGAMENTO POR SEGMENTO



FONTE: POWER BI

Levando em consideração apenas o resultado do 1º grau em 2020, o acervo de ações coletivas distribuídas até 2017 somava 4.282 processos, com o registro de 2.251 sentenças até o mês de outubro.

RESUMO DA META 6 - 1º GRAU - 2020

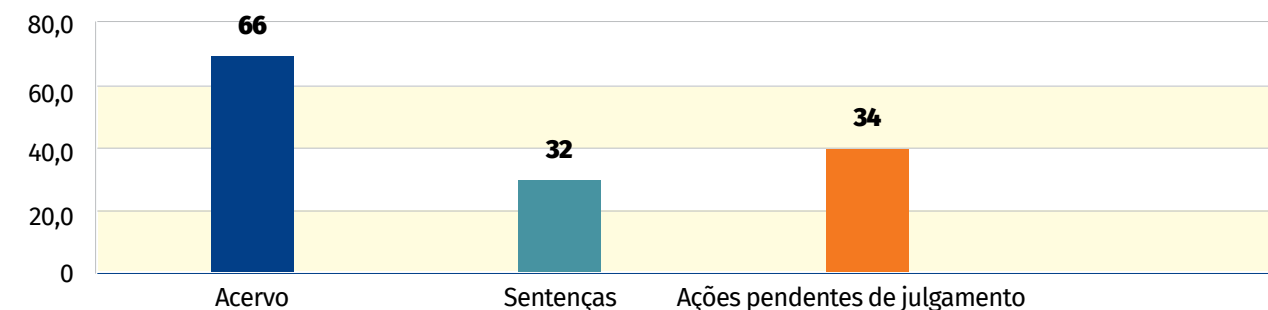


FONTE: POWER BI
*RESULTADO ATÉ OUTUBRO

META 8 (Feminicídio e Violência Doméstica)

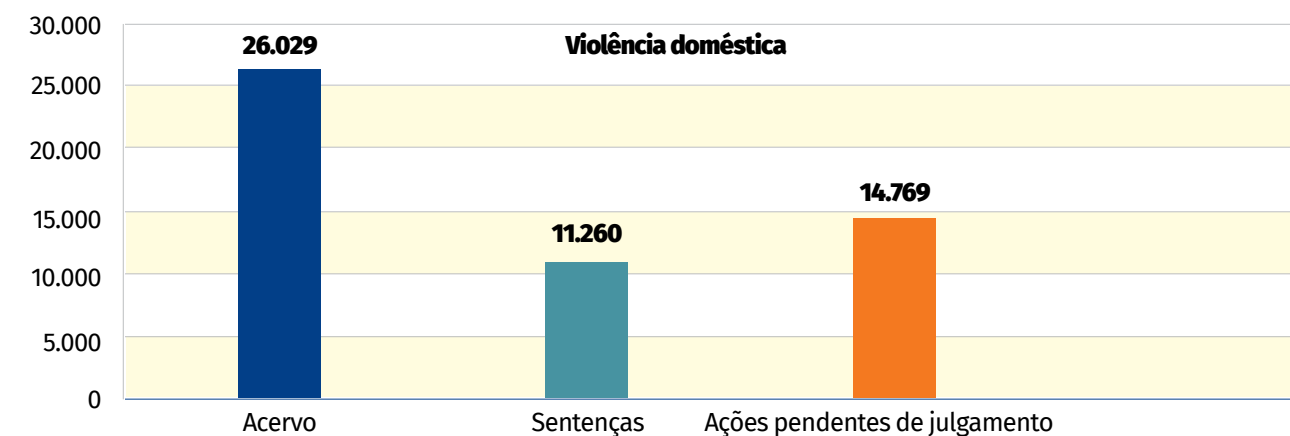
Em 2020, o TJPA julgou 48,5% dos casos de feminicídio distribuídos até 2018. Esse resultado foi bastante afetado pela crise do coronavírus, que exigiu por parte do TJPA medidas de prevenção do contágio, resultando na suspensão da análise dos processos físicos. Todos os processos criminais, incluindo os processos da meta 8, tiveram suas análises suspensas no auge da pandemia.

FEMINICÍDIO



FONTE: POWER BI

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

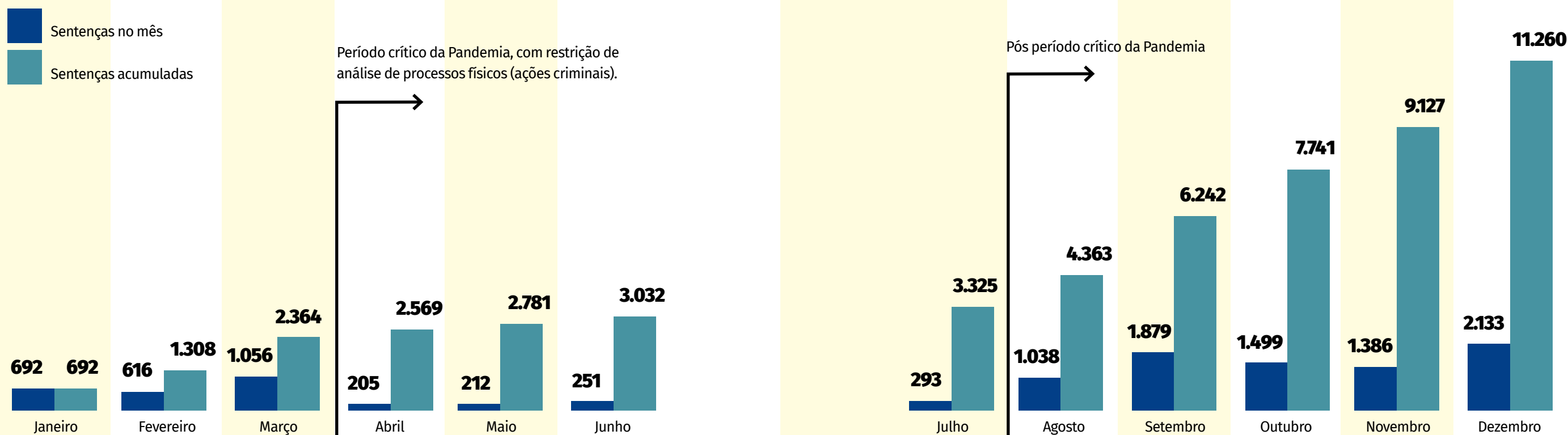


FONTE: POWER BI

As demais ações envolvendo violência doméstica, incluindo as medidas protetivas de urgência, distribuídas até 2019, somaram 26.074 ações, das quais foram julgadas 43,2% delas até o final de 2020.

O gráfico abaixo deixa evidente o impacto da pandemia nos resultados da Meta 8 em 2020, quando, em seu período mais crítico, a análise das ações restringiu-se à concessão, ou não, de medidas protetivas.

EVOLUÇÃO DAS SETENÇAS - ANO CORRENTE



Após o período mais crítico da crise do coronavírus, o volume de ações julgadas ficou acima de mil ao mês, atingindo o pico de 2.133 ações julgadas no mês de dezembro.

Outras metas nacionais

Em janeiro de 2021, o Painel de Resultados de Metas do CNJ registrava o TJPA com percentual de cumprimento na Meta 3 igual a 65,9%. O objetivo dessa meta era aumentar em dois pontos percentuais o Índice de Conciliação do TJPA em relação ao ano anterior. A coleta dos dados é feita pelo CNJ, através do Módulo de Produtividade Mensal.

Agenda 2030

Em 2020, o TJPA atingiu 100% de cumprimento da Meta 9, que tem como objetivo integrar a Agenda 2030 (da ONU) ao Poder Judiciário. Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Tribunal do Pará optou pelo ODS 5, que trata da igualdade de gênero, com elaboração de Plano de Ação no modelo 5W2H, contendo informações sobre o que será feito, porque, onde, quando e por quem.

O Plano de Ação elaborado pelo TJPA continua 10 ações voltadas basicamente à prevenção dos casos de violência doméstica, todas previstas

para serem executadas e finalizadas até o final de 2020. Entre essas ações estão a ampliação do Programa Patrulha Maria da Penha e a construção de Painel Estatístico Gerencial da Meta 9, publicado no Portal das Metas, onde é possível consultar dados sobre violência doméstica por município, bem como o número de medidas protetivas e outras questões relacionadas ao tema.

Meta 12

Por fim, foi definido como Meta 12 para 2020 a identificação e impulsionamento das ações rela-

cionadas a grandes obras públicas paralisadas no estado, devendo ser enquadradas como tal aquelas financiadas com fundos públicos, com destinação social e que visam ao desenvolvimento do Estado.

No total, foram identificadas 12 ações relacionadas a grandes obras no estado, quatro das quais em Ponta de Pedras, no Marajó, três em Pacajá, na região sudoeste, três em São Caetano de Odivelas, no nordeste, uma em Goianésia do Pará, sudeste do Estado, e uma em Abaetetuba, região do Baixo Tocantins. Desse total, três foram impulsionadas ao longo de 2020: uma em Pacajá, uma em Goianésia do Pará e outra em Abaetetuba.

MISSÃO

Presidência atua para garantir o cumprimento dos macrodesafios

Juízes auxiliares e assessores cuidaram de temas estratégicos para atingir as metas do Judiciário

O presidente do TJPA, desembargador Leonardo Tavares, discursa na inauguração das UPJs dos Juizados Especiais Criminais e das Turmas Recursais, instaladas no prédio que homenageia o desembargador Manoel de Christo Alves Filho



ÉRIKA NUNES

Mais UPJs

Mais duas Unidades de Processamento Judicial (UPJs) foram instaladas em 14 de janeiro de 2021: a dos Juizados Especiais Criminais e a das Turmas Recursais, ambas já em funcionamento no prédio reformado, cujo nome é uma homenagem ao desembargador Manoel de Christo Alves Filho, falecido no ano passado. O modelo já adotado no 1º Grau, nas Varas de Fazenda Pública e nas Varas de Família do Fórum Cível, e no 2º Grau, nas Turmas de Direito Público e Privado e na Turma de Direito Penal, será expandido na capital e estendido ao interior até o final de janeiro, com duas UPJs em Santarém, duas em Parauapebas e mais três no Fórum Cível de Belém. As UPJs integram o conjunto de ações e estratégias para modernizar a gestão e a governança judiciária e melhorar a prestação jurisdicional, dando mais celeridade à tramitação processual.

2º Grau

Em 16 de outubro de 2019 foi implantada a Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das

celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, instituição da governança judiciária, Tecnologia de Informação e Comunicação, aperfeiçoamento da Justiça criminal, gestão de pessoas e soluções alternativas de conflito são os principais macrodesafios do Judiciário em que os gabinetes da Presidência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e seus juízes auxiliares desenvolveram ações durante o biênio 2019-2021, entre as quais se destacam as seguintes:

Criação do GAS

O Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) foi criado para reduzir o acervo de processos e auxiliar os gabinetes de desembargador das áreas de Direito Público e Privado e junto às Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Desde março de 2019, o GAS elaborou 877 minutas.

FORAM DIGITALIZADOS
14,2 MIL PROCESSOS DE
EXECUÇÃO PENAL, PARA QUE
OS ARQUIVOS DIGITAIS SEJAM
INSERIDOS NO SISTEMA
DE EXECUÇÃO ELETRÔNICO
UNIFICADO (SEEU).

Turmas de Direito Penal do 2º Grau de Jurisdição, precedida por plano de trabalho, elaboração e validação do plano de ação, oficina de integração e capacitação de equipes, visita técnica à UPJ de Direito Público e Privado, adequação do espaço, levantamento e diagnóstico de funcionamento das secretarias, identificação e mapeamento das equipes e funções, elaboração de proposta de fluxo de trabalho, teste de atendimento integrado e elaboração do guia de rotinas.

Varas de Família

A Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas de Família foi instalada em 9 de novembro de 2020, a primeira 100% digital. A UPJ faz o trabalho das secretarias das sete Varas de Família da Capital, substituídas pela unidade. A equipe é composta por um secretário-geral e três núcleos: Atendimento, Movimentação Processual e Cumprimento de decisões, vinculados aos sete gabinetes de magistrados que atuam na competência de família.



ÉRIKA NUNES

Coordenadora de implantação da UPJ, Alice Viana se reúne com servidores das secretarias das Turmas de Direito Penal para explicar as mudanças exigidas pela unificação

Justiça em Números

O Observatório de Justiça em Números foi instituído na Escola Judiciária, com a participação de magistrados, servidores e da academia, por meio da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Centro de Estudos Superiores do Pará (Cesupa).

PJe

O Processo Judicial Eletrônico Cível (PJe) está em pleno funcionamento em todas as Varas Cíveis do Pará. O PJe Criminal foi implantado em todas as Comarcas. A expansão do PJe está sendo desenvolvida com servidores da Escola Judicial e da Secretaria de Informática. Foram definidos os conteúdos e escolhidos os professores e tutores. Textos, vídeos e conteúdos foram distribuídos entre os colaboradores. Foi solicitada a compra de monitores de vídeo, o fornecimento de certificados digitais e feita a migração dos processos ativos do Projudi para o PJe. Os fluxos foram validados em reuniões com a

equipe técnica do TJPA e do CNJ. Todos os serviços do catálogo do PJe foram reestruturados, para aumentar a quantidade de documentos na base e o serviço prestado pela terceirizada. O objetivo é garantir um atendimento mais célere dos incidentes e solicitações do PJe.

Digitalização e virtualização

Sistema será integrado pelas Centrais Regionais de Digitalização e Virtualização do 1º Grau, Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau, equipes volantes de digitalização e virtualização e equipes de digitalização e virtualização das unidades judiciárias. Foi implantado no Fórum Cível, na capital, e nas comarcas de Ananindeua e Santarém,

para ampliar e descentralizar a digitalização e virtualização dos processos físicos e acelerar a conversão deles em arquivos digitais para migração ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Modelo de gestão

A Fundação Getúlio Vargas foi contratada para consultorias visando ao aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais e ao desenvolvimento de modelo de gestão judiciária para as varas de competência cível e empresarial.

Baixa processual

Foi instituído o Programa de Incremento à Baixa Processual (PIB), ação conjunta entre a Presidência, Coordenadoria dos Juizados Especiais e Corregedorias da Região Metropolitana de Belém e do Interior.

A iniciativa garante que a produtividade das unidades judiciárias seja fidedignamente expressa no relatório Justiça em Números. Para isso, é necessária a realização correta das movimentações de

baixa processual.

Entre 1º de outubro e 18 de dezembro de 2019, 148 unidades judiciárias que tinham no acervo entre 500 ou mais processos julgados, mas pendentes de baixa processual, trabalharam de forma planejada e em regime de esforço concentrado para garantir a baixa correta dos processos nos sistemas de tramitação processual.

Em 30 de setembro de 2019, foi instituído um Grupo de Auxílio e Monitoramento (GAM) para dar suporte técnico, gerencial e operacional às unidades judiciárias participantes.

Houve visitas a 34 das unidades, 19 das quais na Região Metropolitana de Belém (RMB) e 15 do interior, além de apoio remoto às demais unidades.

Foram abertas três frentes de trabalho - juizados, unidades da RMB e interior e varas de Fazenda e Execução Fiscal da capital.

Cooperações foram firmadas com a Defensoria Pública e as Procuradorias do Estado e do Município, para dar maior viabilidade ao PIB.

O monitoramento semanal acompanhou a evolução das baixas processuais, reviu antigas estratégias e propôs novas e mais adequadas às metas do PIB.

Foi criado o Portal PIB para orientar as unidades judiciárias participantes e garantir maior transparência.

Painéis gerenciais informavam o total de baixas do TJPA (baixômetro) e o total de baixas por unidade envolvida no programa, ambos com dados em termos absolutos e percentuais.

VANESSA VIEIRA

O Presidente do TJPA, Desembargador Leonardo Tavares, conversa com os servidores da UPJ Varas de Família, que concentra o trabalho de secretaria de sete varas na capital



O monitoramento e a adequação da estratégia incrementaram as baixas processuais, produto que traduz a eficiência do Poder Judiciário, e, consequentemente, o crescimento do IEJud (Índice de Eficiência da Unidade), que fechou o ano de 2019 com a média de 69,5%.

O PIB foi implementado durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2020.

Saúde

Em 30 de setembro de 2019 foi instituído o Selo Unidade Saudável, a ser atribuído às unidades administrativas e judiciais do Poder Judiciário do Pará, para estimular os servidores ao compromisso com a promoção e proteção da própria saúde e com a qualidade de vida no trabalho. O selo distingue o engajamento das unidades administrativas e judiciárias nas ações de saúde da instituição ou de iniciativa própria.

Agendamento online

RICARDO LIMA

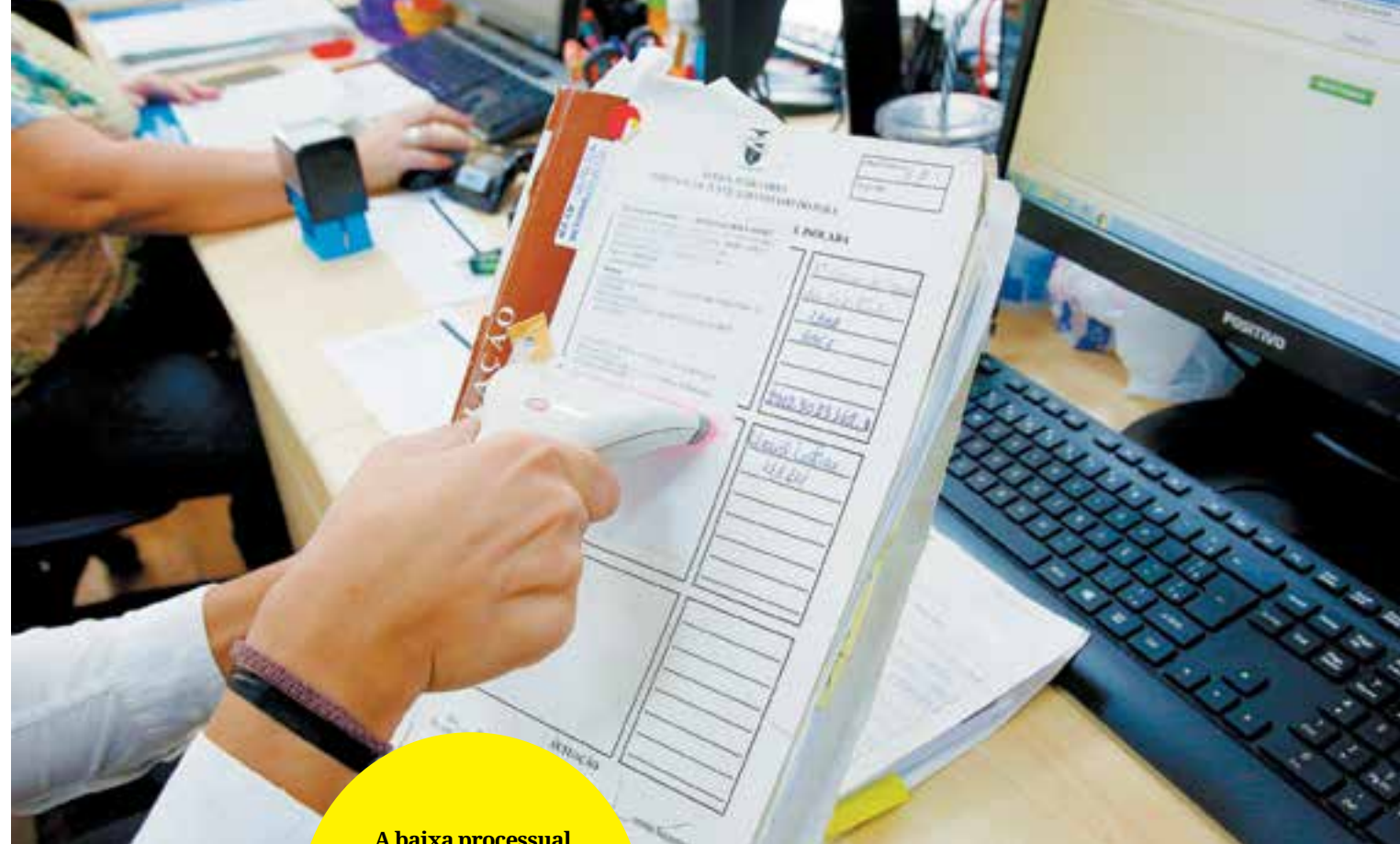


Um sistema integra o esforço concentrado do Judiciário paraense para fazer a migração dos processos físicos para o meio digital e viabilizar o PJe nas esferas Cível e Criminal

O agendamento *on line* para que o jurisdicionado possa marcar o seu atendimento, por videoconferência, junto a servidores, magistrados e desembargadores, pode ser realizado pelo link (<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/E-mail-das-Secretarias/576276-agendamento-on-line.xhtml>), disponibilizado pela Secretaria de Informática em julho de 2020. O objetivo é automatizar a marcação do atendimento nas unidades judiciárias de forma *on line*.

Perícia por videoconferência

A perícia por videoconferência é uma das soluções do Judiciário paraense à prestação das atividades jurisdicionais, de forma remota, no período de restrição das atividades presenciais por causa da pandemia do novo coronavírus. Em 15 de julho



A baixa processual traduz a eficiência do Poder Judiciário, medida pelo IEJud, que em 2019 teve média de 69,5%

RICARDO LIMA

de 2020, o TJPA regulamentou os procedimentos das unidades judiciárias para agendar perícias virtuais. Um Guia Prático foi elaborado a partir das diretrizes do CNJ, que adicionou a perícia em meios eletrônicos ou virtuais ao rol de atividades realizadas pelo *Microsoft Teams* e dispôs sobre sua realização em ações em que se discutem benefícios previdenciários por incapacidade ou assistenciais. A publicação foi desenvolvida a partir do Manual de Audiências Virtuais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

Transparência

O TJPA está na terceira colocação entre os Tribunais do País no Ranking da Transparência 2020, divulgado pelo CNJ. Foram atendidos 97,77% dos itens avaliados. O TJPA manteve este ano a posição conquistada em 2019, de primeiro entre os

tribunais estaduais com melhor desempenho no Ranking da Transparência. No ano passado, entre todos os Tribunais do País, o TJPA figurou em sexto lugar. Esse êxito envolveu a criação de modelo de *hotsite*, por meio da ferramenta CMS, com cabeçalho e link para o portal externo. A Coordenadoria de Imprensa desenvolveu logos para estruturar o site em eixos temáticos, com *briefing* do Departamento de Planejamento Gestão e Estatística (DPGE). A partir do conteúdo publicado e organizado pelos demais responsáveis por informações, o Portal da Transparência foi customizado, via CMS. Para gerenciar o conteúdo dos setores envolvidos, foram dadas orientações fundamentadas em pesquisa de parâmetros-alvo de transparência, feita em reuniões setoriais com os responsáveis por informações.

Centro administrativo

Foi instalado o Centro Administrativo do Oeste do Pará, estruturado o Almojarifado Regional e Atendimento de forma contínua às comarcas da região.

Reestruturação

A partir da legislação de criação de cargos em comissão e funções gratificadas foi sistematizado relatório com os cargos em comissão criados e identificada a necessidade de reestruturação organizacional. Minuta de Projeto de Lei foi enviada à Presidência para deliberação e providências. Foram identificados também os macroprocessos de trabalho, nas unidades do apoio direto e indireto, e a estrutura organofuncional para proposição inicial de modelo organizacional integrado.

Painel gerencial

Para instituir canal direto, em tempo real, de informações gerais à Presidência foram identificadas as necessidades gerenciais e estratégicas em relação aos indicadores para auxiliar na tomada de decisão.

Inteligência de negócio

Para dar apoio à análise e decisão estratégica, foi concluída a modelagem do *Data Warehouse* (DW) para o Justiça em Números e construídas rotinas de extração e transformação dos dados. O DW é um sistema de gerenciamento de dados projetado para ativar e dar suporte às atividades de *business intelligence* (BI), especialmente a análise avançada. A Central de Negócios homologou a 1ª fase do projeto do novo DW. A Coordenadoria de Estatística validou o *Dashboard*, fez sugestões para o aperfeiçoamento e, em parceria com a equipe de inteligência de negócios, criadora do painel, atuará para melhorar a ferramenta de gestão da informação que monitora a saúde de um negócio, setor ou processo.

Fim do Projudi

A migração dos processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) pôs fim ao Projudi, sistema de gerenciamento de processos anterior, utilizado nos Juizados Especiais.

Cadastro de Peritos



Juíza auxiliar da Presidência, Maria de Fátima Alves se reúne com representantes do Depen para discutir a ampliação da videoaudiência no Pará

RICARDO LIMA

Foram instituídos o Cadastro de Peritos e outros Auxiliares da Justiça (CAPJus), o Cadastro de Profissionais e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC) e o Cadastro Eletrônico de Leiloeiros e Corretores (CELC). Essas ferramentas gerenciam o cadastro dos interessados em auxiliar a justiça paraense nos 1º e 2º graus de Jurisdição. O CAPJus cadastra interessados em prestar serviços de perícia, leilões, mediações, exames técnicos, interpretação ou tradução nos processos judiciais, para reduzir o tempo de espera no julgamento de um processo por causa de pendências de origem técnica. O uso das ferramentas é obrigatório para nomear os profissionais que prestam serviços de perícia, interpretação ou tradução nos processos judiciais. Foram publicados dois editais: de Credenciamento de Peritos, Tradutores e Intérpretes e de Credenciamento de Leiloeiros e Corretores Públicos.

Cobrança Administrativa de Custas (COBRA)

Está em andamento a instalação do sistema que permite a consulta de Certidão de Dívida Ativa na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa).

Monitoramento carcerário

Força tarefa assumiu a missão de digitalizar o acervo de processos das Vara de Execução Penal (VEP), Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas (VEPMA) e Varas Únicas do Pará. Já foram digitalizados 14,2 mil processos de execução penal, para que os respectivos arquivos digitais sejam inseridos no Sistema de Execução Eletrônico Unificado (SEEU), que integra procedimentos e rotinas judiciais, resultando em um trabalho mais organizado e qualificado da prestação jurisdicional.

Videoaudiência

Projeto de videoaudiência envolvendo inicialmente 29 comarcas do Estado foi apresentado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para dar maior celeridade ao julgamento das ações criminais por meio de audiência virtual.

PJe Criminal

A implantação do PJe módulo criminal nas varas criminais do interior já foi concluído em todas as unidades judiciárias.

Gerenciamento de crise

Para implantar um Plano de Contingência para o gerenciamento da crise penitenciária no Pará, houve reuniões com o Ministério Público, OAB, Defensoria Pública, Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) para definir ações de curto, médio e longo prazos. Foi criado um Grupo de Trabalho para supervisionar as ações definidas nas reuniões, a partir de um plano de ação. Um mutirão carcerário foi realizado em fevereiro de 2020.

Atermação on line

Foi criada a Central de Atermação e Distribuição (CAD) dos Juizados Especiais Cíveis de Belém, que disponibiliza o serviço de Atermação *online*, para facilitar o acesso à Justiça no período da pandemia de Covid-19. A nova ferramenta será permanente. A Atermação *online* é destinada às partes sem advogado, nas causas de Juizados Especiais Cíveis até 20 salários mínimos, com exceção da Vara de Juizado Especial Cível da Fazenda Pública, que aceita causas de até 60 salários mínimos. O cidadão interessado em dar entrada na Atermação *online* pode preencher o cadastro em formulário da plataforma *Windows forms* ou por e-mail.

PAINEL DE GESTÃO

Central de Negócios alinha base de dados aos parâmetros do CNJ

*Incrementar transparência,
eficiência e responsabilidade é o
principal objetivo das ações*



Central de Negócios foi instituída para incrementar a eficiência judiciária no âmbito do TJPA. Junto com ela, foi criado o novo Painel de Gestão Judiciária. A Central de Negócios reuniu dados armazenados nos sistemas Projudi, Libra, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Mentor RH em uma única base, cujas informações estão alinhadas aos glossários e parâmetros do CNJ.

No Painel de Gestão Judiciária foi inserido o Índice de Eficiência Judiciária (IE-Jud), para facilitar a gestão das unidades.

Foi editado também um guia prático similar ao da baixa processual, além de matérias jornalísticas nos portais Interno e Externo do TJPA, produção de *banner* para os sites e vídeos para a mídia *indoor* e para o youtube do TJPA.

**A CENTRAL DE NEGÓCIOS
AGREGA AO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO A GERAÇÃO
DE DADOS QUE VIABILIZEM
A TOMADA DE DECISÃO DA
GESTÃO INSTITUCIONAL E
PROCESSUAL.**



**Painel de Gestão
Judiciária oferece
diagnóstico de
desempenho,
movimentações
e produtividade
de magistrados e
servidores.**

Orientação

O objetivo é orientar gestores de unidades judiciárias quanto à alimentação de dados e movimentos processuais nos sistemas do TJPA, em conformidade com as exigências do CNJ. Isso melhora a consulta de dados dos sistemas corporativos. A área de negócios atende ao planejamento estratégico e à missão institucional do Judiciário do Pará, pautados em eficiência, transparência e responsabilidade socioambiental.

A Central de Negócios agrega ao planejamento estratégico da instituição a geração de dados, especialmente estatísticos, que viabilizem a tomada de decisão da gestão institucional e processual.

O novo fluxo de trabalho, chamado área de negócios, envolve magistrados e servidores dos 1º e 2º Graus, responsáveis por um conjunto de ações.

INDICADORES

Correções integradas ajudam a melhorar o clima organizacional

Unidades da Região Metropolitana contaram com ações de modernização da estrutura de trabalho e novos modelos de gestão



DIVULGAÇÃO

Outras receberam novo leiaute para melhor aproveitamento dos espaços, além de diagnóstico e plano de ação, com apoio da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Estatística.

Exercícios relaxam os músculos das tensões do trabalho: o projeto “Zona Restaurativa” fez parte da Correção Integrada na Comarca de Santa Izabel do Pará, Região Metropolitana de Belém



As correções integradas foram criadas para cumprir as metas do CNJ e as previstas no Plano Estratégico do TJPA, e melhorar os indicadores do “Justiça em Números”, conforme o Plano Estratégico do Poder Judiciário.

O modelo burocrático, com regramento inflexível das atividades e engessamento dos agentes políticos e da administração pública, cede lugar a um olhar diferenciado ao clima organizacional para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.

Houve 12 correções integradas em unidades judiciais da Região Metropolitana de Belém. Todas elas participaram também do projeto “Zona Restaurativa”, para melhorar o clima organizacional. Algumas delas foram submetidas ao projeto Renovar, que moderniza a estrutura de trabalho nas unidades judiciárias, com novos modelos de gestão para torná-las mais eficientes e mais ágeis na prestação jurisdicional.

**MODELO BUROCRÁTICO
CEDE LUGAR A UM OLHAR
DIFERENCIADO SOBRE O
CLIMA ORGANIZACIONAL
PARA MELHORAR
PERFORMANCE DAS
UNIDADES**

UNIDADES JUDICIAIS DA RMB QUE PASSARAM POR CORREÇÕES INTEGRADAS

- 1ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal.
- 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santa Izabel do Pará.
- 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santa Izabel do Pará.
- 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua.
- 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua.
- Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ananindeua.
- 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci.
- Vara de Família Distrital de Icoaraci.
- 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belém.
- 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belém.
- 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belém; e
- 6ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém.

Marabá

A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior realizou, entre 18 e 22 de novembro de

2019, correição integrada em Marabá, nas seguintes unidades judiciárias:

- 1ª Vara Cível e Empresarial de Marabá.
- 2ª Vara Cível e Empresarial de Marabá.
- 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá.
- 4ª Vara Cível e Empresarial de Marabá.
- 1ª Vara Criminal de Marabá.
- 2ª Vara Criminal de Marabá.
- 3ª Vara Criminal de Marabá.
- Vara de Execução Penal de Marabá.
- Vara Agrária de Marabá e Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente de Marabá (adjunto).
- 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá.
- 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá.
- Cejusc.

Ações

Foram realizadas ações prévias, no Fórum de Marabá, com o intuito de preparar os magistrados e servidores para a Correição:

> **03/06/20** - Treinamento sobre “Técnicas de Negociação com ênfase em Gestão de Pessoas”.

> **29/10/2020** - Videoconferência com os magistrados de Marabá a respeito da Correição.

Também foram realizadas correições semi

-integradas em Marapanim, Igarapé-Miri e São Félix do Xingu, com a participação de técnicos do DPGE.

As correições integradas são produto do esforço entre a Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, a Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, com o apoio das secretarias de Gestão de Pessoas, Informática, Engenharia e Arquitetura e Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DPGE).

Vara Cível e Criminal de Oriximiná, no oeste do Pará, deu uma renovada no leiaute, com o projeto Renovar, que moderniza a estrutura de trabalho e a gestão das unidades

Comitê zela pela prioridade para o 1º Grau de jurisdição

A atual gestão do Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de 1º Grau, desde 2019, acompanha e avalia o planejamento das ações e programas orçamentários do biênio 2019/2021 e do PPA 2020/2023, bem como a sua execução junto às Secretarias Administrativas do Tribunal de Justiça do Pará, segundo as diretrizes de priorização do 1º grau de jurisdição.



DIVULGAÇÃO

CURSOS

Gestão e Justiça em Números foram o foco das capacitações

Ações de formação se deram de forma virtual e presencial e envolveram mais de 950 pessoas

Foram elaborados os projetos dos cursos de Justiça em Números e de Gestão em Unidade Judiciária. Foram realizadas nove turmas do curso de Justiça em Números e sete capacitações de Gestão de Unidade Judiciária em Belém e nove em conjunto. Os cursos tiveram a participação de 452 pessoas, entre magistrados e servidores. Foram ministrados presencialmente na Escola Judicial, alcançando o número de 297 participantes das comarcas da Região Metropolitana de Belém. Os cursos também foram oferecidos na forma presencial nas comarcas de Marabá, Igarapé-Miri, São Félix do Xingu, Baião, Santo Antônio do Tauá, Ourilândia do Norte, Porto de Moz, Acará, Novo Progresso e Maracanã, com a participação de 155 pessoas, entre magistrados e servidores. Além disso, encontra-se em andamento o curso de especialização de Gestão de Unidade Judiciária, com 50 participantes.

OS CURSOS TIVERAM A PARTICIPAÇÃO DE 452 PESSOAS, ENTRE MAGISTRADOS E SERVIDORES, PRESENCIALMENTE NA ESCOLA JUDICIAL, ALCANÇANDO 297 PARTICIPANTES DAS COMARCAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.

O juiz auxiliar da Presidência, Geraldo Leite, supervisionou os cursos de Justiça em Números e de Gestão em Unidades Judiciais na Escola Judicial do TJPA, para aprimorar as ações e o cumprimento das metas

RICARDO LIMA

ESCOLA JUDICIAL

Curso de gestão em unidade judiciária é pioneiro na área de pós-graduação

Formação massiva em gestão judicial também foi um marco no biênio 2019-2021

Curso de pós-graduação em gestão pública teve quatro turmas e 88 concluintes, entre servidores e magistrados



Um total de 5,1 mil horas-aula ministradas, 198 cursos e eventos e 12.125 concluintes/participantes, dentre os quais 694 magistrados, 4.758 servidores e 1.972 pessoas da comunidade local. Essa foi a performance da Escola Judicial “Dr. Elder Lisboa” durante o biênio 2019-2021.

Entre as ações de formação, destaca-se o primeiro curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Gestão em Unidade Judiciária, com o objetivo de atender ao TJPA.

Trata-se do primeiro curso dessa natureza credenciado no Conselho Estadual de Educação do Pará e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. São 49 alunos, dentre magistrados, diretores de secretaria e demais servidores do TJPA, com carga-horária total de 400 horas-aula e previsão de conclusão em julho de 2021.

Em 2019, houve a conclusão dos cursos de

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará. Foram quatro turmas, cada uma com ênfase em Direito Civil e Direito Processual Civil; Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Humanos; Desenvolvimento de Pessoas; e Políticas Públicas e Governança. Os cursos tiveram 88 concluintes dentre magistrados e servidores do TJPA.

Gestão

A formação na gestão judicial também foi um marco no biênio, com formações de escala abrangente do TJPA em cursos de gestão de unidade judiciária e Justiça em Números. No ano de 2019 foram realizados 23 cursos com a temática, totalizando 565 horas-aula e um total de 430 magistrados e servidores

ÉRIKA NUNES

formados presencialmente nas comarcas de Belém, Marabá, Igarapé-Miri, São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Baião, Porto de Moz, Acará, Santo Antônio do Tauá e Maracanã.

No formato de Educação a Distância (EAD) também foram ofertadas, durante o ano de 2019, nove turmas do curso de gestão e qualidade na Unidade Judicial, com o total de 156 concluintes.

Em 2020, houve o lançamento do Curso de Gestão e Qualidade na Unidade Judicial, no formato autoinstrucional, com 20 horas/aula. Foram formados 62 magistrados e servidores.

Também em 2020, houve formações a distância sobre Processo Judicial Eletrônico (PJe), com enfoque nas noções, operacionalidade e PJe criminal, alcançando o total de 485 concluintes, dentre magistrados e servidores.

ESCOLA JUDICIAL CIDADÃ ABRE DIÁLOGO A RESPEITO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS COM JOVENS ESTUDANTES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PÚBLICO ESTADUAL.



Diálogo

Em 2019 foi lançado o projeto Escola Judicial Cidadã, para impulsionar o diálogo entre o Judiciário e a sociedade, a respeito de temas relevantes de cidadania e direitos humanos, sobretudo com jovens estudantes do sistema de educação pública estadual. Em 2019, houve eventos presenciais nos Colégios Estaduais Paes de Carvalho (Juventude e Cidadania), Benjamin Constant (Direitos Fundamentais) e David Salomão Mufarrej (Combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres), além de eventos a distância, como *lives* e webinários, contando com a contribuição de voluntários magistrados e servidores do TJPA para conduzir os

temas junto à comunidade.

Em 2020, com a pandemia e a suspensão dos cursos e eventos presenciais, como medida de segurança, a EJPA adequou seu calendário para se adaptar à nova realidade do ensino. A Escola Judicial manteve a continuidade das atividades de ensino e extensão, com destaque para a discussão sobre os desafios enfrentados no âmbito institucional e social.

Foram promovidos webinários, *lives* em redes sociais e cursos com a participação voluntária de formadores, personalidades jurídicas do

ÉRIKA NUNES

Escola Judicial ministrou mais de cinco mil horas-aula, em 198 cursos e eventos, com mais de 12 mil concluintes

Pará e nacionais.

Houve 14 *lives* ministradas por magistrados, servidores e outras personalidades, sobre temas como inteligência emocional, teletrabalho no Poder Judiciário, a pandemia e os impactos sobre a efetiva prestação jurisdicional, gestão digital, reforma na Previdência Social, aborto humanitário e o sistema normativo brasileiro, dentre outras, alcançando quase cinco mil visualizações. Levando em consideração os webinários, a audiência somou milhares de visualizações por pessoas em todo o Brasil.

Parcerias

Os eventos foram realizados pela Escola Judicial em parceria com outros setores do TJPA, como as Corregedorias de Justiça no Webinário sobre a Atividade Extrajudicial; a Coordenadoria da Infância e Juventude, para o Webinário sobre os Direitos da Criança e do Adolescente em tempos de pandemia; e instituição externa, como a Universidade Federal do Pará, para a realização do Webinário sobre Gestão Racional de Processos.

DEMANDAS REPETITIVAS

Núcleo identifica os trinta maiores litigantes do Pará

Objetivo é estimular a resolução consensual dessas demandas e reduzir a judicialização de conflitos



A gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes ganhou impulso com a criação do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede), responsável por identificar, analisar, monitorar e normatizar critérios de identificação dos grandes litigantes e das demandas repetitivas.

O Numopede convocou os grandes litigantes a fazer o cadastro obrigatório para facilitar a citação em processos judiciais e divulgou também a lista com os 30 maiores litigantes no âmbito do TJPA. Para estimular a adesão de empresas a ações que reduzam a judicialização, o Numopede criou também o selo “Empresa Amiga da Justiça”.

Foram criados tutoriais para esclarecer o cadastramento de decisões que aplicam os precedentes vinculantes e possibilitar a emissão de relatórios mais fidedignos ao Conselho Nacional de Justiça.

Foi produzido documento para esclarecer o

procedimento de sobrestamento por precedentes judiciais qualificados, bem como fomentar a importância da devida aplicação.

Ações voltadas aos sistemas eletrônicos utilizados pelo Tribunal de Justiça do Pará otimizaram o desempenho das competências do setor, entre as quais se destacam:

- > Criação de mecanismos eletrônicos de identificação dos grandes litigantes, possibilitando a emissão de lista dos trinta maiores litigantes no âmbito do TJPA.
- > Criação de painel estatístico com as informações de sobrestamento por precedentes judiciais no âmbito do TJPA.
- > Aprimoramento do “Portal do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas)”, com informações completas sobre todos os IRDRs admitidos no âmbito do TJPA. Ampliação do projeto mala-direta, com aumento do cadastro de magistrados e servidores para recebimento de informações relativas aos precedentes qualificados.



Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, presidente da Comissão Gestora de Precedentes do STJ, durante o II Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados, para ampliar a integração entre STJ e tribunais estaduais

- > Criação de parâmetros no sistema Libra do TJPA, para implantar a ferramenta “Webservice” de integração de dados sobre precedentes judiciais qualificados com o CNJ.
- > Reformulação da apresentação da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais e do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes no site do Tribunal de Justiça, no campo “precedentes judiciais”, para garantir maior transparência na prestação jurisdicional.
- > Criação dos “destaques”, notícias diariamente alimentadas no site do TJPA sobre os precedentes qualificados que competem ao Nugep gerenciar. O objetivo é dar mais efetividade à aplicação de precedentes qualificados, segurança jurídica e celeridade na prestação jurisdicional, além de fomentar métodos de soluções consensuais de conflitos.
- > Emissão de relatório com todos os dados quantitativos e qualitativos, do IRDR no âmbito do TJPA, atualizado periodicamente.

O SELO “EMPRESA AMIGA DA JUSTIÇA” DISTINGUIRÁ PESSOAS JURÍDICAS QUE ADERIREM A AÇÕES QUE REDUZAM A JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Missão foi reduzir o congestionamento de processos no 2º grau

Parceria com o Numopede viabilizou o cadastro obrigatório e o termo de cooperação aos grandes litigantes

A Secretaria Judiciária atuou conjuntamente com as unidades administrativas e judiciárias envolvidas na gestão de demandas repetitivas e dos grandes litigantes, nas seguintes ações:

Cadastramento obrigatório

Aprimorar os mecanismos para reduzir os processos dos grandes litigantes, que congestionam o Poder Judiciário Estadual Paraense, em parceria com o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede). Foi feita a convocação para cadastramento obrigatório e de termo de cooperação com os grandes litigantes, para facilitar a citação e intimação em processos físicos. Também foi fixado prazo para o cadastro no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) de empresas públicas e privadas obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, conforme o art. 246,

§§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil.

Minutas e súmulas

Aprimorar os mecanismos para reduzir as demandas repetitivas no TJPA, a partir da elaboração de minutas de súmulas da jurisprudência pacificada para estimular a edição de súmulas locais a respeito de matérias pacificadas no TJPA, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, que ainda não foram submetidas ao regime de repercussão geral ou ao julgamento de recursos repetitivos.

Citação e intimação

Instituir o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numoped), com regulamentação das comunicações de atos processuais de forma eletrônica no sistema Libra, citação e intimação eletrônica nos processos que tramitam em autos físicos das pessoas jurídicas de direito público

OS 11 ÓRGÃOS JULGADORES DO TJPA JÁ FIZERAM 813 SESSÕES DE JULGAMENTO NO PLENÁRIO VIRTUAL, NAS QUAIS FORAM PAUTADOS 20,3 MIL PROCESSOS JUDICIAIS DESDE 11 DE MARÇO DE 2019.

ou privado, especialmente as identificadas como grandes litigantes, assim como as microempresas e as empresas de pequeno porte, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. Foi elaborado também o Guia Prático das comunicações de atos processuais de forma eletrônica, no sistema Libra.

Assessoramento e suporte

O Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) auxilia os gabinetes de desembargador com a produção de minutas de decisões monocráticas ou colegiadas. Entre 11 de março e 18 de dezembro de 2019, o GAS auxiliou, em 13 períodos sucessivos, gabinetes de desembargadores com competência cível, produzindo 1,3 mil minutas, além de 95 minutas para as Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais. De 7 de janeiro a 13 de novembro de 2020, o GAS apoiou, em 12 períodos sucessivos, gabinetes de desembargadores com competência cível, produzindo 751 minutas, além de 195 minutas para as Turmas Recursais dos Juizados

Especiais. Também elaborou 75 minutas, em dois períodos sucessivos, para gabinetes de desembargadores com competência penal. Foram 2,4 mil minutas de decisões judiciais no período.

Plenário virtual

O Plenário Virtual foi desenvolvido pelas secretarias Judiciária e de Informática, com base na exitosa experiência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A 2ª Turma de Direito Público foi a pioneira nesta modalidade de julgamento, na qual o relator disponibiliza, em ambiente eletrônico, relatório e voto do processo. O feito fica em apreciação colegiada por 5 ou 2 dias úteis – a depender da classe processual. A sessão de julgamento é disponibilizada, em tempo real, na página do TJPA, na rede mundial de computadores.

Os 11 órgãos julgadores do TJPA já fizeram 813 sessões de julgamento, nas quais foram pautados 20,3 mil processos judiciais desde 11 de março de 2019.

Foram efetivamente julgados 17,9 mil processos, um percentual de 88%. Há sempre a possibilidade de pedido de retirada do Plenário Virtual por desembargador ou pelos procuradores das partes, hipótese em que o feito será apreciado presencialmente ou, no contexto da pandemia de Covid-19, por videoconferência.

Em 2020, o Plenário Virtual passou a ser utilizado, também, nos julgamentos da Turma Permanente e da Turma Provisória do Sistema dos Juiza-

dos Especiais, com 47 julgamentos colegiados, 3,4 mil processos pautados e 2,6 mil feitos julgados. Isso corresponde à apreciação de 78,3% dos processos em ambiente eletrônico.

Os órgãos julgadores do TJPA e as Turmas Recursais fizeram 860 sessões em Plenário Virtual, nas quais foram pautados 23,7 mil processos. Foram efetivamente julgados 20,6 mil feitos, o que corresponde à resolução colegiada de 86,6% das demandas.

Nº	ÓRGÃO JULGADOR	SESSÕES FINALIZADAS	PROCESSOS PAUTADOS	PROCESSOS JULGADOS	PERCENTUAL DE JULGAMENTO
1	Tribunal Pleno	108	331	262	79,2
2	Seção de Direito Privado	36	93	73	78,5
3	Seção de Direito Público	44	360	295	81,9
4	Seção de Direito Penal	92	3.492	3.095	88,6
5	1ª Turma de Direito Penal	13	610	559	91,6
6	1ª Turma de Direito Privado	82	2.448	2.153	87,9
7	1ª Turma de Direito Público	118	5.002	4.437	88,7
8	2ª Turma de Direito Penal	36	985	857	87,0
9	2ª Turma de Direito Privado	117	3.083	2.786	90,4
10	2ª Turma de Direito Público	114	2.174	1.836	84,5
11	3ª Turma de Direito Penal	53	1.794	1.584	88,3
Total		813	20.372	17.937	88,0
12	Turma Recursal Permanente	23	2.483	2.038	82,1
13	Turma Recursal Provisória	24	936	638	68,2
Total		47	3.419	2.676	78,3
Total Geral		860	23.791	20.613	86,6

FONTE: SECRETARIA JUDICIÁRIA

Encaminhamento de processos

No biênio 2019-2021, a Secretaria Judiciária e a Central de Digitalização do 2º Grau enviaram 764 autos processuais eletrônicos e receberam 2.917 processos do Superior Tribunal de Justiça por meio do Programa de Gestão de Peças Eletrônicas (GPE). Durante o biênio, o TJPA enviou 11 autos processuais eletrônicos diretamente para o STF e recebeu daquela Corte 687 processos.

Os processos enviados diretamente do TJPA ao STF são apenas aqueles em que houve interposição exclusiva de Recurso Extraordinário ou Agravo em Recurso Extraordinário, pois, havendo manejo concomitante com Recurso Especial ou Agravo em Recurso Especial, os autos são enviados diretamente do STJ ao STF, de forma eletrônica, ao término do julgamento dos recursos de sua competência.

Em 2019, a Central de Digitalização do 2º Grau digitalizou 4,9 mil processos – que correspondem a 1,2 milhão de páginas, e até novembro de 2020 havia digitalizado 1,8 mil processos, que correspondem a 568,6 mil páginas.

Divisão de taquigrafia

A Divisão de Taquigrafia é composta por seis taquígrafos, que participaram presencialmente, em 2019, de 48 Sessões Ordinárias do Tribunal Pleno, 21 Sessões Ordinárias e 1 Sessão Extraordinária do Conselho da Magistratura, 46 Sessões Ordinárias da Seção de Direito Penal, 21 Sessões Ordinárias da Seção de Direito Público e 18 Sessões Ordinárias da Seção de Direito Privado.

Também no ano de 2019, a Divisão de Taquigrafia atuou na degrevação de três audiências públicas de conciliação sobre tratamento de resíduos na Região Metropolitana de Belém; três da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem; duas de oitiva de testemunhas da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 718/2020-GP; duas de conciliação entre Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública

do Pará (Sintepp) e o município de Castanhal.

Em 2020, a Divisão de Taquigrafia participou presencialmente de sessões dos órgãos julgadores do TJPA até o mês de março, passando a atuar virtualmente a partir de então, em decorrência da pandemia de Covid-19, taquigrafando os trabalhos das seguintes solenidades judiciais: 30 Sessões Ordinárias e 1 Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno; 12 Sessões Ordinárias e 1 Sessão Extraordinária do Conselho da Magistratura; 26 Sessões Ordinárias e 1 Sessão Extraordinária da Seção de Direito Penal; 9 Sessões Ordinárias da Seção de Direito Público; e 8 Sessões Ordinárias da Seção de Direito Privado.

A Divisão de Taquigrafia também degreavou quatro reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem.

Acórdãos e jurisprudência

A Divisão de Registro de Acórdãos e Jurisprudência (DRAJ) desenvolve as atividades de atendimento às consultas externas e internas sobre acórdãos, pesquisas jurisprudenciais, orientação aos gabinetes de desembargador quanto à tramitação dos processos nos sistemas Libra e PJe; colaboração na indexação e envio de processos, via sistema ISTJ, ao Superior Tribunal de Justiça; análise e indexação dos acórdãos diariamente publicados, no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), nos sistemas Libra e PJe; elaboração de Termos para Demandas Repetitivas e levantamento de dados para embasar o Projeto de Criação do Centro de Inteligência da Justiça, juntamente com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep).

Em 2019, o Serviço de Jurisprudência realizou 284 pesquisas jurisprudenciais, enquanto em 2020 foram realizadas 657 pesquisas.

Em 2019, a Divisão publicou 11,4 mil acórdãos, ao passo que, em 2020, foram publicados 4.673 acórdãos do TJPA – ocorrendo 36 republicações – e 147 acórdãos das Turmas Recursais.

ARRECAÇÃO

Judiciário reduz despesas e usa tecnologia para enfrentar a crise

Medidas para aperfeiçoar a gestão financeira e orçamentária e convênios compensaram a perda de receitas

Em um cenário de crise econômica, aprofundada pela crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, o Tribunal de Justiça do Pará adotou várias medidas para aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros e assegurar a prestação do serviço jurisdicional com qualidade ao cidadão durante o biênio 2019-2021.

Na gestão da arrecadação judicial, foram atualizados normativos de parcelamento e de restituição de custas e regulamentada a utilização das fianças de processos criminais.

Houve também treinamento *on line* para os servidores das unidades de arrecadação.

Foram instaurados 1.080 procedimentos de fiscalização em unidades judiciais, referentes a custas processuais não recolhidas, e foram enviados às corregedorias de Justiça os relatórios das correções ordinárias físicas e virtuais.

A gestão da arrecadação das receitas que envolvem recolhimentos por parte dos cartórios extrajudiciais e que compõem o Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário (FRJ) foi incrementada com novos módulos e funcionalidades, no Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial (SIAE), dentre os quais se destaca o módulo de prestação de contas das receitas e despesas das serventias vagas e de seu manual, que permite o envio de forma eletrônica da prestação de contas e de todos os documentos que a integram, dando maior transparência e celeridade aos dados e permitindo inclusive retificação, se necessária.

A conclusão da implantação do Selo de Fiscalização Digital em todos os cartórios extrajudiciais da Região Metropolitana de Belém está prevista para 31 de janeiro de 2021.

O SELO DE FISCALIZAÇÃO DIGITAL ESTARÁ IMPLANTADO EM TODOS OS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2021.

Ressarcimento

A alteração da Lei Estadual nº 6.931, de 13 de fevereiro de 2006, que criou o Fundo de Apoio ao Registro Civil no Estado do Pará, em 2019, permitiu a transferência ao TJPA da atribuição de ressarcir os cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais pelos atos gratuitos.

A alteração legislativa ocorreu em função da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário na execução orçamentária, permitindo que não haja interrupção no ressarcimento mensal dos cartórios, observados os prazos legais.

A fiscalização do recolhimento das receitas devidas pelos cartórios extrajudiciais envolveu 192 procedimentos de notificações pela falta de declaração de utilização de selos de segurança e 743 notificações por descumprimentos ou atrasos de uma ou mais das obrigações previstas em leis e normativos.

Foram analisadas também 174 prestações mensais de receitas e despesas enviadas por responsáveis interinos de serventias vagas, realizadas

32 correções virtuais e expedidos 69 relatórios situacionais solicitados pelas corregedorias de Justiça, para auxiliar correções ordinárias físicas e virtuais.

FRJ

A queda da arrecadação das receitas que compõem o Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário (FRJ) foi mais acentuada nas aplicações financeiras, por causa da redução da taxa Selic. As reduções nas receitas próprias, destinadas ao pagamento do custeio, manutenção e investimentos, exigiram contenção de gastos para manter o equilíbrio financeiro e o funcionamento do Tribunal.

Convênios como os que viabilizaram a Central de Digitalização no Sudeste do Pará e a instalação do Sistema de Videoaudiência em diversas varas de competência criminal foram a alternativa para suprir a queda na arrecadação.

Uma outra alternativa foram os recursos tecnológicos que mantiveram a prestação jurisdicional à sociedade com redução de despesas. Entre as medidas adotadas destacam-se:

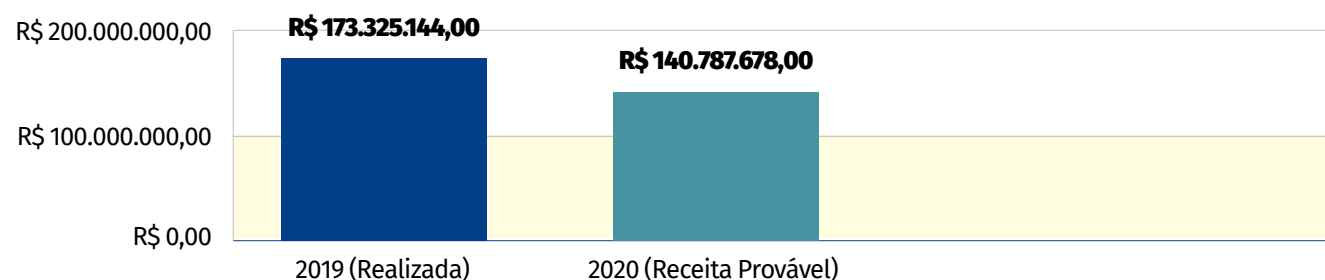
- > A continuidade da prestação jurisdicional com magistrados e servidores em Teletrabalho.
- > Utilização de dispositivos eletrônicos para audiências, sessões plenárias, reuniões de grupos de trabalho, correições virtuais etc.
- > Redução de aluguéis e do valor de contrato, nas hipóteses legais possíveis.
- > Suspensão de diárias, passagens aéreas e supri-

mento de fundos ordinário e extraordinário em face das medidas de isolamento social.

QUEDA

Entre 2019 e 2020, a queda na arrecadação das Receitas Próprias do Poder Judiciário, que compõem o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), está estimada em 18,77%. A receita em 2019 foi de R\$ 173,3 milhões, para uma arrecadação provável, em 2020, de R\$ 140,7 milhões.

FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FRJ 2019-2020

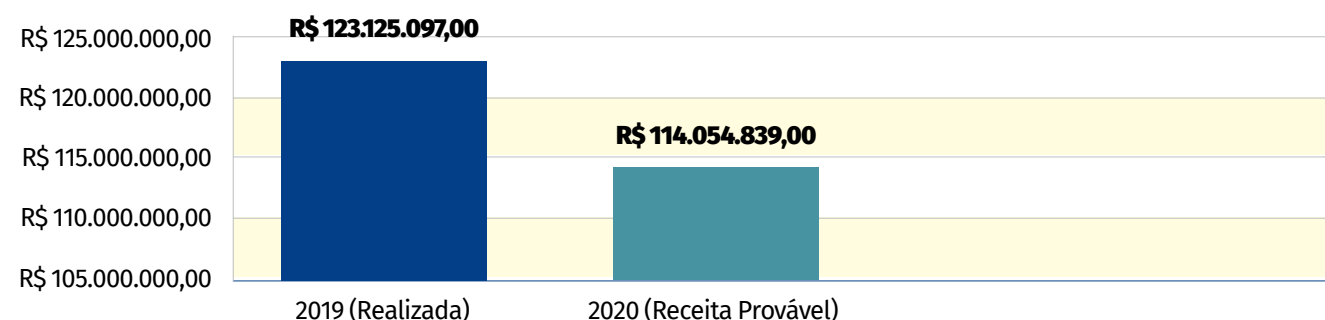


FONTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(2019) RECEITA REALIZADA A PREÇOS CORRENTES.
(2020) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ SETEMBRO/2020

Entre 2019 e 2020, a Receita Tributária teve decréscimo de -7,37%, sobretudo de março a julho de 2020, período agudo da pandemia de Covid-19, quando diminuiu acentuadamente a arrecadação

das custas e despesas processuais, taxa de fiscalização, comercialização dos selos de segurança físicos e digitais e da renda excedente dos cartórios vagos, cujas receitas compõem o FRJ.

RECEITA TRIBUTÁRIA 2019-2020

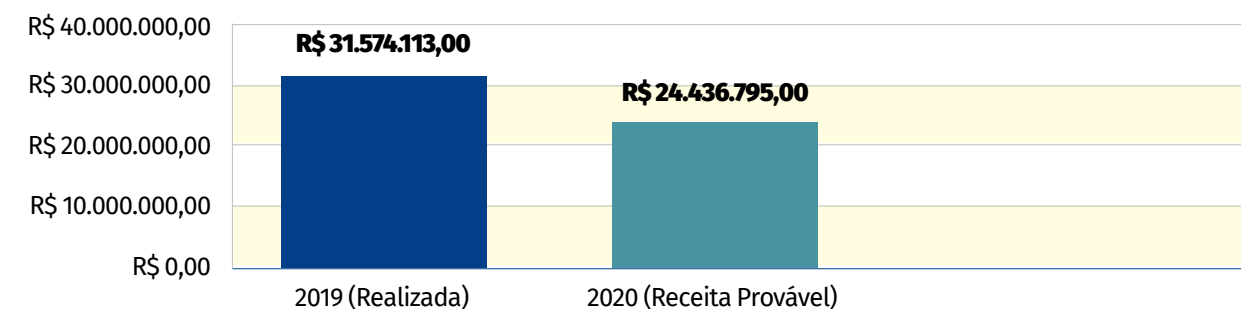


FONTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(2019) RECEITA REALIZADA A PREÇOS CORRENTES.
(2020) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ SETEMBRO/2020

Outra receita do FRJ que apresentou queda de -22,60%, entre 2019 e 2020, foi a proveniente de aplicação, resultado das sucessivas

reduções da taxa Selic e da diminuição do estoque de recursos aplicados no mesmo período.

RECEITA DE APLICAÇÃO DO TJPA 2019-2020

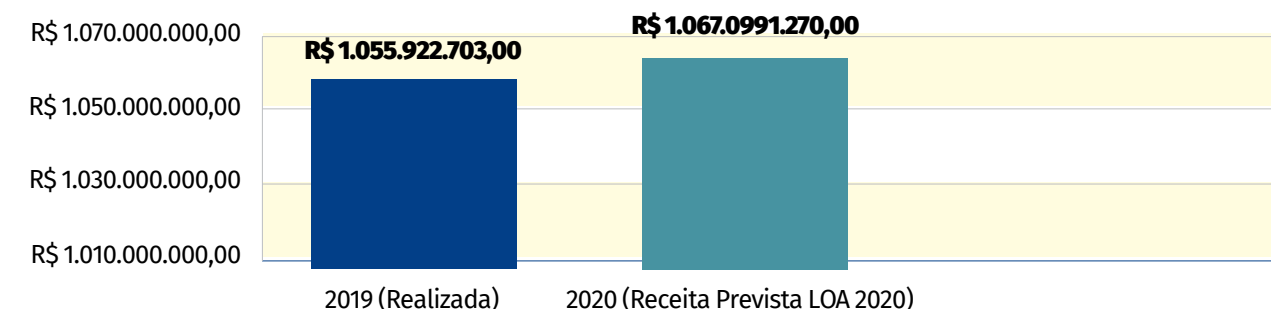


FONTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(2019) RECEITA REALIZADA A PREÇOS CORRENTES.
(2020) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ SETEMBRO/2020

O Tesouro Estadual consignou para o exercício de 2020, um crédito orçamentário de R\$ 1,067 bilhão, na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Comparado ao crédito realizado no ano

anterior, de R\$ 1.055 bilhão, o acréscimo foi de apenas 1,06%, para financiar despesas com pessoal, encargos sociais e demais despesas compulsórias decorrentes de relações trabalhistas do Tribunal de Justiça.

RECEITA DO TESOURO - TJPA 2019-2020



FONTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(2019) RECEITA REALIZADA A PREÇOS CORRENTES.
(2020) RECEITA PREVISTA LOA 2020

GOVERNANÇA

Judiciário melhora a logística de insumos no sul e oeste do Estado

Objetivo é garantir qualidade ao atendimento jurisdicional com a redução de custos e atrasos



Presidente do TJPA, desembargador Leonardo Tavares visita o Centro Administrativo de Santarém, que atende a 18 comarcas da região oeste do Pará

ÉRIKA NUNES



Os Centros Administrativos Regionais do Poder Judiciário nos Polos de Santarém e Marabá são um passo estratégico para desconcentrar o suporte administrativo e logístico e acelerar entregas de insumos que melhorem as condições de trabalho das comarcas dessas regiões. O objetivo é reduzir custos e atrasos causados pela dimensão territorial do Estado e pelas dificuldades de acesso.

Custos

Um sistema integrado unificou as gestões patrimonial e financeira do TJPA e pormenoriza os custos da atividade jurisdicional.

Foram instalados módulos do sistema nas unidades que cuidam de cada aspecto da gestão: Controle de Recursos Patrimoniais e Materiais; Controle de Frota; Compras e Licitações; Gestão de

COM O APOIO DA SEFA E DA PRODEPA ESTÁ SENDO FEITA A INTEGRAÇÃO ENTRE O SISTEMA DE CUSTOS DO TJPA E O SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO (SIAFEM).

Contratos e Convênios; Orçamento, Contabilidade e Financeiro; e Gestão de Custos.

Com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (Prodepa) está sendo feita a integração entre o Sistema de Custos do TJPA e o Sistema Financeiro do Estado (SIAFEM).

Esse procedimento automatizará a emissão de Notas de Empenhos, Notas de Liquidação e Ordens Bancárias, com maior eficiência à execução financeira e ao acompanhamento de custos em tempo real.

A integração com o SIAFEM tornará a tomada de decisões estratégicas pela gestão do TJPA

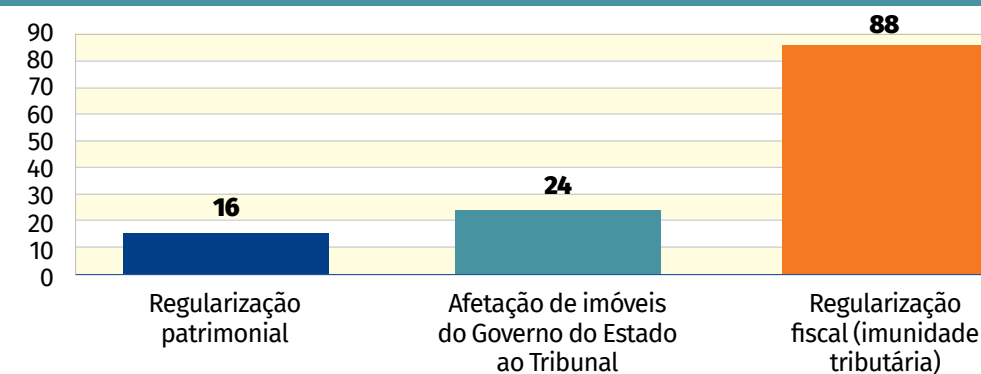
melhor consubstanciada no cenário orçamentário e financeiro, resultando em maior robustez nos resultados e benefícios estimados.

Imóveis

No biênio de 2019-2021, houve 16 regularizações patrimoniais e 24 afetações de imóveis do governo do Estado ao TJPA, alcançando a marca de mais de 80% dos imóveis de posse e propriedade já regularizados.

Também houve a regularização fiscal de 88 imóveis das comarcas do interior, com solicitação de imunidade tributária constitucional e posterior emissão da Certidão Negativa de Débitos Tributários – CND.

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS



FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Leilões

Em dezembro de 2019, 24 veículos foram arrematados, em leilão, por R\$ 450 mil, recurso usado em várias atividades do Judiciário paraense. Em dezembro de 2020 foram leiloados 28 veículos de marcas e modelos diversos, cujos valores, segundo a tabela FIPE, podem alcançar o montante de R\$ 990 mil.

Está em fase final de instrução o processo de leilão de quatro imóveis desafetados do acervo patrimonial do TJPA - a Residência Oficial do Magistrado de Vigia de Nazaré, Portel, Maracanã e Monte Alegre (somente terreno).

Seguem os trâmites legais para o processo de leilão de 26 embarcações e uma Unidade Móvel do TJPA, declaradas inservíveis.

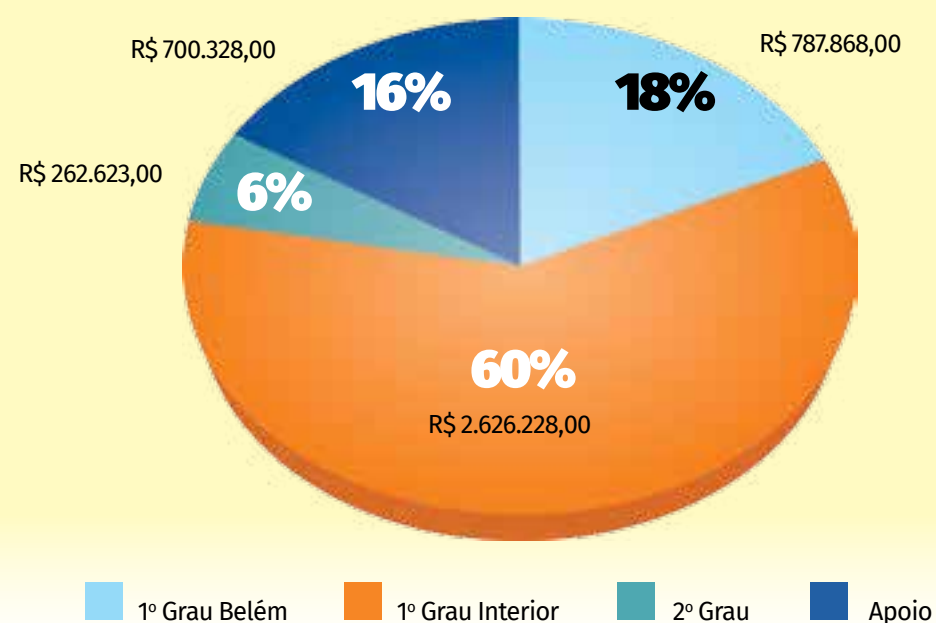
Vigilância

O TJPA economizou R\$ 1,4 milhão com o serviço de vigilância armada, ampliando os postos atendidos. Em 2019 havia 28 postos contratados e 27 comarcas atendidas. O custo anual era de R\$ 4,2 milhões. Em 2020 foi possível contratar 39 postos e ampliar o atendimento para 37 comarcas, a um custo anual de R\$ 2,7 milhões.

Bens permanentes

Entre fevereiro de 2019 e outubro de 2020, o TJPA investiu R\$ 4,7 milhões na aquisição de bens permanentes, excetuando a aquisição de veículos e de equipamentos de informática. No mesmo período, foram distribuídos às unidades administrativas e judiciárias R\$ 4,3 milhões, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DE BENS PERMANENTES 2019-2020

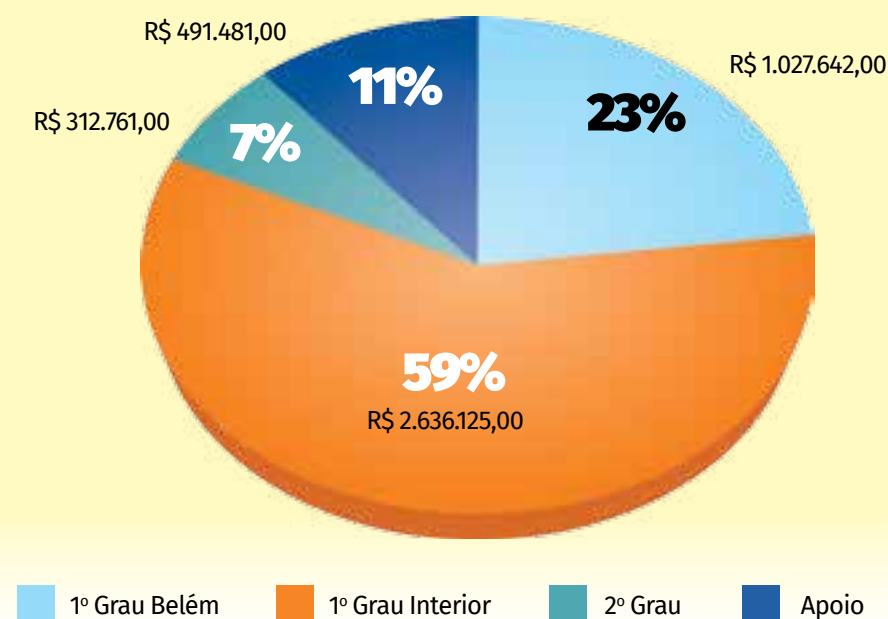


EPIs

O investimento em materiais de consumo foi de R\$ 4,5 milhões, excetuando a aquisição de materiais odontológicos ou médicos. Foram distribuídos

no mesmo período às unidades administrativas e judiciárias do TJPA R\$ 4,4 milhões, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO 2019-2020



Entre os materiais de consumo distribuídos estão os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados à prevenção do contágio do novo coronavírus, entre os quais álcool em gel, álcool líquido, máscaras, *face shields*, dispensador de álcool em gel, borrifador de álcool, fitas de demarcação de piso, barreiras de proteção e termômetros, num total de 54,3 mil itens. O investimento foi de R\$ 447,4 mil. Os EPIs foram distribuídos a todas as unidades administrativas e judiciárias, sem prejuízos ao planejamento de retorno às atividades presenciais,

garantindo a proteção de magistrados, servidores e jurisdicionados.

Arquivo

O Arquivo Regional passou a receber os processos que ainda não transitaram em julgado, mas já foram digitalizados e migrados ao PJe, com o intuito de colaborar com a solução para a destinação adequada dos documentos e com a liberação dos espaços físicos nas varas.

ARQUIVO REGIONAL DE BELÉM

	2019		2020		TOTAL
	BELÉM	COMARCAS	BELÉM	COMARCAS	
Processos recebidos	81.114	97.343	23.741	42.272	244.470
Desarquivamentos	4.035	1.697	1.995	369	8.096



Tem Saída Tapajós

Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Ministério Público, Defensoria Pública, Prefeitura de Santarém e OAB/PA

Autonomia financeira de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Agora você pode contar com o Programa Tem Saída Tapajós, que promove a sua inclusão econômica, por meio da inserção no mercado de trabalho.



As mulheres em situação de violência doméstica ou familiar podem fazer junto ao Poder Judiciário, à Defensoria Pública ou ao Ministério Público a sua inclusão no Programa "Tem Saída Tapajós" para concorrer a vagas de emprego em empresas apoiadoras. A triagem e o acolhimento psicossocial das interessadas serão feitos pelo Centro de Referência Maria do Pará.



Projeto replicado do TJSP, originalmente chamado Tem Saída.

Bragança

Os 180 anos da Comarca de Bragança foram celebrados com o lançamento de um *e-book* comemorativo, em conjunto com o campus da UFPA no município. Também foi criado o serviço "Visita guiada virtual", com o objetivo de estender aos meios digitais a memória e a história do Judiciário paraense.

Foram inseridos 893 documentos no BD-TJ-PA para continuidade no consórcio BD-Jur, sistema de bibliotecas jurídicas digitais gerenciado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Parcerias

Para garantir Direitos da Cidadania foram firmadas várias parcerias, dentre as quais a que resultou na implantação do "Projeto Tem Saída Tapajós", que apoia a autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica, em Santarém, e sua inserção no mercado de trabalho. O acordo que resultou no projeto envolve o TJPA, o Ministério Público do Pará, a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura de Santarém, e a Defensoria Pública do Pará.

Com a Procuradoria Geral do Pará (PGE/PA) foi firmado Termo de Cooperação Técnica para digitalizar processos físicos e criar infraestrutura eletrônica para consulta ou recepção de dados das ações judiciais em que o Estado do Pará seja parte ou figure como terceiro interessado. O acesso se dará no banco de dados do 1º e 2º graus do Tribunal, para o sistema eletrônico de acompanhamento dos processos judiciais e expedientes administrativos da PGE.

Com o Departamento de Trânsito do Pará (Detran/PA) e com o Colégio Notarial do

"Tem Saída Tapajós" é feito em parceria entre o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria e a Prefeitura de Santarém, para empoderar mulheres em situação de violência doméstica

Brasil – Seção Pará, Termo de Cooperação para garantir a comunicação de venda de veículo em tempo real, com mais comodidade e segurança ao público e célere atualização do banco de dados do Detran. O objetivo é que os Cartórios de Notas do Pará enviem ao Detran/PA cópia autenticada, após reconhecimento de firmas, do documento de autorização para a transferência de propriedade do veículo, por meio de um Sistema de Comunicação Eletrônica de Venda de Veículos Automotores Terrestres.

Com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, pela Secretaria Nacional do Consumidor, acordo de cooperação técnica para ações conjuntas de incentivo e aperfeiçoamento de métodos autocompositivos de solução de conflitos de consumo, voltados para redução e prevenção dos litígios judicializados, através do uso da plataforma (consumidor.gov.br).

Com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) protocolo de intenções para o desenvolvimento de projeto piloto para o uso da Inteligência Artificial na identificação e agrupamento de processos.

Transparência

No Portal da Transparência do TJPA foi criada aba específica com informações detalhadas das contratações e ou aquisições necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus - Covid-19 no âmbito do Judiciário, e do estado de calamidade pública, reconhecido através do Decreto legislativo 6/2020. Além dos dados referentes às contratações, foram também disponibilizadas todas as informações e providências relacionadas à pandemia, adotadas no âmbito do TJPA. As ações citadas atendem às exigências legais de publicidade e transparência e cumprem o previsto no § 2º, art. 4º da Lei 13.979 de 2020.

MONITORAMENTO

GMF fiscaliza a aplicação das leis e normas no sistema prisional do Pará

Objetivo é assegurar a pacificação nos estabelecimentos penais e de execução de medidas socioeducativas



ÉRIKA NUNES

O juiz auxiliar da presidência do CNJ, Luíz Lanfredi, ao lado do Desembargador-Supervisor do GME, Ronaldo Valle, durante encontro regional sobre ações de biometria no sistema penal



Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução e Medidas Socioeducativas do Pará, subordinado à Presidência do TJPA, executou as seguintes ações no biênio 2019-2021:

Maternidade

A proteção à maternidade no âmbito da execução penal e do cumprimento das medidas socioeducativas exige o monitoramento do cumprimento das disposições legais e regulamentares das condições carcerárias de grávidas e lactantes.

O objetivo é cumprir o entendimento firmado no HC 143.641-STF, que substituiu a prisão preventiva pela domiciliar de mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, excetuando os casos de crimes mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, que deverão ser devidamente fundamentadas pelo juízes que denegarem o benefício.

Em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), o monitoramento é mensal, por meio da emissão de relatório com o quantitativo de presas grávidas e lactantes em cumprimento de medida socioeducativa, com a alimentação dos dados no site do CNJ. Em caso de demora na prestação de informações, são acionados os respectivos órgãos e, eventualmente, o controle interno de cada um deles.

Saúde

Para proteger a saúde de detentos, o GMF monitora o cumprimento das disposições legais e regulamentares às condições sanitárias nas unidades carcerárias, mediante cobrança de explicações e providências quanto às más condições de higiene e limpeza que venham a comprometer a saúde no cárcere. Em parceria com a SEAP e a Fasepa, a fiscalização se dá a partir do controle mensal do cumprimento da inspeção carcerária

pelos juízes criminais do Estado. Após a fiscalização, eles preenchem o Cadastro Nacional de Inspeções Penitenciárias (CNIPEP), conforme roteiro e demais orientações do CJN. No biênio 2019-2021, foram inspecionadas 155 comarcas.

Covid-19

Foi implantado o Comitê de Combate à Covid-19 para prevenir os casos da doença nos estabelecimentos prisionais. Em parceria com a SEAP, o monitoramento é quinzenal e se dá por meio de informações nos relatórios da SEAP que apuram, entre outros dados, o quantitativo de detentos e servidores com Covid-19, número de óbitos e disponibilidade de materiais de suporte (EPI) para o enfrentamento da enfermidade nas casas penais do Estado. Também são expedidas recomendações com as orientações do CNJ a respeito do tema.

A teal circle graphic containing text about the COVID-19 committee. The text is in white and blue, and the circle is flanked by stylized blue shapes resembling the letters 'M' and 'I'.

FOI IMPLANTADO O COMITÊ DE COMBATE À COVID-19 PARA PREVENIR OS CASOS DA DOENÇA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS.



RICARDO LIMA

Em março de 2019, o CNJ apresentou ao Tribunal de Justiça do Pará o Programa Justiça Presente, elaborado para enfrentar a crise carcerária desencadeada por uma série de rebeliões no País

Prazos

O esforço concentrado para o controle de prazos de prisões provisórias mantidas além de 90 dias evita o excesso de prazo no encarceramento. Desenvolvido pelas varas criminais do Estado, o esforço concentrado tem duas etapas, de 16 a 27 de março e de 13 de abril a 15 de maio de 2020, ambas prejudicadas pelas medidas institucionais de combate à pandemia. O resultado das 156 comarcas que forneceram os dados são os seguintes:

Processos conclusos para sentença, 4.161; manutenção de prisão, 209; revogação de prisão, 40; total de presos provisórios, 576; total de processos com data de prisão igual ou superior a 90 dias, 380; total de processos com presos provisórios com data de prisão igual ou superior a 90 dias, 365.

Audiência de custódia

O monitoramento das audiências de custódia é constante, feito de forma presencial e virtual. O objetivo é garantir o cumprimento das disposições legais e regulamentares, fiscalizando as prisões cautelares, com foco na aplicação de medidas diversas da prisão.

Biometria

Em parceria com o CNJ, está em fase de implantação o projeto de biometria das pessoas privadas de liberdade nas unidades carcerárias do Estado e emissão de documentos de identificação civil. A ação é feita em parceria com o Ministério Público do Pará, Defensoria Pública, SEAP e Fasepa.

PROMAG

Novo sistema de movimentação da carreira foi construído coletivamente

Expectativa é de que a informatização do processo elimine os gargalos à progressão na carreira



O sistema integrado de Movimentação da Carreira de Magistrado, denominado PROMAG, foi estruturado em três módulos: inscrição, instrução e julgamento. A construção foi coletiva, com divisão de competências. O Grupo de Trabalho atuou em duas frentes: aprimorar o normativo e conceber e desenvolver o sistema.

Houve reuniões com a Presidência, as Corregedorias, as secretarias de Informática, Judiciária, de Gestão de Pessoas, Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística e Associação de Magistrados do Pará (AMEPA)

Houve debate para se levantar os pontos críticos no procedimento de movimentação da carreira da magistratura.

A deliberação foi pela revisão e alteração da Resolução TJPA nº 09/18, que regulava a movimentação da carreira dos magistrados.

Foi criado um sistema informatizado, o PROMAG, aprovado no Pleno, por unanimidade, no dia 5 de junho de 2019. No dia foi publicada no DJE a Resolução 04/2019, que altera a redação de dispositivos da Resolução nº 9/2018.

RESOLUÇÃO QUE REGULAVA A MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DE MAGISTRADOS FOI MODIFICADA PARA A CRIAÇÃO DO PROMAG

RELATÓRIO

de Gestão



BIÊNIO
2019
2021



Serviço Jurisdicional

CONFLITOS	
Casa de Justiça e Cidadania firma parcerias em prol da cultura da paz.....	78
DEMANDAS SOCIAIS	
Juizados especiais levam a Justiça aonde o povo está	82
SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
Judiciário abre quatro novos Cejuscs na capital e no interior.....	90
CONSENSO	
Justiça restaurativa busca a paz a partir dos valores compartilhados.....	94
CONFLITOS AGRÁRIOS	
Ouvidoria Agrária inaugura a sua nova sede em Belém	98

CONFLITOS

Casa de Justiça e Cidadania firma parcerias em prol da cultura da paz

Duas instituições de ensino superior e o Procon atuam para garantir soluções de conciliação



A Casa de Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará fez 2,9 mil atendimentos, solucionando conflitos antes que se transformassem em ações judiciais e estimulando a cultura de paz e conciliação.

O trabalho conta com a parceria dos núcleos de prática jurídica da Faculdade de Belém (Fabel) e do Centro de Ensino Superior do Pará (Cesupa), além do Procon, vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh).

O projeto Pai Presente fez 1,5 mil atendimentos e a Sabadania, 176.

ATENDIMENTOS EM 2019

INSTITUIÇÃO	ATENDIMENTOS
Núcleo de Prática Jurídica - CESUPA	5
Núcleo de Prática Jurídica - FABEL	17
PROCON	68
2º CEJUSC- Acordos Homologados	270
2º CEJUSC- Atendimentos Diversos	761
CEJUSC- Casamento Comunitário	105
Total de atendimentos	1.226

FONTE: CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

RICARDO LIMA



Exames de DNA gratuitos ajudam a resolver de forma consensual os processos de reconhecimento de paternidade

AS AÇÕES DA SABADANIA OCORREM AOS SÁBADOS PARA FACILITAR O ACESSO DE PESSOAS QUE PRECISAM TRABALHAR DURANTE A SEMANA

Projetos e programas sociais

PROJETO PAI PRESENTE/CNJ- ATENDIMENTOS

	Ano 2019	Ano 2020
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade	163	67
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade Carceragem	93	23
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade Interior	14	1
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade Outros Estados	6	1
Cadastros de DNA	26	11
Exames de DNA	22	6
Orientações Diversas	607	468
TOTAL	931	577

FONTE: CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA



Sabadania garante atendimento a pessoas que precisam de 2ª via de documento de identidade

RICARDO LIMA

Casa de Justiça e Cidadania trabalha para solucionar conflitos e estimular a cultura de paz

ÉRIKA NUNES



“Ação sabadania”

Promovida durante os sábados, para facilitar o acesso do usuário aos serviços oferecidos pela Casa de Justiça e Cidadania.

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Reconhecimento Voluntário de Paternidade	3
Cadastro DNA	40
Exames DNA	23
Divórcio Consensual (Homologados)	3
Núcleo de Prática Jurídica (FABEL)	7
Orientação Jurídica	33
Carteira de Identidade (SSP/PA)	50
Informações Diversas	17
Total de atendimentos	176

FONTE: CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

DEMANDAS SOCIAIS

Juizados especiais levam a Justiça aonde o povo está

Atividades de itinerância garantem que o direito à justiça célere chegue aos que mais precisam

Tribunal de Justiça do Pará acompanha, no estádio, as partidas de maior público para assegurar o cumprimento do Estatuto do Torcedor



Reconhecimento de direitos e exercício pleno da cidadania são os princípios que norteiam

a Coordenadoria de Juizados Especiais, cujas ações se fundamentam no conceito de que a Justiça deve chegar às regiões mais remotas do Estado e de que a atividade jurisdicional deve se amoldar aos novos tempos para atender às demandas sociais de forma mais célere e satisfatória.

No biênio 2019-2021, além da execução das atividades de itinerância, destaca-se a transformação da 3ª Vara de Juizado Criminal da Capital na 2ª Vara de Juizado Especial Cível da Fazenda Pública.

Essa providência foi necessária por causa do crescimento acentuado de demandas relacionadas à Fazenda e por haver apenas um juízo que trate dessa matéria.

A 2ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA PROPORCIONA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL MAIS CÉLERE E EFICIENTE, COMO EXIGE O SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS.

A 2ª Vara de Juizado Especial da Fazenda Pública proporciona aos jurisdicionados uma tramitação processual mais célere e eficiente, como exige o sistema de juizados especiais. Também já está na

Presidência deste Tribunal a minuta de transformação da Turma Recursal Provisória na 2ª Turma Recursal Permanente, para dar mais vazão aos julgados dos recursos no âmbito dos Juizados Especiais.

ESPORTE COM JUSTIÇA

ANO	FREQÜÊNCIA NOS JOGOS	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2019	32 jogos	07 ocorrências (até 20/11/2019 - último jogo)
2020	08 jogos	01 ocorrência (até 14/03/2020 - último jogo)

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

RICARDO LIMA



JUIZADO EM DIA

ANO	AÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES ATENDIDAS	RECURSOS HUMANOS	RESULTADO
2019	GABINETE VIRTUAL	12	25 magistrados	5.668 sentenças prolatadas
2019	SECRETARIA VIRTUAL	01	01 servidora	347 atos de secretaria (período de 03 meses)
2020	GABINETE VIRTUAL	13	19 magistrados	9.704 sentenças prolatadas

FORTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

Em 2019 houve oito jornadas de conciliação, instrução e julgamento, sendo movimentados 1.547 processos, com 988 processos finalizados.

JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Distrito de Icoaraci	06 a 09/05/2019	Audiências Cíveis Realizadas: 62 Sentenças: 36 Despachos: 26 Processos Finalizados: 36
Abaetetuba	20 a 24/05/2019	Audiências Realizadas: 349 Acordos: 99 Sentenças: 153 Decisões: 14 Despachos: 83 Processos Finalizados: 252
Salinópolis	16 a 18/07/2019	Audiências Cíveis Realizadas: 80 Acordos: 11 Sentenças: 35 Despachos: 34 Processos Finalizados: 46 Audiências Criminais Realizadas: 117 Sentenças: 60 Despachos: 57 Processos Finalizados: 60
6º JEC	13 e 14/08/2019	Audiências Realizadas: 93 Acordos: 18 Sentenças: 24 Despachos: 51 Processos Finalizados: 42
Cametá	19 a 23/08/2019	Audiências Realizadas: 396

FORTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

COMARCAS

PERÍODO

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Bragança

27 a 29/08/2019

Sentenças: **345**
Despachos: **51**
Processos Finalizados: **345**

Audiências Cíveis Realizadas: **62**
Sentenças: **36**
Despachos: **26**
Processos Finalizados: **36**

Audiências Criminais Realizadas: **63**
Sentenças: **32**
Despachos: **31**
Processos Finalizados: **32**
Total finalizado Cível + Criminal: **68**

Distrito de Icoaraci

21 a 23/10/2019

Audiências Cíveis Realizadas: **134**
Acordos: **40**
Sentenças: **16**
Conclusos: **56**
Despachos: **22**
Processos Finalizados: **56**

9º JEC

11 a 14/11/2019

Audiências Cíveis Realizadas: **191**
Acordos: **52**
Sentenças: **31**
Despachos: **34**
Conclusos: **74**
Processos Finalizados: **83**

O juiz Ramiro Gomes, titular da Vara Única da Comarca de Oriximiná, oeste do Estado, segura um bebê durante a Jornada de Conciliação, Instrução e Julgamento

FORTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

DIVULGAÇÃO



Até outubro de 2020 foram realizadas duas jornadas de conciliação, instrução e julgamento e uma jornada de conciliação por videoconfe-

rência, que movimentaram 877 processos, 650 dos quais finalizados.

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
ORIXIMINÁ	10 a 14/02/2020	Audiências Cíveis Realizadas: 437 Sentenças: 110 Decisões: 170 Acordos: 157 Processos Finalizados: 267
CAMETÁ	19 a 23/03/2020	Audiências Realizadas: 380 Sentenças: 337 Decisões: 24 Acordos: 19 Processos Finalizados: 356
TURMA RECURSAL (videoconferência)	21 a 23/07/2020	Audiências Realizadas: 60 Acordos: 27 Propostas recusadas: 15 Ausências: 18 Processos Finalizados: 27
URUARÁ	03 a 06/11/2020	Audiências Realizadas: 195 Acordos: 49 Ausências: 52 Sem acordo: 94

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

Coordenadoria dos Juizados Especiais promoveu Jornada de Conciliação, Instrução e Julgamento na Comarca de Cametá, região do Baixo Tocantins



O navio Spartakus, da Caixa Econômica Federal, no qual o Judiciário do Pará, por meio da Coordenadoria de Juizados Especiais, faz atendimentos jurídicos na região do Marajó

DIVULGAÇÃO

ITINERÂNCIA EM NAVIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Bagre	18 a 22/03/2019	Sentenças: 39
Oeiras do Pará		Decisões interlocutórias: 87 Despachos: 120 Total: 243
Muaná	01 a 05/04/2019	Sentenças: 110
Ponta de Pedras		Decisões interlocutórias: 05 Despachos: 117 Total: 232
Ponta de Pedras	02 a 06/12/2019	Sentenças: 31 Decisões interlocutórias: 24 Despachos: 132 Total: 187
Bagre	10 a 14/02/2020	Sentenças: 43
Curralinho		Decisões interlocutórias/Despachos: 293 Total: 336

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

VERÃO COM JUSTIÇA E CIDADANIA

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Outeiro	06 e 07/07/19	11 audiências, 7 acordos homologados e 3 acordos penais (no valor de R\$ 600).
Salinópolis	13 e 14/07/19	29 audiências, 61 sentenças com extinção, 4 transações penais (totalizando o valor de R\$ 2.096) e 1 acordo (no valor de R\$ 200).
Bragança	20 e 21/07/19	20 audiências, 8 transações penais (totalizando o valor de R\$ 2.750), 8 processos encaminhados para oferecimento de denúncia, 1 declínio de competência, 1 composição civil.
Mosqueiro	27 e 28/07/19	14 audiências, 1 sentença sem resolução de mérito, 1 acordo, 3 processos encaminhados para oferecimento de denúncia e 4 transações penais (no valor de R\$ 400).

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUÍZADOS ESPECIAIS

RICARDO LIMA

Em Outeiro, o projeto Verão com Justiça homologou sete acordos e fez três acordos penais



GURUPAZ

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Gurupá	19 e 20/09/2019	2ª via de Registro Civil 29 , retificação de Registro Civil 4 , Divórcio consensual 1 , Registro Civil Extemporâneo 2 , Guarda definitiva 1 , Reconhecimento de União Estável 34 , Curatela definitiva 01 , Orientação jurídica 63 . Total 135

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUÍZADOS ESPECIAIS

DIVULGAÇÃO

Projeto Rios de Cidadania, na região do Marajó, atendeu a centenas de pessoas nos municípios de Ponta de Pedras, Curralinho, Melgaço, Portel, Breves e também em Belém



RIOS DE CIDADANIA

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Breves	25/02 a 01/03/2019	Processos judicializados, julgados e arquivados: 285
Ponta de Pedras	29/04 a 01/05/2019	Processos judicializados, julgados e arquivados: 302
Curralinho, Portel e Melgaço	05 a 14/06/2019	Processos judicializados, julgados e arquivados: 480
Belém	09/06/2019	Processos judicializados, julgados e arquivados: 8
Breves	09 a 14/07/2019	Processos judicializados, julgados e arquivados: 243
Belém	08/09/2019	Processos judicializados, julgados e arquivados: 40

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE JUÍZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ | RELATÓRIO DE GESTÃO BIÊNIO 2019-2021 |

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Judiciário abre quatro novos Cejuscs na capital e no interior

Centros permitem que as pessoas solucionem suas demandas sem ter que recorrer a um processo judicial



Da esquerda para a direita, a juíza coordenadora do Cejusc-UFPA, Josineide Pamplona; a coordenadora do Nupemec, Des. Dahil Paraense; a presidente eleita do TJPA, Des. Célia Regina Pinheiro; e o reitor Emmanuel Tourinho, na inauguração do Cejusc-UFPA



Tribunal de Justiça do Pará abriu quatro novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), para fortalecer as políticas de soluções alternativas à resolução de conflitos.

Foram abertos ao público, em 2019, o 7º Cejusc da Capital, inaugurado em 5 de agosto, em parceria com a Universidade Federal do Pará-UFPA. Em 22 de agosto, foi inaugurado o 1º Cejusc de Marabá, em parceria com a Faculdade dos Carajás. E em 6 de dezembro foi disponibilizado ao público o 1º Cejusc de Marituba, em parceria com a Prefeitura Municipal de Marituba.

Em 2020, solenidade *on line*, com a participação do Desembargador Leonardo Tavares, Presidente do TJPA, marcou a entrega do 14º Cejusc do Pará e o 1º da Comarca de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins.

Os Cejuscs disponibilizam à população

**CEJUSC VIRTUAL
DISPONIBILIZA FORMULÁRIO
DE REQUISIÇÃO DE
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO
PRÉ-PROCESSUAL E
PROCESSUAL E SESSÕES
ONLINE, AMPLIANDO O
ACESSO À JUSTIÇA.**

a oportunidade de resolução de demandas pré-processuais e processuais por meio de conciliação e mediação, feitas por conciliadores e mediadores capacitados nas práticas de auto-composição, ou seja, que permitem que as próprias partes encontrem uma solução para seus conflitos. Além disso, os centros atendem aos cidadãos com dúvidas sobre questões jurídicas e orientam-nos.

2º Grau

O TJPA também instalou em 2019 o Progra-

ma de Conciliação e Mediação de Processos de 2º grau, que atende a ações em grau de recurso, via conciliação presencial e virtual.

Consumidor

Cooperação Técnica entre o TJPA e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, permite a negociação direta entre consumidor e fornecedor de produto ou serviço, via internet, por meio do acesso direto pela página oficial do TJPA à Plataforma Digital de Conciliação (consumidor.gov.br).

Comissão sistêmica

A Comissão Sistêmica homologou, no biênio 2019-2021, 454 acordos até setembro de 2020. Vinculada ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), a comissão fez mutirões sistêmicos para tratar conflitos de interesses.

Casamentos comunitários

Ao final das semanas Estadual e Nacional da Conciliação, em 2019, o Nupemec formalizou a união conjugal de 127 casais em casamentos comunitários, como forma de garantir direitos e cidadania.

PJe pré-processual

Foi implantado também o sistema PJe

pré-processual e processual, que viabiliza a recepção de demandas para mediações e conciliações, superando o planejamento inicial.

Cejusc Virtual

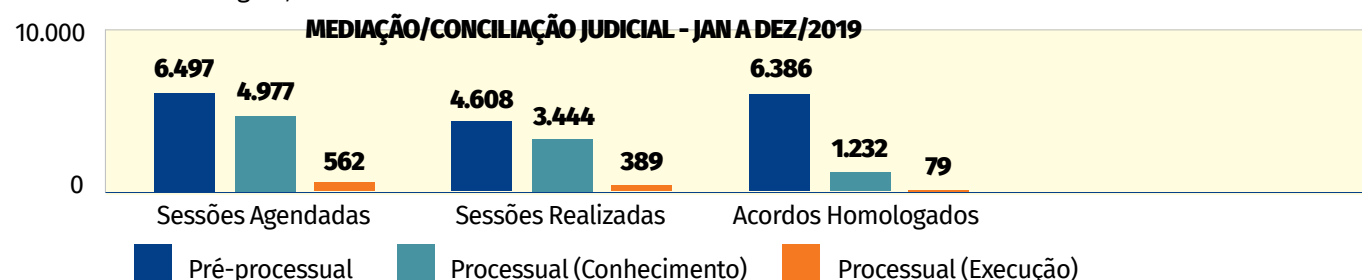
A criação do Cejusc Virtual permite a disponibilização do formulário de requisição de conciliação e mediação pré-processual e processual e realização de sessões de mediação e conciliação *on line*, ampliando o acesso à Justiça.

Resultados

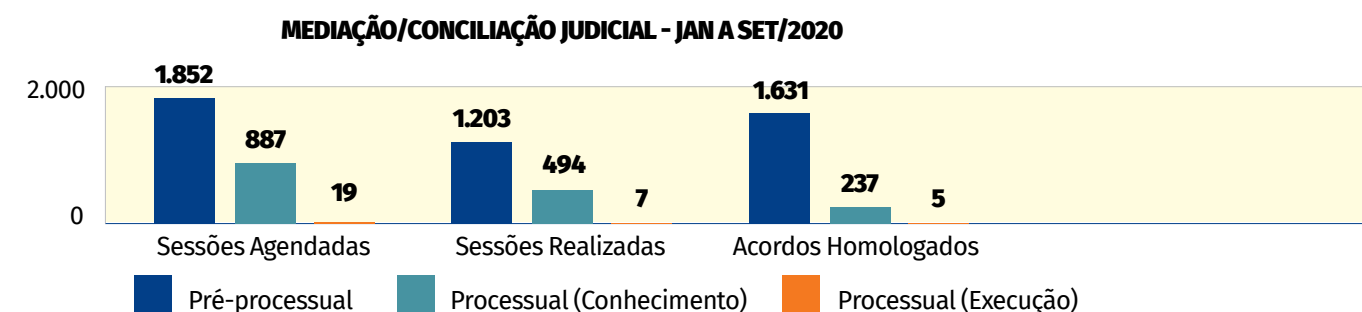
Em parceria com instituições públicas e privadas, a mediação e a conciliação em mutirões, pautas concentradas e jornadas de conciliação, semanas Estadual e Nacional de Conciliação, em demandas pré-processuais e processuais obtiveram os seguintes resultados:

SESSÕES DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO JUDICIAL

Em demandas de 1º grau, em 2019



Em demandas de 1º grau, com atendimentos presenciais e virtuais, em função da pandemia, em 2020



FONTE: COORDENADORIA DE JUÍZADOS ESPECIAIS

Capacitação

Em parceria com a Escola Judicial, o Nupemec promoveu cursos de formação de mediadores e conciliadores judiciais, atendendo às comarcas de Ananindeua, Belém, Marabá, Marituba, Paragomi-

nas, Parauapebas e Santarém. Em 2019, houve 14 turmas de formação, com 260 novos mediadores e conciliadores. Em 2020, foram três turmas de formação, com 80 novos mediadores e conciliadores.

CEJUSC	ATIVIDADES 2019-2020	QUANTIDADE
3º CEJUSC DA CAPITAL (CEJUSC/UNIFAMAZ)	Nº de audiências designadas Nº de audiências realizadas Nº de acordos homologados Valor dos acordos homologados (R\$) Pessoas atendidas	466 466 43 R\$1.004.016,72 201
6º DA CAPITAL (FABEL)	Nº Mediação/conciliação realizadas Nº de acordos homologados Pessoas atendidas	123 78 406
1º CEJUSC da Capital	Nº Sessão de Mediação/conciliação agendadas Nº Mediação/conciliação realizadas Nº de acordos homologados Pessoas atendidas	1730 790 559 1728
CEJUSC ESMAC Ananindeua	Nº Sessão de Mediação/conciliação agendadas Nº Mediação/conciliação realizadas Nº de acordos homologados Valor dos acordos homologados (R\$) Pessoas atendidas	1559 1096 901 R\$ 5.695.341,23 3310
7º CEJUSC da Capital- UFPA	Nº Sessão de Mediação/conciliação agendadas Nº Mediação/conciliação realizadas Nº de acordos homologados Valor dos acordos homologados (R\$) Pessoas atendidas	250 139 110 R\$1.241.731,87 512
CEJUSC Paragominas	Nº Sessão de Mediação/conciliação agendadas Nº Mediação/conciliação realizadas	1082 873
CEJUSC de Santarém	Nº Sessão de Mediação/conciliação agendadas Nº Mediação/conciliação realizadas Nº de acordos homologados Pessoas atendidas	1233 704 399 1598

FONTE: COORDENADORIA DE JUÍZADOS ESPECIAIS

CONSENSO

Justiça restaurativa busca a paz a partir dos valores compartilhados

Judiciário investe em um novo paradigma para enfrentar a judicialização a partir de círculos de construção da paz



Círculos constroem a paz ao estimularem o compartilhamento de valores e sentimentos comuns à família e à comunidade

NNN

A Justiça Restaurativa se fundamenta nos valores compartilhados pela família ou comunidade e é aplicada no Círculo de Construção de Paz, onde todos compartilham sentimentos e necessidades por meio da palavra, da fala e da escuta.

O grupo compartilha valores e diretrizes para estabelecer respeito nas relações e consenso. A Justiça Restaurativa pode ser aplicada nas escolas, igrejas, instituições, Justiça, presídios, universidades, segurança pública, atendimento socioeducativo e outros setores.

O Tribunal de Justiça do Pará criou em 2019 uma Coordenadoria de Justiça Restaurativa, que durante o biênio executou as seguintes atividades:

Vulneráveis

No enfrentamento à violência doméstica e familiar contra o idoso, a criança, o adolescente e outros grupos vulneráveis, houve participação na

XIII Semana da Justiça pela Paz em Casa, em março de 2019, em Belém; apresentação na Mesa Redonda “Violência contra a Mulher na Perspectiva de Gênero: Práticas Restaurativas e suas Potencialidades”, além de certificação de facilitadores de processos circulares na área da violência doméstica.

Santarém

Colaboração com o Ministério Público do Pará no projeto “Construção de Ambiente Laboral Equilibrado e Saudável – Círculos de Paz”.

Promoção do curso “Fundamentos de Justiça Restaurativa” – aperfeiçoamento e aprofundamento para facilitadores, em janeiro de 2019, com Petronella Maria Boonen, do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP).

Os cursos de formação de facilitadores de círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz se iniciaram na Comarca em agosto de 2019, em parceria com a Clínica de Justiça Restaurativa da Amazônia (CJUÁ) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Em novembro de 2019, o curso foi dado por Renata Araújo, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Em seguida, mais dez escolas públicas, uma das quais indígena e outra quilombola, também participaram.

Em abril de 2019, na culminância do projeto “Justiça Restaurativa nas Escolas de Santarém: a Construção da Paz pelo Diálogo”, houve relatos de experiência de facilitadores nas escolas e a palestra “Justiça Restaurativa: um Desafio para a Educação”, com Petronella Boonen, do CDHEP. Em seguida houve a certificação de multiplicadores e facilitadores.

Em maio de 2019, houve o Seminário “Da Cultura de Violência para a Cultura de Paz: Transformando o Espírito Humano”, também em parceria com a CJUÁ da Ufopa e a Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI).

O minicurso “Introdução à Comunicação Não Violenta” foi dado por Marcelo Pelizzoli, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

METODOLOGIA SE FUNDAMENTA NA PALAVRA, NA FALA COMPARTILHADA E NA ESCUTA DO OUTRO E PODE SER APLICADA NOS MAIS VARIADOS CAMPOS DAS RELAÇÕES HUMANAS

Em março de 2019, no Fórum Nacional de Juízes da Infância e Juventude, em Palmas/TO, relato sobre a implantação da Justiça Restaurativa na área protetiva da infância e juventude em Santarém.

Em outubro de 2019, curso de introdução à Justiça Restaurativa, em parceria com a CJUÁ da Ufopa e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em novembro de 2019, organização do V Encontro de Justiça Restaurativa do Oeste do Pará, em parceria com a CJUÁ da Ufopa e participação de Petronella Boonen, do CDHEP, e do Paulo Moratelli, do CONOZCO.

Eventos nacionais

Em julho de 2019, participação no I Seminário de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Painel “Gestão de Implementação da Política Nacional da Justiça Restaurativa”, em Brasília.

Em setembro de 2019, em Ponta Grossa (PR), palestra “Justiça Restaurativa enquanto mudança de paradigma e suas implicações para as políticas públicas”, durante o II Fórum de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Direitos Humanos, do Centro Universitário Santa Amélia (USECAL), Cejusc de Ponta Grossa/PR, Instituto Mundo Melhor e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Em agosto de 2019, a técnica Riane Freitas participou do curso de formação de instrutores em Círculos de Construção de Paz, da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS).

Em novembro de 2019, participação no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Norte, com a palestra “Formação de Redes e Atuação Multidisciplinar para a Redução da Vulnerabilidade e Risco na Primeira Infância”.

Em dezembro de 2019, participação no II Seminário de Justiça Restaurativa do CNJ, no Painel “Apresentação do planejamento da Política Nacional de Justiça Restaurativa do Poder Judiciário”, com o tema “Necessidade de Espaços para o funcionamento de programas, projetos e ações em Justiça Restaurativa”, em Salvador.



RICARDO LIMA

Em agosto de 2020, participação no I Seminário Internacional de Justiça Restaurativa e Meio Ambiente: Estimulando Diálogos sobre Questões Ambientais, organizado pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), ENFAM e Associação dos Juízes Federais (AJUFES), com a palestra “Justiça Restaurativa, Construção de Paz e Desenvolvimento Sustentável”.

Em setembro de 2020, participação como docente e conteudista no curso “Fundamentos para Implementação da Justiça Restaurativa nos Tribunais”, da Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENFAM) e CNJ.

Em novembro de 2020, participação nas “Rodas Virtuais de Conhecimento – Justiça Restaurativa: a Academia e o Judiciário Entrelaçando Redes”, da Faculdade de Direito de Santa Maria/RS, com a palestra “Justiça Restaurativa, Trabalho em Rede e Atuação Multidisciplinar”.

Em junho de 2020, participação no I Webinário Internacional de Justiça Restaurativa, do Núcleo de Práticas Restaurativas da Justiça Fede-

Justiça Restaurativa muda o paradigma exclusivamente punitivo pela construção coletiva de reparações a partir de valores comuns à comunidade e à família

ral de Uberaba/MG, em parceria com a CONOZCO e a Sociedade Científica de Justiça Restaurativa, no Painel “Justiça Restaurativa: Reflexões e Experiências”.

Em novembro de 2020, participação no 3º Seminário de Justiça Restaurativa de Maringá/PR, da Secretaria de Educação de Maringá, Programa Maringá da Paz. Participação na I Jornada Nacional de Justiça Restaurativa na Educação, da ELOS Conectados, De Coração para Coração e Cejusc de Primavera do Leste/MT.

Em novembro de 2020, participação no curso a distância de Iniciação Teórica em Justiça Restaurativa, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), no módulo “O Papel da Comunidade: Comunidade de Apoio ou de Assistência e o Cenário Restaurativo”.

Violência doméstica

Em outubro e novembro de 2019, círculos de diálogo sobre violência doméstica e relações interpessoais com cumpridores de penas e medidas alternativas, em parceria com a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA).

Escola Judicial

Em maio de 2019, curso a distância de formação inicial em Justiça Restaurativa, oferecido pela Escola Judicial.

Em outubro de 2019, participação no seminário “Núcleo de Atendimento Integrado e a experiência da Justiça Restaurativa”, da Escola Judicial e da 4ª Vara da Infância e Juventude de Belém.

Em agosto de 2019, curso de facilitadores em Processos Circulares, oferecido pela Escola Judicial. Participação na Semana Jurídica da Escola Judicial, no Painel “Novas Formas de Enfrentamento de Conflitos no Século XXI”, com a palestra “Justiça Restaurativa”.

Em março de 2020, elaboração e institucionalização do Plano de Ações da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do TJPA, intitulado “Justiça Restaurativa: Construindo Paz e Bem Viver”.

Oeste do Pará

Em janeiro de 2020, em Oriximiná, curso de formação de facilitadores de círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz para lideranças comunitárias e quilombolas, em parceria com a CJUÁ da Ufopa e o Ministério Público do Pará (MPPA).

Participação nos “Diálogos Abertos com a CJUÁ: Justiça Restaurativa, Construção de Paz e Bem Viver”, realizado pela CJUÁ da Ufopa

Em maio de 2020, círculos virtuais com facilitadores de processos circulares e participação no II Encontro de Facilitadores, do Instituto Moinho da Paz.

CONFLITOS AGRÁRIOS

Ouvidoria Agrária inaugura a sua nova sede em Belém

Projeto de Lei propõe criação de Ouvidoria Fundiária, para atuação também em áreas urbanas

A nova sede da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), na Avenida Conselheiro Furtado, tem salas amplas e individualizadas, salas de reunião e ambiente de atendimento ao público, estacionamento próprio e veículo para diligências agrárias. A inauguração, em 17 de dezembro de 2020, foi uma demonstração da importância da Ouvidoria Agrária à mediação como solução para conflitos agrários no Estado. O Presidente do TJPA, Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, inaugurou o novo prédio ao lado do Governador do Pará, Helder Barbalho; da presidente eleita do TJPA para o biênio 2021-2023, Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro; e do Ouvidor Agrário, Desembargador Mairton Marques Carneiro.

Na nova sede, um espaço de leitura proporciona aos interessados livros e periódicos de leitura específica da matéria agrária, organizada com o auxílio da Imprensa Oficial do Estado, que disponibilizou um acervo com mais de 300 livros. O Fórum Criminal também cedeu livros jurídicos doados pelo juiz Marcus Alan Gomes, da 9ª Vara Criminal de Belém.

OUVIDORIA FUNDIÁRIA É UM AVANÇO NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS NOS MEIOS RURAL E URBANO, VOLTANDO-SE PARA AÇÕES JUNTO AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS FUNDIÁRIOS.



O presidente e a presidente eleita do TJPA, desembargadores Leonardo Tavares e Célia Regina de Lima Pinheiro, com o ouvidor agrário, desembargador Mairton Carneiro, e o governador Helder Barbalho, na inauguração do novo prédio da Ouvidoria Agrária em Belém

Solução

A Ouvidoria Agrária medeia e apresenta soluções aos conflitos fundiários, com a colaboração de diversos atores envolvidos nas questões fundiárias. Entre as principais ações no biênio 2019-2021, destacam-se o acordo de cooperação técnica para viabilizar o Sistema de Informações Geográficas Fundiárias – SIG -Fundiário, criado para aprimorar a gestão fundiária, agrária e ambiental no Pará, a partir da digitalização dos processos administrativos dos órgãos de origem e dos registros de imóveis, com homologação, sistematização e controle de acesso à informação.

Outra iniciativa é o Projeto de Lei que transforma a Ouvidoria Agrária em Ouvidoria Fundiária, cujo objetivo é avançar na melhor solução de conflitos nos meios rural e urbano, voltando-se para ações junto aos membros dos órgãos fundiários. O Projeto de Lei estabelece que o Núcleo de Mediação de Conflitos do TJPA integrará a Ouvidoria Fundiária, cuja estrutura funcional terá maior efetividade na pacificação dos conflitos.

Há também o Projeto de Aproveitamento de Resíduos Sólidos, por meio do qual a Ouvidoria Agrária facilita ao homem do campo a aquisição de propriedade rural onde possa trabalhar

e fixar-se, além de diminuir os danos ambientais relacionados à disposição inadequada de resíduos sólidos, problema recorrente na Região Metropolitana de Belém.

Comissões

A Ouvidoria Agrária tem duas comissões. A Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários – CMCF -, que intervém em eventuais disputas de interesses possessórios, na busca de soluções amigáveis quanto à ocupação da terra, mediando conflitos e promovendo o diálogo.

E a Comissão de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG -, que atua na prevenção dos conflitos fundiários, promovendo estudos, propondo medidas aos poderes constituídos para o ordenamento fundiário de grandes áreas rurais. As reuniões têm ocorrido na primeira sexta-feira de cada mês, com transmissão ao vivo, quando têm sido discutidas e debatidas ações de enfrentamento à grilagem, mantendo articulação permanente com os órgãos fundiários, entidades institucionais e representantes de movimentos sociais.

RELATÓRIO

de Gestão



BIÊNIO
2019
2021



Boas Práticas

INFÂNCIA

Projeto ajuda escolas do Marajó a enfrentar abuso sexual em crianças..... **102**

INFÂNCIA

Projeto ajuda escolas do Marajó a enfrentar abuso sexual em crianças

“Minha Escola, Meu Refúgio” foi classificado entre os projetos finalistas do Prêmio Innovare



DIVULGAÇÃO

A juíza Mônica Maciel, responsável pelo Minha Escola, Meu Refúgio: em seis anos, projeto atendeu a 314 escolas e a mais de 1.820 educadores

de cinco escolas participaram das atividades de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual, no período de 13 a 17 de maio de 2019, durante o qual houve as seguintes atividades:



No seu 6º ano de realização, o projeto Minha Escola, Meu Refúgio ficou em 2º lugar, na categoria “Tribunal”, na 17ª edição do Prêmio Innovare, cujo objetivo é identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil. O 1º lugar ficou com o projeto Dia do Encontro, do TJRS, na área da adoção.

A iniciativa do Tribunal de Justiça do Pará para prevenir e combater a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes concorreu com mais de 80 práticas de outros tribunais do País.

No biênio 2019-2021, o projeto alcançou mais 26 escolas públicas de Belém, do distrito de Icoaraci e do município de Breves, no Marajó.

Em Breves, alunos, familiares e professores

EM BREVES, ALUNOS, FAMILIARES E PROFESSORES DE CINCO ESCOLAS PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL, NO PERÍODO DE 13 A 17 DE MAIO DE 2019

ESCOLA MUNICIPAL

ATENDIMENTOS REALIZADOS

Maria de Lourdes Sales

Abordagem preventiva e educativa com cerca de 100 crianças, de 6 a 11 anos, por meio de atividades lúdicas, adaptadas à faixa etária do público, para alertá-las sobre o que é abuso sexual e o que fazer ao presenciarem alguma situação abusiva, seja com elas próprias ou com outras crianças/adolescentes.

Professor Estevão Gomes

Palestra informativa para 17 professores, além do coordenador pedagógico e do diretor da escola

Bom Jesus

Palestra informativa para cerca de 35 professores sobre a necessidade de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infantojuvenil, sobre como identificar sinais dos crimes dessa natureza e como orientar os procedimentos em casos de suspeita e/ou constatação dessas práticas criminosas.

ESCOLA MUNICIPAL

ATENDIMENTOS REALIZADOS

Odízia Corrêa Farias

Cerca de 15 professores receberam indicação sobre os materiais que podem ser utilizados para trabalhar a questão do abuso e exploração sexual com crianças e adolescentes de diferentes idades, com o intuito de aguçar a criatividade dos professores ao desenvolverem a temática em sala.

Emerentina Moreira de Souza

Palestra informativa para 25 educadores e o diretor da escola sobre os aspectos principais a serem considerados em casos de suspeita e/ou constatação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Diálogo aberto com pais e educadores sobre os sinais indicativos de violência e abuso sexual tem ajudado a revelar e prevenir a violência contra crianças

Formação

Parceria firmada com a Secretaria Municipal de Educação de Breves garantiu nova visita do projeto para formação e capacitação continuada dos

professores e coordenadores pedagógicos das 246 escolas públicas da área rural de Breves.

Os resultados se configuraram em casos identificados após a capacitação e nos procedimentos adotados por professores e diretores de escola, a partir do conhecimento obtido após a capacitação.

Em 2020, houve dois eventos virtuais do Observatório da Violência, no período do isolamento social imposto pela pandemia, voltados à prevenção e ao combate ao abuso e à exploração sexual a crianças e adolescentes: uma *live* intitulada “A Proteção de crianças e adolescentes em período de isolamento”, em 21 de maio de 2020; e um Webinário, em 27 de maio de 2020, com o

tema: “Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Os eventos virtuais contaram com a participação de educadores e de coordenadores pedagógicos, que esclareceram dúvidas e compartilharam experiências.

Em fevereiro de 2019, a Assembleia Legislativa do Pará aprovou, à unanimidade, “Votos de Aplausos ao TJPA”, pela execução do Projeto Minha Escola, Meu Refúgio, com indicação ao Poder Executivo Estadual para o desenvolvimento do projeto como política pública, ante sua importância e considerando o programa “Territórios de Paz”, do governo estadual.

ÉRIKA NUNES

ESCOLAS MUNICIPAIS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO ENTRE JANEIRO DE 2019 E MARÇO DE 2020

ESCOLA	DATA DA VISITA
EMEIF Allana Souza Barbosa	18/01/2019
EMEIF Amália Paumgarttem	29/03/2019
UEI Catalina I, Catalina II e Catalina III	26/04/2019
EMEIF Benvinda de França Messias	07/05/2019
UEI Sacramento	31/05/2019
EMEIF José Alves Cunha (Tapanã/Icoaraci); Centro Social de Nazaré	31/05/2019 04/06/2019
EMEIF Edson Luís	21/06/2019
Unidade de educação Infantil Providência	30/08/2019
Escola da Fundação Pestalozzi do Pará	02/09/2019
Escola Estadual Feliz Luzitânia	27/09/2019
EMEIF Ernestina Rodrigues	01/11/2019
Escola Estadual Waldemar Ribeiro	29/11/2019
EMEIF Escola Padre Leandro	13/12/2019
EEIE Barão do Rio Branco	30/01/2020
EEEF Waldemar Ribeiro	30/01/2020
EEEFM Rodrigues Pinagés	30/01/2020
EEEFM José Alves Maia	30/01/2020
Instituto Felipe Smaldone	30/01/2020
CIEE – Centro Integrado de Educação Especial	30/01/2020
EMEIF Cordolína Fonteles de Lima	28/03/2020

RELATÓRIO

de Gestão



BIÊNIO
2019
2021



Infraestrutura

EXPANSÃO
Viseu e Vitória do Xingu
inauguram seus Fóruns.....**108**

EXPANSÃO

Viseu e Vitória do Xingu inauguram seus Fóruns

O Fórum de Baião teve seu prédio adaptado para pessoas com deficiência



O biênio 2019-2021 foi marcado pela entrega do Fórum da Comarca de Viseu e a construção do Fórum de Vitória do Xingu, esta por meio de convênio com a Companhia Norte Energia. Foi concluída também a reforma e ampliação do imóvel destinado à Secretaria de Gestão de Pessoas, na Cidade Velha, em Belém, cujo projeto atende ao maior número de critérios de sustentabilidade ambiental e acessibilidade, conforme a lei de inclusão, e foi concebido pensando na modernização da estrutura predial.

A reforma do Fórum de Baião também foi feita para garantir o acesso de pessoas com deficiência, por meio de plataforma elevatória ao segundo piso, para pessoas com deficiência de locomoção, adaptação de acessos e banheiros com itens de acessibilidade, além da instalação de portal detector de metais e detector de metais portátil.

IMÓVEL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS NA CIDADE VELHA ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS E DE ACESSIBILIDADE



ÉRIKA NUNES

O presidente do TJPA, desembargador Leonardo Tavares, inaugura o Fórum Desembargador Humberto de Castro, de Vitória do Xingu, ao lado do juiz Ênio Maia Saraiva, titular da Vara Única, e da juíza Luana Karissa Araújo Lopes Sodré

OBRAS CONCLUÍDAS

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO APROXIMADO EM REAIS
01	Construção do Fórum da Comarca de Viseu	1,3 Milhão
02	Construção do Fórum da Comarca de Vitória do Xingu	Custos Companhia Norte Energia 3,4 milhões
03	Reforma e Ampliação de Imóvel para implantação da Secretaria de Gestão de Pessoas	3,4 milhões
04	Reforma do Fórum de Baião para Implantação de Acessibilidade	234 mil

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



Em obras

Estão em execução as obras dos edifícios da Corregedoria Geral de Justiça, dos Juizados Criminais e Turmas recursais e do Fórum da Comarca de Muaná.

O prédio da Corregedoria terá auditório para 612 lugares na plateia e até 16 autoridades, três salas multiuso, com infraestrutura para som, vídeo, iluminação e climatização individualizados. No andar superior ficarão as salas da Corregedoria. O edifício atenderá às exigências de acessibilidade e ambientais, com reuso de água da chuva e trata-

mento do esgoto. São 2,2 mil m² de área construída.

O edifício dos Juizados Criminais e Turmas Recursais teve reforço estrutural e recebeu o nome do Des. Manoel de Christo Alves Filho.

Após ter sofrido incêndio, o Fórum da Comarca de Muaná está sendo reformado, com reaproveitamento estrutural e acréscimo na edificação para atender à necessidade de um Fórum de Vara Única. O prédio abrigará as instituições parceiras, além de secretarias, gabinetes, sala de audiência e Salão do Júri. Serão 294 m² de área construída.

O prédio da Corregedoria terá auditório para mais de 600 lugares, além de atender às exigências ambientais e de acessibilidade

OBRAS CONCLUÍDAS

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO APROXIMADO EM REAIS
01	Construção do Edifício da Corregedoria Geral de Justiça	8,1 Milhões
02	Reforma do Edifício da Avenida Tamandaré para Instalação dos Juizados Criminais e Turmas Recursais	810 Mil
03	Reforma do Fórum da Comarca de Muaná	631 Mil

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Segurança

Foram instalados detectores de metais e fechadura eletrônica no prédio sede e nos Fóruns de São Miguel do Guamá, Santa Luzia do Pará, Cachoeira do Arari, Portel, Brasil Novo, Uruará, Curionópolis, Xinguara, Jacundá, São Geraldo do Araguaia, Rio Maria, São Félix do Xingu e Tucumã.

UPJ

Para a implantação de Unidades de Processamento Judicial (UPJ) foram feitas adequações do espaço físico nas Varas de Família da Capital, UPJ Penal do 2º grau, Varas Cíveis da Capital, no Fórum Cível, Varas Cíveis e Criminais de Santarém e Varas Cíveis e Criminais de Parauapebas.

Digitalização

Adequação do espaço físico nas comarcas de Parauapebas, Marabá, Santarém, Ananindeua e no Fórum Cível da Capital para a implantação das centrais de digitalização, responsáveis pela migração dos processos físicos para a modalidade eletrônica, com tramitação exclusiva no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) e modelo colaborativo de trabalho entre magistrados e servidores. Encontra-se em andamento a adequação do Juizado Especial instalado no prédio da Avenida Pedro Miranda.

Cejuscs

Durante o biênio foram instalados 4 Cejuscs: Marabá, UFPA, Marituba, em 2019, e em Abaetetuba, em dezembro de 2020.

Projeto Renovar

Foi feita a adequação do espaço físico, incluindo mudança de leiaute e ajustes em mobiliário, para organizar as secretarias das varas e padronizar procedimentos para reduzir a taxa de congestionamento e o número de processos pendentes de julgamento. As unidades atendidas foram: 1ª, 6ª e 13ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 1ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci, 1ª e 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, 2ª e 4ª Vara Criminal de Ananindeua, 1ª e 2ª Vara Cível e Empresarial de Marituba, Vara Criminal de Marituba, Vara Criminal de Bragança e Vara Criminal de Oriximiná.

Depoimento especial

Adequação do espaço físico nas comarcas de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Capanema, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém, Tomé-Açu, Tucuruí, Benevides, Santa Izabel, Óbidos, Marituba, Soure, Cametá e Breves para a instalação de salas de depoimento especial. Em Ananindeua foram três salas e em Belém, quatro. As salas de depoimento especial exigem espaço físico e mobiliário adequado às técnicas de entrevista investigativa, com ambiente acolhedor, conforto e privacidade à coleta do depoimento das vítimas.

Centros regionais

Adequação do espaço físico do Centro Administrativo Regional da Região Oeste do Pará, na Comarca de Santarém, e encontra-se em andamento a adequação do Centro da região Sudeste do Pará, na Comarca de Marabá.

Espaço do Centro Administrativo do Oeste do Pará foi readequado para as novas funções de atender à logística das comarcas da região



DIVULGAÇÃO

OUTRAS OBRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO E SITUAÇÃO
01	Construção do Novo Acesso ao Edifício Sede	1 milhão (concluído)
02	Construção do Muro de Terra Santa	170 mil (concluído)
03	Reforma da Parcial do Fórum Cível da Capital	505 mil (concluído)
04	Reforma da Fachada do Fórum de Castanhal	80 mil (concluído)
05	Restauros de bens Integrados ao Conjunto Arquitetônico do Edifício Lauro Sodré	197 mil (concluído)
06	Reestruturação para Acesso do Pavimento Térreo ao Superior no Fórum de Santarém	31 mil (concluído)
07	Recuperação Estrutural do Edifício da Avenida Tamandaré	Garantia de obra (concluído)
08	Aquisição e Instalação de Plataformas de Percurso Vertical para os Fóruns de Óbidos e Parauapebas (prédio anexo)	157 mil (concluído)
09	Aquisição e Instalação de Plataformas de Percurso Vertical para o Juizado Especial do Jurunas, Fórum de Marituba, Fórum de Parauapebas (Prédio Principal) e Anexo II do Fórum Criminal	202 mil (em execução)
10	Construção de Reservatório Elevado de Água Potável do Fórum de Oriximiná	27 mil (em execução)

PROJETOS CONCLUÍDOS OU EM ANDAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
01	Projeto de Construção do Fórum de Xinguara	concluído
02	Projeto de Construção do Fórum de Salinópolis	concluído
03	Projeto de Construção do Fórum de São Felix do Xingu	concluído
04	Projeto de Construção do Edifício da Corregedoria Geral de Justiça	concluído
05	Projeto de Acessibilidade do Fórum Baião	concluído
06	Projetos de instalação de estação de tratamento de esgoto do Prédio Sede	concluído
07	Projeto para instalação de UPJ das Varas Cíveis e Empresariais	concluído
08	Projeto para instalação de UPJ das Varas Criminais do 2º grau	concluído
09	Projeto de recomposição da estrutura do Fórum de Ananindeua	concluído
10	Projeto de Construção do Reservatório de Afuá	concluído
11	Projeto de Construção do Reservatório de Oriximiná	concluído
12	Projeto de Acessibilidade da VEP	em andamento
13	Projeto de Acessibilidade VEPMA	em andamento
14	Projeto de Construção do Fórum de Santo Antônio do Tauá	em andamento

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

PROJETOS CONCLUÍDOS OU EM ANDAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
15	Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico do Fórum Cível	em andamento
16	Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico do Fórum Criminal	em andamento
17	Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico do Fórum de Castanhal	em andamento
18	Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico do Fórum de Santarém	em andamento
19	Projeto de Reforma e Ampliação do Fórum de Oriximiná	em andamento

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Interior

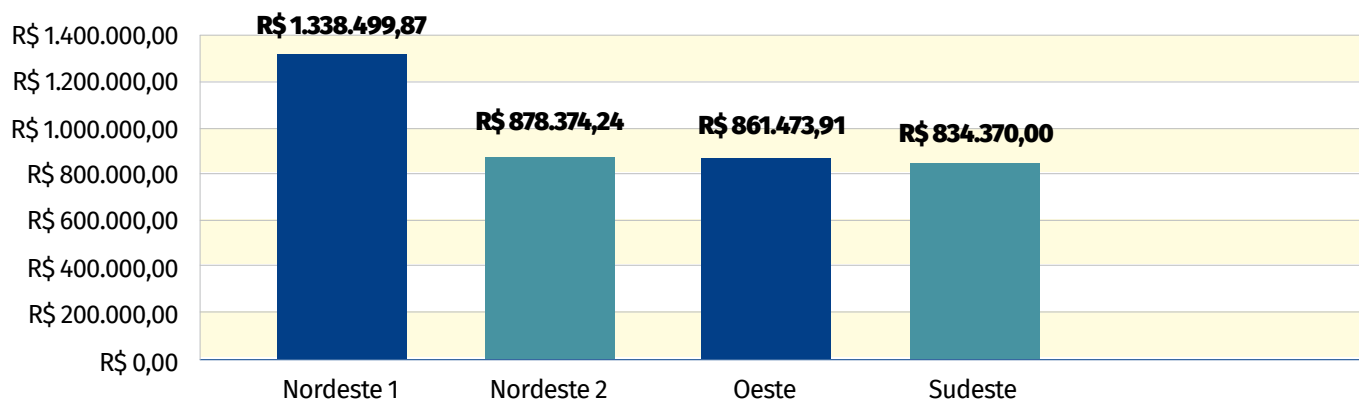
Os serviços de engenharia nas comarcas do interior tiveram um custo de R\$ 4 milhões, considerando ações via Ata de Registro de Preços - ARP de Manutenção Predial, concluídas até outubro de 2020, incluindo reestruturação.

Com o avanço e desenvolvimento do Índice

de Priorização de Obras (IPO) foi constatada a necessidade de melhoria nas instalações elétricas, serviços de impermeabilização e manutenção de coberturas nas edificações do interior, atendidas principalmente por meio de Ata de Registro de Preço para serviços de engenharia.

Valores gastos em serviços de engenharia:

NAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ VIA ARP



FONTE: RELATÓRIO SEA - ATUALIZAÇÃO OUTUBRO/2020



DIVULGAÇÃO

Fórum da Comarca de Chaves, no Marajó, passou por obras de reestruturação no prédio, na parte elétrica, hidráulica e de pintura

Reestruturação

Também com base no IPO, foi feita a reestruturação completa de 24 edificações de unidades judiciárias no interior, 22 delas concluídas e duas em andamento.

Os serviços envolveram reforma na infraestrutura elétrica, hidráulica, pintura, readequação

dos espaços e atendimento aos parâmetros de acessibilidade.

Os serviços foram feitos pela Ata de Registro de Preços ou com equipe própria de terceirizados residentes. As unidades atendidas pela reestruturação são as seguintes:

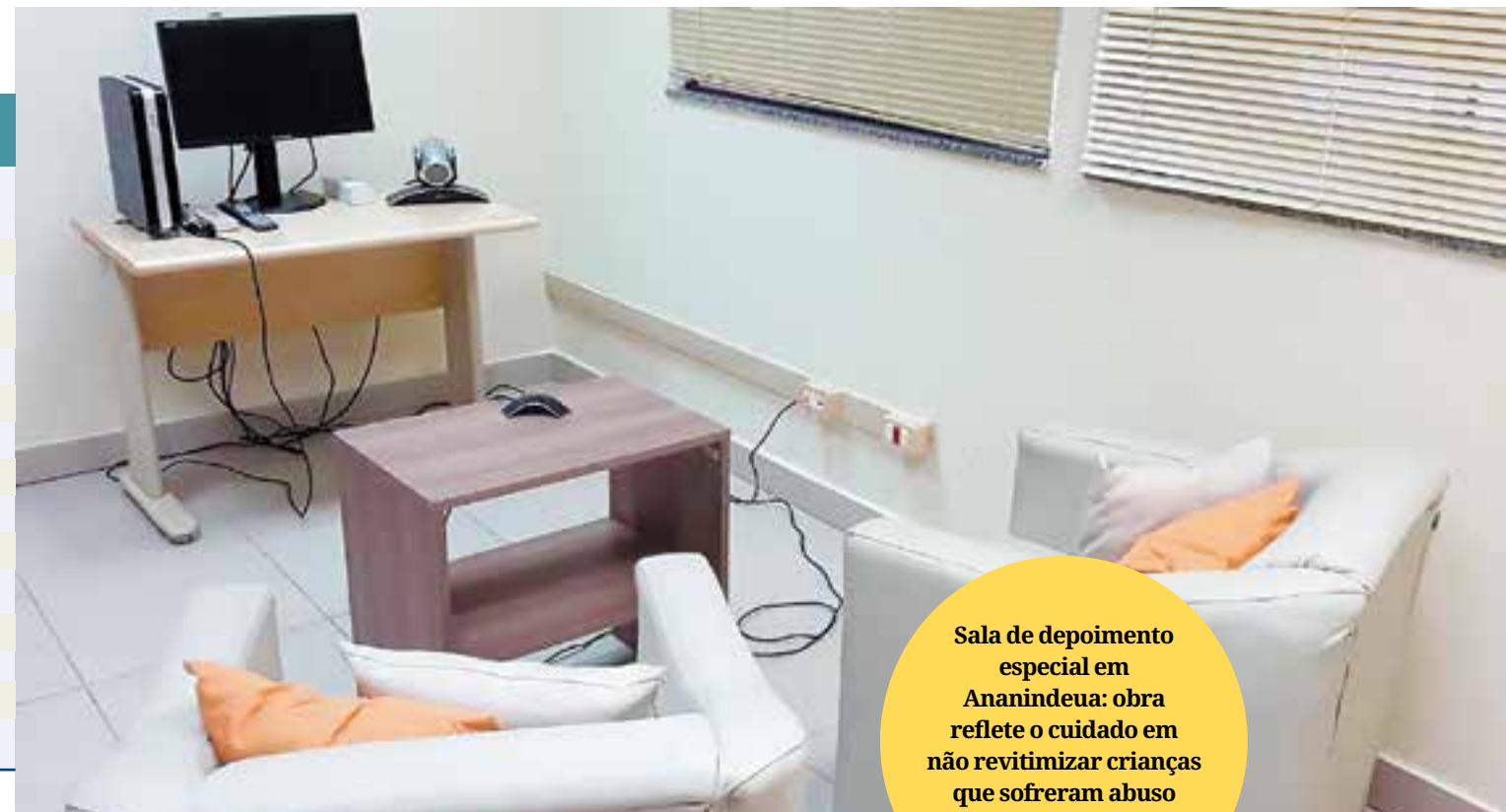
UNIDADES ATENDIDAS

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
01	Fórum de Limoeiro do Ajuru	concluído
02	Fórum de Chaves	concluído
03	Fórum de Ponta de Pedras	concluído
04	Fórum de Curalinho	concluído
05	Fórum de Melgaço	concluído
06	Fórum de Cachoeira do Arari	concluído
07	Fórum de Bujaru	concluído
08	Fórum de Cametá	concluído
09	Fórum de Capitão Poço	concluído
10	Fórum de Inhangapi	concluído

UNIDADES ATENDIDAS

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
11	Fórum de Augusto Corrêa	concluído
12	Fórum de Nova Timboteua	concluído
13	Fórum de São Domingos do Capim	concluído
14	Fórum de Peixe-Boi	concluído
15	Fórum de Xinguara	concluído
16	Fórum de Senador José Porfírio	concluído
17	Fórum de Almeirim	concluído
18	Juizado de Especial Cível de Santarém	concluído
19	Juizado Especial de Relações de Consumo de Santarém	concluído
20	Fórum de Itaituba	concluído
21	Fórum de Marabá	concluído
22	Fórum de Santo Antônio do Tauá	concluído
23	Fórum de Igarapé-Açu	em execução
24	Fórum de Capanema	em execução

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



Sala de depoimento especial em Ananindeua: obra reflete o cuidado em não revitimizar crianças que sofreram abuso ou testemunharam violência

DIVULGAÇÃO

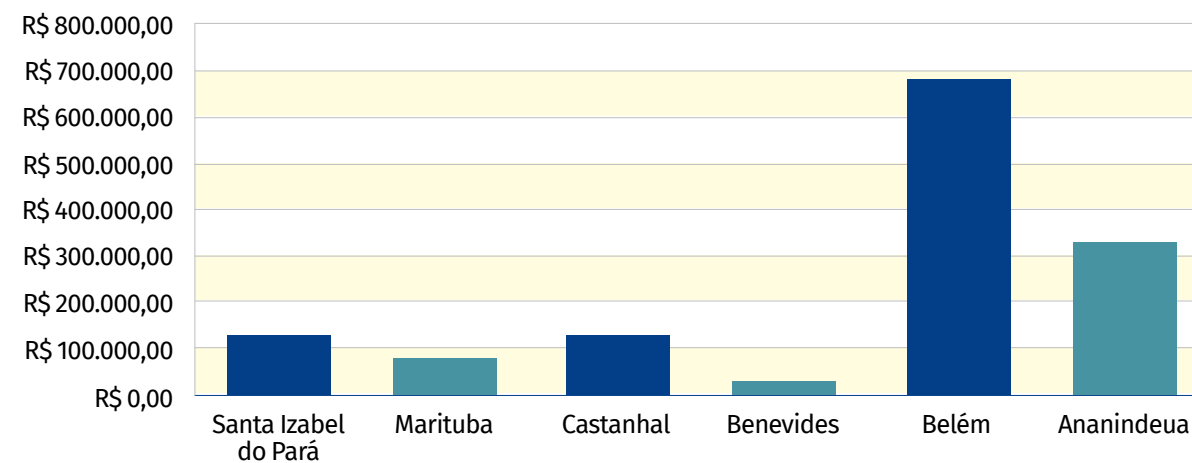
RMB

Na Região Metropolitana de Belém (RMB), as unidades judiciárias também são atendidas por meio de ARP e os serviços de engenharia exigiram

gastos de R\$ 1,1 milhão. Belém recebeu a maior parte dos serviços, em virtude da grande quantidade de prédios na capital.

Fórum de Xinguara, no sul do Pará, foi todo reestruturado, com recuperação da infraestrutura elétrica e hidráulica, além de rede de esgoto, pintura e outras melhorias

NA REGIÃO METROPOLITANA VIA ARP



FONTE: RELATÓRIO SEA – ATUALIZAÇÃO OUTUBRO/2020

RELATÓRIO

de Gestão



BIÊNIO
2019
2021



Tecnologia

INFORMÁTICA

Tecnologia da informação
ajuda a enfrentar a pandemia..... **120**

INFORMÁTICA

Tecnologia da informação ajuda a enfrentar a pandemia

O aperfeiçoamento de ferramentas tecnológicas e a melhoria da infraestrutura de TIC foram fundamentais durante a crise



ÉRIKA NUNES

O presidente do TJPA em videoconferência: tecnologia permitiu que o Judiciário mantivesse a prestação jurisdicional durante a crise sanitária

Geração de estatísticas processuais para melhorar o acesso às informações judiciais, implantação do Pje Token, transformação digital dos julgamentos de 2º grau, suporte ao teletrabalho e aquisição de infraestrutura tecnológica pela cotação do dólar de antes da pandemia são algumas das ações que marcaram o biênio 2019-2021 na área da Tecnologia da Informação. Os desafios impostos pela pandemia causada pelo novo coronavírus exigiram esforços para assegurar a manutenção dos serviços jurisdicionais ao cidadão sem colocar em risco a vida e a saúde de magistrados, servidores e jurisdicionados.

Serviço digital

Os julgamentos no 2º grau prosseguiram de forma remota, com as respectivas transmissões ao vivo no Portal Externo do TJPA, por meio de video-

TJPA ADQUIRIU INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA MAIS CINCO ANOS DE DEMANDA COMPUTACIONAL POR MENOS DA METADE DO PREÇO DA COTAÇÃO DO DÓLAR ATUAL.

conferências com a participação dos desembargadores do Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Seção de Direito Penal, Seção de Direito Público e Privado, Turma de Direito Penal, Turma Recursal e Turma de Direito Público e Privado.

A habilitação da sustentação oral pelos advogados, por meio de videoconferência, já estava prevista e implantada no TJPA, mas a transformação digital das sessões exigiu a reestruturação desse instrumento de garantia da ampla defesa e do contraditório.

No 1º grau, houve habilitação de perícias por videoconferência para não comprometer a saúde dos agentes interessados. Isso exigiu a adaptação das audiências presenciais no 1º grau para o formato virtual, por meio do *Microsoft Team*, o que inclui funcionalidades de gravação. As inovações possibilitaram que essas atividades institucionais sejam realizadas em formato de Teletrabalho para as partes envolvidas.

Teletrabalho

Ferramentas digitais permitiram o acesso massivo de servidores em teletrabalho. Página publicada no Portal Externo do TJPA reuniu portarias, programas, guias práticos e vídeos de instrução para auxiliar no uso dos recursos tecnológicos ao trabalho remoto.

Uma Central de Atendimento exclusiva para dificuldades e necessidades relacionadas ao teletrabalho funcionou concomitantemente aos canais de atendimento da Central de Serviços de Tecnologia.

Foram disponibilizados recursos para agendamento *online* de atendimentos presenciais ou virtuais para advogados ou jurisdicionados. Todas as unidades judiciárias e administrativas do TJPA também tiveram seus contatos de e-mail disponibilizados por mecanismo de busca no Portal Externo do TJPA.



RICARDO LIMA

Houve também adaptações à solução de segurança da informação institucional, para viabilizar acesso fácil, rápido e seguro à rede do TJPA a partir de casa

Infraestrutura

A adesão a uma Ata de Registro de Preço da Justiça Federal do Paraná possibilitou a aquisição de infraestrutura tecnológica que habilita o TJPA a mais cinco anos de demanda computacional. *Enclosures*, *Switches* e Servidores de Processamento Genérico Compactos (do tipo *Blade*) foram comprados com a referência cambial de 2019, de antes da pandemia. Isso significa que o custo foi menos da metade do preço do que seria gasto se a cotação válida correspondesse à variação cambial do dólar em 2020. Os equipamentos representam quatro

vezes a quantidade de recursos computacionais disponíveis atualmente e serão utilizados por todos os serviços do TJPA, em especial o PJe, que tende a crescer exponencialmente ao longo dos próximos anos, conforme o avanço na digitalização de processos físicos.

Houve também adaptações à solução de segurança da informação institucional, para viabilizar acesso fácil, rápido e seguro à rede do TJPA a partir de casa. Os acessos foram feitos por meio de conexões privadas virtuais criptografadas, disponibilizadas a todos os magistrados e servidores

para simplificar o acesso aos sistemas internos sem comprometer a segurança.

Houve incremento de memória e ajuste de configurações no banco de dados do PJe 1º Grau, o que reduziu a carga de processamento em todos os servidores de aplicação, proporcionou maior rapidez na execução das funcionalidades do sistema e melhorou a experiência de uso para os usuários. A rotina diária do banco de dados na geração de relatório de tramitação externa passou a ter duração média de 1 hora, sem falhas, contra as 8 horas anteriores.

Telecomunicações

Mais oito circuitos de dados do interior deixaram de ser atendidos por satélite e utilizam algum meio terrestre: Rio Maria, Conceição do Araguaia, Breu Branco, Tomé-Açu, Breves, Óbidos, Juruti e Uruará reduziram o tempo de resposta e obtiveram melhores condições de trabalho. Também foram melhorados os mapas dos circuitos de dados, a partir de novos monitoramentos conforme as métricas de contrato. Esse esforço resultou em melhor visualização dos equipamentos com alarmes, culminando na rápida atuação e diminuição no tempo de recuperação dos ativos de infraestrutura de redes.

Para enfrentar os desdobramentos da pandemia de Covid-19, as linhas e serviços de telefonia fixa foram redimensionados, com ajustes em contratos para cancelar as não utilizadas e redistribuir as subutilizadas a outras unidades. Isso resultou em redução de custos de consumo.

Litigiosidade

A Secretaria de Informática aperfeiçoou o acesso à informação, com a geração de estatísticas para acompanhar processos de júri, os que envolvem grandes litigantes, as variáveis de tempo de processo e os precedentes judiciais obrigatórios, conforme as diretrizes do glossário do CNJ.

Também foi entregue o Pannel de Tratamento de Dívidas da Execução Fiscal, ferramenta interativa de consulta e classificação do acervo das Varas de Execução Fiscal de Belém. O pannel atende às exigências do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, da Corregedoria Nacional de Justiça.

Também foram destacados no Processo Judicial Eletrônico (PJe), por meio de etiqueta, os grandes e médios devedores, o que conclui a ação referente à política interna para tratamento de dívidas nas Varas de Execução Fiscal do Plano de Gestão.

Concluiu-se também o Pannel de Indicadores do Justiça pela Paz em Casa, que apresenta informações processuais de acordo com o glossário do questionário deste programa nacional de comba-

te à violência doméstica contra as mulheres. São 19 indicadores de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, calculados automaticamente pelo novo DW (*DataWarehouse*), que consolida e padroniza dados dispersos em sistemas processuais.

PJe

O PJe Token foi implantado logo após a migração do sistema para a versão nacional (2.1). A melhoria possibilita o acesso ao sistema e a assinatura de documentos, sem custos com tokens físicos, preservando a segurança da informação a partir do uso do dispositivo móvel do usuário para validar a operação.

O TJPA é a primeira Corte de Justiça do País a implantar a versão 2.1.4.1, pioneirismo reconhecido pelo CNJ em visita presencial ao TJPA. Dentre as principais e mais recentes atualizações destacam-se a implantação do PJe Criminal; expansão para outros órgãos, como a Polícia Civil; mais de 100 fluxos melhorados - a exemplo dos novos fluxos de plantão e de arquivamento, alterações nos fluxos de migração, alterações nos fluxos criminais -; mais de 200 funcionalidades mantidas, melhoradas ou alteradas - exibição de assuntos no cadastro de processo incidental, funcionalidade de paginação, fechamento de sessão, cancelamento de mandado pelo Oficial de Justiça Distribuidor, exclusão justificada de partes, implementação de níveis de sigilo, retificação de autuação pelo plantonista, melhoria de certidão de protocolo da petição inicial para documentos não assinados, entre outras.

Suporte

Foi concluída a homologação da Imagem Padrão do Windows 10, versão mais recente e atualizada para os equipamentos de microinformática, com melhorias de segurança, acesso rápido às ferramentas de suporte remoto e facilidade na integração de aplicações e no gerenciamento de funcionalidades. Esse serviço tecnológico agora opera sob critérios de redundância operacional, deixando-o mais disponível e contribuindo em manutenções mais céleres. A expectativa é de redução nas



O Plenário Virtual está em fase final de aprimoramento, com funcionalidades para torná-lo mais eficiente e adequado à tomada de decisão célere da Corte paraense

manutenções lógicas e nos custos contratuais.

Aperfeiçoamento

Houve evoluções no Sistema de Arrecadação Judicial, avanços no tratamento dos Selos Digitais, melhorias no Sistema de Depósitos Judiciais, no Libra, na Arrecadação Extrajudicial, Sistema Administrativo para Gerenciar Mediadores e Conciliadores, Sisgeac - Sistema de Gestão Acadêmica, na tela de Consulta de Jurisprudência e no Sistema de

Administração de Precatórios – Sapre.

Após uma série de correções em 2019, o Plenário Virtual está em fase final da 2ª etapa de aprimoramento. As principais novidades incluem sistematização da rotina de inclusão do desembargador convocado; incorporação de julgamento de turmas recursais; incorporação de julgamento de processos administrativos; e o painel da secretaria de sessão. A introdução deste perfil

permite que a secretaria registre, antes do início da sessão, suspeição e impedimentos de magistrados, a retirada de demandas e a visualização de informações dos processos pautados.

No cadastro de embargos, agravos internos etc, em sessão de julgamento, será possível permitir que a unidade judicial complemente o nome do incidente processual, para melhor identificá-lo na sessão de julgamento virtual.

RELATÓRIO

de Gestão

BIÊNIO
2019
2021



Institucional

RECURSOS HUMANOS

Tribunal conta com 343 magistrados e mais de 5 mil servidores..... **128**

AUXÍLIO

Vice-Presidência atua em três campos estratégicos da gestão..... **134**

MULHER

Cevid amplia parcerias para combater violência doméstica..... **136**

IGUALDADE DE GÊNEROS

Judiciário paraense estimula a participação feminina **142**

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CEIJ fortalece políticas públicas para crianças e adolescentes **144**

SUSTENTABILIDADE

Descarte consciente orienta a política socioambiental do TJPA **152**

VANGUARDA

TJPA está no Comitê do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário **154**

ACOMPANHAMENTO

Divisão avalia processos e gestão de riscos no TJPA..... **156**

COMEÇAR DE NOVO

Digitalização garante reinserção a 77 egressos do sistema penal **158**

PREVENÇÃO

Segurança assegura livre acesso à Justiça.. **160**

INCLUSÃO

Judiciário trabalha para garantir o acesso a pessoas com deficiência **162**

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Comissão aprova dez projetos estratégicos para as metas **164**

LINHA DIRETA

Ouvidoria Itinerante fez mais de quatro mil atendimentos **166**

PLANO DE AÇÃO

Trabalho remoto reafirma valor da comunicação **168**

RECURSOS HUMANOS

Tribunal conta com 343 magistrados e mais de 5 mil servidores

No biênio 2019-2021, foram aprovados mais 88 candidatos ao cargo de juiz substituto

Candidatos se submetem à prova do concurso para o provimento de 50 vagas de Juiz de Direito Substituto, com mais de 3,3 mil inscrições e 88 aprovados



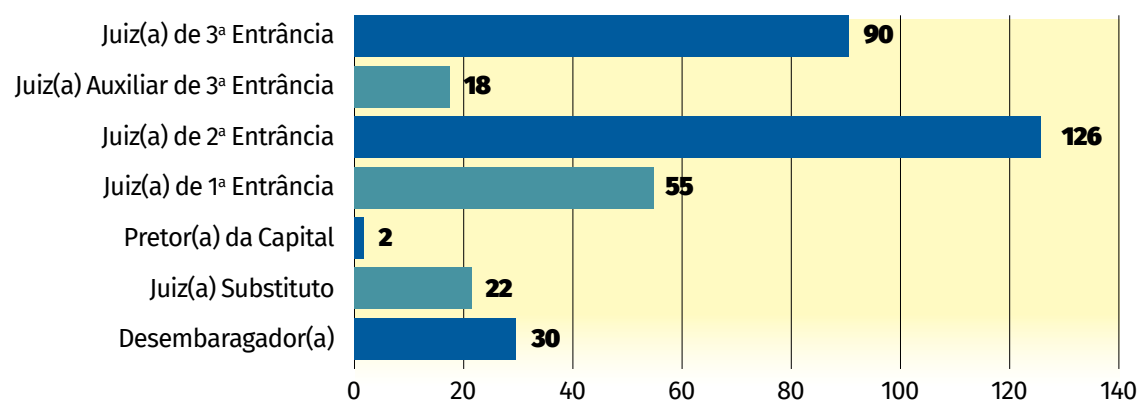
RICARDO LIMA



Tribunal de Justiça do Pará tem 343 magistrados e 5.077 servidores, nas atividades de apoio direto e indireto da capital e do interior.

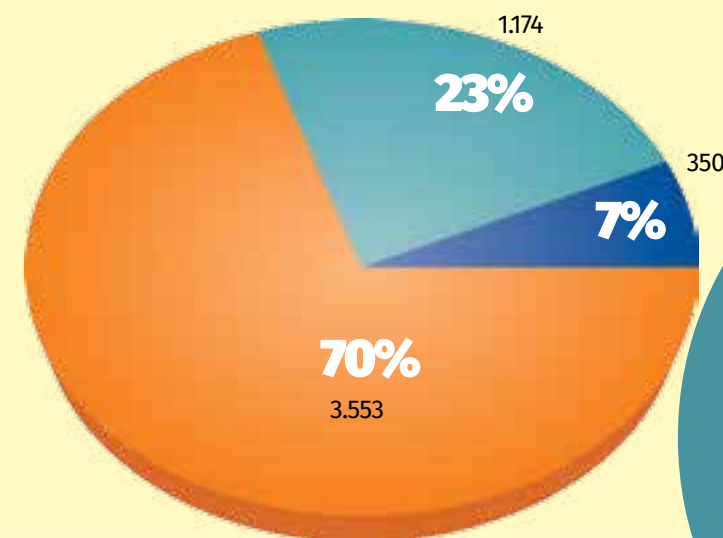
Até outubro de 2020, havia 163 magistrados na capital e 133 no interior, além de 2.421 servidores na capital e 2.656 no interior.

QUANTITATIVO DE MAGISTRADOS POR CARGO



FONTE: SISTEMA MENTORH, OUT/2020.

QUANTITATIVO DE MAGISTRADOS POR CARGO



1º Grau Belém 1º Grau Interior
2º Grau Apoio

FONTE: SISTEMA MENTORH, OUT/2020.

CONCURSO PARA SERVIDORES, EM 2019, TEVE 3,9 MIL APROVADOS, DOS QUAIS 101 JÁ FORAM CONVOCADOS.

Juízes

Foram aprovados 88 candidatos no concurso público para 50 vagas e formação de cadastro de reserva ao cargo de Juiz de Direito Substituto. Houve 3.374 inscrições e o resultado final foi homologado pelo Tribunal Pleno, em 21 de outubro de 2020. Foi aprovado um candidato na cota para deficiente, 24 na cota para negros e dois candidatos estão *sub judice*.

Remoção

Houve mudança das normas que embasavam o concurso para remoção, com o objetivo de dar mais dinâmica e garantir maior participação e valorização dos servidores efetivos. Pelas novas regras, o certame é anual, servidores inscritos no provimento de cargos vagos têm preferência, é permitida a participação de servidores em estágio probatório e com cargos em extinção e há maior

amplitude na possibilidade de escolha das vagas. Em 2019, houve concurso de remoção com 688 inscritos para 43 vagas em 19 comarcas, dos quais está programada a movimentação de 119 até dezembro de 2020.

Servidores

Foram convocados 92 candidatos aprovados para o cargo de Auxiliar Judiciário, do concurso de servidores em 2014, cuja validade se encerrou em

2019. No mesmo ano, foi publicado edital de novo concurso, concluído em outubro de 2020, com 200 vagas (150 de nível superior e 50 de nível médio) para 13 cargos da carreira de servidores. Dentre as vagas ofertadas, 17 foram destinadas a pessoas com deficiência e 34 a candidatos negros. Foram mais de 63 mil inscritos e 3.962 aprovados, dos quais 101 foram convocados, 97 para as unidades judiciárias de 1º Grau das Comarcas do Interior e 4 para unidade administrativa da Capital, conforme tabela demonstrativa a seguir.

RICARDO LIMA



QUADRO DE CONVOCADOS EM 2019 E 2020

CARGO	CONVOCADOS EM 2019	CONVOCADOS EM 2020	TOTAL
Analista Judiciário	0	53	53
Oficial de Justiça Avaliador	0	17	17
Auxiliar Judiciário	92	31	123
Total	92	101	193

FONTE: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, OUT/2020.

Novos juízes substitutos participam de curso de formação, no módulo administrado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)

Estágios

O TJPA tem atualmente 552 estudantes vinculados ao seu programa de estágio. No biênio 2019-2021 houve processo seletivo, *on line*, para recrutamento destinado à formação de cadastro reserva, com validade de um ano, contado da homologação do resultado final, publicada em 24 de junho de 2020. A prorrogação do certame por até doze meses fica a critério da Secretaria de Gestão de Pessoas. Em 31 de janeiro de 2019, o programa de estágio, na modalidade não-obrigatória, tinha 454 estudantes vinculados. Entre fevereiro de 2019 e outubro de 2020, foram incluídos 804 estudantes e desligados 706.

Saúde

Por meio da Coordenadoria de Saúde, a SGP promoveu, durante o biênio 2019-2021, 960 eventos para fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida, abrangendo cultura, segurança, saúde no trabalho e sustentabilidade, com a participação de mais de 9 mil pessoas. As ações envolveram atividades físicas, como pilates, Krav Maga, treinamento funcional e a tradicional corrida do TJPA; avaliação ergonômica e análise de risco dos postos de trabalho, campanhas educativas, distribuição de folders, cartilhas e cartazes sobre Covid-19; círculos restaurativos; educação postural; feiras de produtos artesanais; ginástica laboral; meditação; mutirão de exames periódicos de saúde; elaboração de protocolo de retorno parcial ao expediente presencial durante a pandemia de Covid-19; roda de conversa em saúde mental; testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B e C, H1N1; vacinação; vídeos educativos, palestras com transmissão ao vivo, webinar, *lives* e podcasts sobre Covid-19 e Saúde Mental; entrevistas “Temas de saúde” e spots na Web Rádio Jus.



A Corrida do TJPA foi um dos 960 eventos da Coordenadoria de Saúde para garantir qualidade de vida a magistrados e servidores, com participação de mais de 9 mil pessoas

RICARDO LIMA

Teletrabalho

Iniciado em agosto de 2019 e finalizado em outubro de 2020, o projeto experimental de teletrabalho registrou ganhos consideráveis para a qualidade de vida. Até julho de 2020, 29 dos 34 servidores envolvidos tiveram produtividade superior à meta estabelecida pelo gestor, obrigatoriamente superior a 30% da produtividade do trabalho executado presencialmente.

Pesquisa de opinião com gestores apontou que a maior vantagem do teletrabalho é o aumento da produtividade (68%), seguido pela maior motivação dos servidores (18,8%) e pela retenção ou

retorno dos servidores que necessitam de flexibilidade na definição da cidade de residência (12,5%).

Os servidores apontaram que a maior vantagem do teletrabalho foi a melhora na qualidade de vida (44,4%), seguida da possibilidade de retorno ao trabalho dos que estavam licenciados/afastados antes do projeto (22,2%), aumento da produtividade (13,9%) e horário de trabalho flexível (1,9%), redução do tempo com deslocamento (11,1%), flexibilidade na escolha do local de residência, podendo residir fora da cidade em que trabalhava presencialmente (8,3%) e redução de custos com

alimentação, vestuário e deslocamento (2,8%).

Durante o desenvolvimento do projeto houve ações para a sua institucionalização e ampliação, dentre as quais o treinamento de servidores e gestores; reuniões para discutir o resultado, elaboração do painel de gestão de atividades; elaboração do projeto de curso de preparação para ingresso em teletrabalho e apresentação de minuta de ato normativo interno para a institucionalização do projeto. O projeto se iniciou com a participação de 15 servidores divididos em cinco unidades e atualmente conta com 41 servidores em 21 unidades.

AUXÍLIO

Vice-Presidência atua em três campos estratégicos da gestão

Ações se concentram no aprimoramento da gestão da justiça criminal, governança institucional e demandas repetitivas

A Vice-Presidente do TJPA, Desembargadora Célia Regina Pinheiro (de óculos escuros), visita o ParáPaz Mulher, instituição parceira no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres



RICARDO LIMA

A Vice-Presidência teve papel estratégico na garantia de celeridade, na análise das demandas e na transparência dos procedimentos internos, ao identificar, corrigir e eliminar discrepâncias e inconsistências na distribuição processual do 2º grau.

Realizou-se também a baixa de três mil processos judiciais de desembargadores inativos que já haviam transitado em julgado, mas ainda estavam no sistema.

Foi feito o controle do fluxo de processos judiciais de competência da Vice-Presidência, por delegação da Presidência, tais como recursos especiais e extraordinários; agravos em recurso especial e em recurso extraordinário; agravos internos em recurso especial e em extraordinário; embargos de declaração em recurso especial e em recurso extraordinário e petições avulsas, todos disponibilizados nos sistemas informatizados e controle em planilhas específicas.

Foi feito o controle mensal sobre o acervo de processos judiciais de competência da Vice-Presidência, com indicação temporal de conclusão e em diligência; percentual de produtividade e controle estatístico.

É também responsabilidade da Vice-Presidência a pesquisa e elaboração de minutas de normativos administrativos para aprimoramento do fluxo processual dos processos de sua competência.

Celeridade

Para garantir a celeridade processual, fez-se também o controle do fluxo de processos judiciais que competem ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) - processos sobrestados no âmbito da Presidência/Vice-Presidência; processos sobrestados pelos desembargadores relatores; e processos sobrestados pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Juntamente com o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, a Vice-Presidência ficou responsável pelo Ranking da Transparência, que tem como objetivo estimular os órgãos a dispo-

nibilizar suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade.

O Tribunal de Justiça do Pará foi premiado no Ranking da Transparência do CNJ com o terceiro lugar geral, alcançando 97,77% de atendimento dos itens avaliados. Pelo segundo ano consecutivo, o TJPA ficou em primeiro na transparência entre os tribunais estaduais.

Mulheres

A Vice-Presidência supervisionou também a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), o Índice de Eficiência Judiciária (IEJud) e o cumprimento das Metas 8 e 9 do CNJ, orientando as unidades judiciárias com processos com competência de violência doméstica no correto cadastro, arquivamento e distribuição nos sistemas Libra e PJE.

A Vice-Presidência acompanhou também as demandas judiciais de grande repercussão social, juntamente com a Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ FOI PREMIADO NO RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO CNJ COM O TERCEIRO LUGAR GERAL, ALCANÇANDO 97,77% DE ATENDIMENTO DOS ITENS AVALIADOS.

MULHER

Cevid amplia parcerias para combater violência doméstica

Ações comunitárias garantem proteção e perspectivas a mulheres vítimas de violência doméstica familiar



DIVULGAÇÃO

Projeto Judiciário na Escola promoveu Círculos de Paz com estudantes para provocar reflexões sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher

SOS Mulher

Foi reforçado também o projeto “SOS Mulher”, resultado do acordo de cooperação técnica com o município de Belém.

O “SOS Mulher” acompanha o cumprimento de medidas protetivas por meio de aplicativo de celular, que aciona a Guarda Municipal em caso de ameaças.

Foi renovado o acordo de cooperação técnica com o Sistema Integrado de Justiça Complexo de Proteção à Mulher, constituído pela Fundação ParáPaz, Delegacia da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública e Instituto Médico Legal.

Mãos à obra

O projeto “Mãos à Obra” mobiliza trabalhadores ao combate à violência doméstica contra a mulher nos canteiros de obras da construção civil na Região Metropolitana de Belém. No biênio 2019-2021, aproximadamente mil operários da construção civil participaram das ações. Em

quatro anos de projeto, já foram 5,4 mil trabalhadores envolvidos.

Na Escola

Desde 2017, o “Judiciário na Escola” orienta a comunidade escolar sobre a violência de gênero. O trabalho envolve a reflexão com alunos e professores sobre os tipos de violência contra a mulher.

Em 2019, houve ações em dez escolas de Belém, vinte escolas dos municípios de Marabá, no sudeste do Pará, e em Santarém, no oeste do Estado, reunindo 1,5 mil pessoas entre professores, alunos e comunidade.

Paz

Ainda em 2019, Círculos de Construção de Paz, fundamentados na Justiça Restaurativa, atenderam a 13 escolas de Belém e realizaram, aproximadamente, 200 atividades de círculos de diálogo.

Cerca de 35 facilitadores, entre servidores do Tribunal de Justiça, Secretaria de Educação e voluntários, atenderam a 2,2 mil alunos.

MIL OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARTICIPARAM DO PROJETO MÃOS À OBRA, NO BIÊNIO 2019-2021. EM QUATRO ANOS DE PROJETO, SÃO 5,4 MIL TRABALHADORES ENVOLVIDOS.



Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Pará (Cevid) fortaleceu e ampliou parcerias institucionais e comunitárias para a prevenção e o enfrentamento à violência contra a mulher no Estado.

O programa “Patrulha Maria da Penha” foi renovado e ampliado a todo o Pará, por meio de acordo de cooperação técnica com o Executivo estadual. Isso abriu possibilidade à adesão de prefeituras.

No biênio 2019-2021, foram incluídas 94 mulheres em situação de violência doméstica e familiar, 59 foram excluídas e 2,6 mil visitas monitoradas foram realizadas.

Atualmente o programa atende, aproximadamente, a 90 mulheres.

Teatro

Em parceria com o Grupo de Teatro Palha, da Escola de Teatro e Dança da UFPA, a Cevid desenvolveu o projeto “De Menina a mulher - Tortura que ela NÃO atura”, promovendo sete palestras nas comunidades do Bengui e Jurunas, em Belém, com a participação de 2,3 mil pessoas, entre alunos e comunidade.

Santarém

Na Comarca de Santarém, oeste do Pará, o projeto “Maria da Penha vai à Escola” alcançou 2,2 mil alunos, 308 pais/responsáveis e 130 professores.

O projeto “Tem Saída Tapajós” promoveu a inserção de três vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho. O sistema de Justiça encaminha as vítimas em situação de vulnerabilidade

econômica às empresas cadastradas na Prefeitura de Santarém, por meio da Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Beleza e arte

O projeto “Mãos EmPENHadas”, na Comarca de Santarém, promoveu *workshops* e capacitou profissionais da beleza sobre a “Lei Maria da Penha”, com o objetivo de conscientizá-las a orientar suas clientes durante o atendimento, em casos de violência de gênero. O projeto “Arte no combate à violência” deu formação em defesa pessoal para servidoras do Judiciário e usuárias do sistema de Justiça e 17 mulheres em situação de violência doméstica passaram a integrar o projeto.

Marabá

Na Comarca de Marabá, a 3ª Vara Criminal, que tem competência para julgar os feitos de violência doméstica, participou da mobilização para instituir o “Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres no Município de Marabá”.

ÉRIKA NUNES

Coordenadora da Cevid, a Vice-Presidente do TJPA, Desembargadora Célia Regina Pinheiro, reúne a cúpula da Segurança Pública para integrar as ações de combate à violência contra a mulher



A juíza auxiliar da Cevid, Reijjane Oliveira, conversa sobre violência de gênero com operários em um canteiro de obras na Região Metropolitana de Belém, dentro do projeto Mãos à Obra

DIVULGAÇÃO

O Plano está dividido nos eixos “Justiça”, “Entidades Privadas” e “Poder Público” e a Cevid está na coordenação geral e também coordena o eixo “Justiça”.

Uma grande plenária, com ampla e transversal participação popular, aprovou o Plano, no qual foram inseridas propostas de políticas apresentadas por mulheres do campo, da cidade, da saúde, da educação, negras, indígenas, LGBTQI+, quilombolas e produtoras rurais.

Também foram ouvidas entidades privadas de atividades assistenciais e sociais e as secretarias municipais cujas atribuições institucionais se referiam aos temas discutidos. A minuta final do projeto de lei foi aprovada em uma grande convenção e, considerando a iniciativa legislativa, enviada ao Poder Executivo.

“Laços de Ouro”

Na Comarca de Itaituba, o projeto “Laços de Ouro” é realizado em parceria com instituições públicas e da sociedade civil. O objetivo é fortalecer a rede municipal de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, com ampliação de ações e serviços.

O “SOS Mulher” disponibiliza telefone fixo 24 horas, para acolher e atender a mulheres em situação de violência; o “SOS Farmácia” utiliza o código “Máscara Vermelha” para garantir apoio nas farmácias em casos de violência contra mulheres. Houve adesão também ao programa “Patrulha Maria da Penha”.

Rede de proteção

A Cevid reuniu integrantes da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e passou a integrar a Câmara Técnica de Monitoramento das Ações do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, composta por representantes de órgãos e instituições públicas e sociedade civil para monitorar o plano estadual na atuação na autonomia feminina, igualdade no mundo do trabalho, inclusão social, saúde, educação, participação feminina nos espaços de poder e decisão e, sobretudo, no combate à violência de gênero.

Judiciário

A Cevid também participou das ações do Comitê de Participação Feminina no Poder Judiciário paraense, promovendo rodas de conversas sobre gênero no trabalho, seminários voltados para a mulher no Judiciário, bem como campanha institucional de combate à discriminação de gênero.

“Sinal vermelho”

No ano de 2020, a Cevid mobilizou 112 Comarcas a aderir à Campanha Nacional “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”.

Lançada em 11 de dezembro de 2020, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com diversos órgãos e entidades nacionais, a campanha estimulou vítimas de violência doméstica e familiar a pedir ajuda nas farmácias de sua região. No Pará, o Conselho Regional de Farmácia e a Polícia Militar integraram a parceria.

Paz em Casa

No biênio 2019-2021, a Cevid coordenou, no Estado, o programa “Justiça pela Paz em Casa”, três semanas anuais, em março, agosto e novembro, para mobilização e julgamento de ações de violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio. Houve 2,9 mil audiências, 6,1 mil despachos, 12 júris e 9,1 mil sentenças. Em 2020, por causa da pandemia do novo coronavírus, só houve a edição do mês de março.

Durante as semanas da “Justiça pela Paz em Casa” também há ações de fortalecimento da rede de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, com seminários, palestras, formações etc.

Metas 8 e 9

A Cevid também acompanha o cumprimento das Metas 8 e 9 do Poder Judiciário.

Em 2019, o TJPA alcançou 71,2% da meta 8



Formulário de Avaliação de Risco é a ferramenta utilizada para avaliar e diagnosticar se a integridade física da vítima de violência doméstica está em perigo

nos casos de feminicídio e 71,9% nos casos de violência doméstica e familiar. O objetivo da meta 8 é julgar 50% dos casos pendentes de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12 do ano anterior.

Em 2020, após o envio do Plano de Ação à Presidência do Tribunal, solicitando auxílio às unidades judiciárias para o cumprimento da meta, o resultado da meta do feminicídio passou de 71,2%, em 2019, para 96,9%, em 2020. Na meta de violência doméstica, o resultado passou de 71,9%, em 2019, para 86,4%, em 2020, com o registro de 11.260 ações julgadas no ano.

Instituída em 2020, a Meta 9 consiste em integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário. O TJPA adotou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS5), que busca “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, com prevenção ou desjudicialização de litígios.

ÉRIKA NUNES

Cooperação

Foram firmados termos de cooperação técnica com instituições de ensino para assessoria jurídica nos Núcleos de Práticas Jurídicas do Cesupa e da Fibra, em Belém, e da Ulbra, em Santarém, além da parceria renovada com a Unama, que assegura às mulheres e a seus familiares, em situação de violência, atendimento na área da saúde mental.

Grupos reflexivos

A Comarca de Santarém mantém “Grupos Reflexivos”, que reúnem pessoas autoras de violência. Em Belém, foram certificados 16 facilitado-

res de “Círculos de Construção de Paz”, que buscam alternativas de resolução dos conflitos. Três varas da capital encaminharam mulheres em situação de violência doméstica e autores de violência para participar dos círculos, que envolveram 480 pessoas em 80 “Círculos de Diálogos”.

Estatísticas

Atendendo à solicitação da Cevid, a Coordenadoria de Estatística do TJPA construiu sistemas informatizados para monitoramento dos processos de violência doméstica contra a mulher e feminicídio, facilitando a prestação de informações e o acompanhamento do cumprimento de metas.

IGUALDADE DE GÊNEROS

Judiciário paraense estimula a participação feminina

Elas são a maioria entre os servidores e entre os magistrados de 3ª entrância e no desembargo



A Desembargadora Célia Regina Pinheiro, coordenadora da Cevid e do Comitê de Participação Feminina no TJPA, durante o seminário “A integração da Rede de Atendimento à Mulher”, em Belém, na 15ª edição nacional do Justiça pela Paz em Casa

Mais da metade do total da força de trabalho do TJPA (50, 31%) é composta por mulheres. Do total de 5.389 servidores e magistrados, 2.711 são do sexo feminino, enquanto 2.678 são do sexo masculino. Dentre os servidores, a participação feminina é de 2.577 mulheres, o que representa 51,07%.

Os números compõem o diagnóstico feito pelo Comitê Deliberativo de Participação Feminina no Poder Judiciário paraense, em 2019, e atualizado em julho de 2020.

Na magistratura, o Judiciário paraense conta com 343 juízes e desembargadores e as mulheres correspondem a 39,07%, ou seja, 134 desse total, em contraposição aos 209 magistrados do sexo masculino, representando 60,93%.

Quando os números são analisados por entrância, as mulheres são a maioria na 3ª entrância, correspondendo a 43% (42) dos magistrados, diminuindo a participação na 2ª entrância, 40% (39) e na 1ª entrância 17% (16).

Os dados demonstram, porém, que as mulheres são a maioria no desembargo paraense, totalizando 17 das 30 vagas, o que corresponde a 57%. (julho/2020)

O Comitê Deliberativo de Participação Feminina no Poder Judiciário paraense foi instituído em 19 de julho de 2019 para incentivar, mobilizar e monitorar ações que estimulem a participação feminina no âmbito institucional do Poder Judiciário do Pará, atendendo à política nacional de incentivo do CNJ.

Entre julho e agosto de 2019, houve pesquisa interna sobre a participação feminina no Poder Judiciário do Pará, com a participação de magistradas e servidoras. O objetivo foi identificar possíveis casos de discriminação no ambiente de trabalho, por questões de raça, etnia ou orientação sexual associadas ao gênero, além de possibilitar espaço para sugestões.

Isso resultou na criação de um canal de comunicação na página web do comitê, em que é possível receber denúncias, reclamações, críticas e sugestões relacionadas às questões de gênero, no âmbito institucional do TJPA.

O comitê coordenou também diversas

ações voltadas à igualdade de gênero no âmbito institucional, entre as quais rodas de conversas e seminários sobre a temática da mulher no judiciário, com apoio da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid).

O comitê também deliberou pela garantia, nas bancas de concursos do TJPA, da paridade de gênero, como incentivo à participação feminina institucional.

Para dar maior visibilidade e transparência às ações, foi criada a página do Comitê Deliberativo, no portal do TJPA, para estimular os debates relacionados à igualdade de gênero no Judiciário paraense.

No cenário de enfrentamento à pandemia de Covid-19, em 2020 o comitê programou ações nas plataformas virtuais, em parceria com a Escola Judicial, e promoveu o webinar “A Mulher no Judiciário: as Implicações de Gênero e outros Marcadores Sociais”, para discutir a situação da mulher no Judiciário, discriminação e acesso à Justiça, representatividade de gênero e suas interseccionalidades no Poder Judiciário.

MULHERES SÃO MAIORIA NO DESEMBARGO PARAENSE, OCUPANDO 17 DAS 30 VAGAS, O QUE CORRESPONDE A 57%.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CEIJ fortalece políticas públicas para crianças e adolescentes

Garantir os direitos de cidadania à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade é seu principal objetivo



Analistas judiciários de comarcas do interior, da área de psicologia, serviço social e direito, fazem o curso de entrevista investigativa para atuar em salas de depoimento especial

RICARDO LIMA



Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude (CEIJ) atua para garantir direitos de cidadania e sua principal estratégia é fortalecer as políticas institucionais para crianças e adolescentes.

A formação envolveu nove cursos para o público interno e externo, sobre temas que estão na ordem do dia para quem atua na promoção de direitos à infância e à juventude.

Entre os meses de agosto e setembro de 2019, o curso básico em técnicas de entrevista investigativa e depoimento especial de crianças e adolescentes no sistema de Justiça teve duas turmas presenciais, com carga horária de 40 horas/aulas e 10 participantes da capital e do interior, em

A CEIJ CRIOU CARTILHA INFORMATIVA PARA ORIENTAR O CONTRIBUINTE SOBRE A APLICABILIDADE DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA), CUJO LANÇAMENTO VIRTUAL FOI EM 8 DE ABRIL DE 2020.

cada uma delas.

Sobre o mesmo tema, o Encontro de Práticas em Depoimento Especial do TJPA foi a 2ª etapa de formação dos servidores, com três turmas presenciais, duas nos meses de agosto e setembro e uma em novembro, carga horária de 20 horas/aula e média de 15 participantes por turma.

Na área dos serviços de acolhimento, houve curso para voluntários, no âmbito do Programa Conta Comigo, com três turmas, entre 2019 e 2020, e 99 participantes, em parceria com a Escola Judicial e apoio da Unama

Um outro curso, para crianças e adolescentes dos serviços de acolhimento conveniados, envolveu a preparação ao apadrinhamento afetivo, na Unama, em Belém, em 2019, com duas turmas e 33 participantes.

Nos dias 2, 8, 15 e 22 de maio de 2019, houve curso de formação sobre apadrinhamento afetivo para profissionais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes da Comarca de Cas-

tanhal, com carga horária de 16 horas, no formato de oficinas e participação de 18 pessoas.

Adoção

Entre 6 de agosto e 16 de setembro de 2019, a Escola Judicial formou uma turma de ensino a distância, com 28 servidores inscritos e 16 concluintes, ao curso básico para facilitadores de preparação para adoção, com carga horária de 60 horas/aula.

“Os impactos do trauma, violência, abuso e negligência na vida da criança e do adolescente e a abordagem TBRI para o cuidado e o desenvolvimento destas crianças” foi tema do curso, entre 18 e 20 de novembro de 2019, para integrantes de equipes interprofissionais de serviços de acolhimento, grupos de apoio à adoção, Varas de Infância

e Juventude e Instituição Assistencial Lar de Maria.

Entre 16 de maio e 24 de junho de 2019 houve o curso, a distância, de formação inicial sobre Justiça Restaurativa.

No período de maio de 2018 e março de 2019, 15 facilitadores de processos circulares foram capacitados em curso presencial de formação para a área de violência doméstica, com carga horária de 100 horas, módulos teórico, vivencial e prático supervisionado.

A CEIJ também inseriu ementa de Disciplina sobre o Sistema Socioeducativo no Desenho Curricular da Formação Inicial de Juízes, promovido pela EJPA/TJPA.

Comunicação

Nas áreas de comunicação, divulgação e conscientização, destaca-se a série informativa Temas sobre Infância e Juventude, que, entre março de 2019 e agosto de 2020, publicou dez números no endereço <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/400245-serie-informativa.xhtml>.

Foi lançada a revista comemorativa “CEIJ 10 anos de trajetória, conquistas e desafios”, em 24 de junho de 2020.

A CEIJ reuniu em sua página informações

RICARDO LIMA

relevantes sobre a Covid-19, com recomendações aos profissionais que lidam com infância e juventude.

Também criou cartilha informativa para orientar o contribuinte sobre a aplicabilidade do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), cujo lançamento virtual foi em 8 de abril de 2020.

A CEIJ pesquisou as necessidades de utilização dos recursos do FIA junto às ONGS e apresentou os resultados, com recomendação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdac), para análise da possibilidade de lançamento de editais que atendam às necessidades apontadas.

Em maio de 2020, foi publicado o informativo da adoção no Pará, com dados atualizados do Estado, de acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Foram publicadas, também em maio de 2020, as Orientações Básicas para a Preparação de Crianças e Adolescentes Acolhidos para Adoção, reeditando o que já havia sido feito no início de 2019.

Curso de Introdução à Justiça Restaurativa reuniu 20 participantes, entre servidores e magistrados, das Varas de Violência Doméstica contra a Mulher



ÉRIKA NUNES

Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção da Paz recebem certificação pela Escola Judicial do TJPA

Aprimoramento

No dia 6 de junho de 2019, houve palestra sobre o Programa de Entrega Voluntária para Adoção, no III Seminário sobre Adoção, na Comarca de Abaetetuba, Baixo Tocantins, no Centro Pop, para pessoas em situação de rua.

Entre 2019 e 2020 houve duas celebrações de apadrinhamento afetivo e foram promovidas dez rodas de diálogos de acompanhamento do apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes do Programa Conta Comigo.

Em 15 de julho de 2020, o projeto Porto Seguro promoveu, por meio de plataforma de comunicação virtual, o I Círculo de Construção de Paz, com os profissionais do Serviço de Acolhimento de crianças de 7 a 11 anos, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho de Ananindeua (SEMCAT).

Em 14 de outubro de 2020, houve reunião in-

terinstitucional, coordenada pela CEIJ, para se retomar o planejamento de cronograma de Círculos de diálogos presenciais, considerando as deliberações das autoridades sanitárias.

Em 22 de outubro de 2020, o coordenador da CEIJ aprovou o projeto Rede em Ação: Adoção de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Reuniões Interinstitucionais *on line* do projeto Rede trataram da divulgação das orientações básicas para preparação de crianças e adolescentes acolhidos para adoção.

A CEIJ publicou a Recomendação nº 01/2020, em 20 de março, que orienta magistrados com competência em matéria de infância e juventude da Região Metropolitana de Belém a encaminharem os pretendentes e pais por adoção de crianças maiores de dois anos e adolescentes para participar das ações de orientação, escuta e apoio, no Projeto “Nós do Afeto”.

Articulação

Nas práticas compartilhadas e na articulação interna e externa destaca-se o provimento conjunto (001/2019), com as corregedorias de Justiça da Capital e do Interior, que orienta e institui diretrizes ao trabalho de preparação de crianças e adolescentes para colocação em família substituta, incluída a adoção.

Foi renovado também convênio entre TJPA e a Fundação de Assistência Social do Pará (Fasepa) para inclusão de adolescentes e jovens sob tutela do Estado, em atividades laborais de

cunho socioeducativo.

A Comissão Intersectorial de implantação progressiva de salas de depoimento especial promoveu sete reuniões, quatro das quais presenciais e três pela Plataforma *Teams*.

A participação no Observatório da Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes da Escola Judicial originou os Diálogos Interinstitucionais: Diagnósticos da Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes – Perspectivas e Soluções. No dia 30 de janeiro de 2019, foi realizada

exposição no Painel Perspectivas e Soluções para a Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência.

A CEIJ apoiou o IX Encontro Norte-Nordeste de Grupos de Apoio à Adoção, entre 14 e 16 de novembro de 2019, no auditório do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará. Com a EJPA, também apoiou o seminário “Conexões Pró Convivência Familiar e Comunitária” e a Oficina Grupo de Trabalho “Pró Direitos Humanos da Infância e Adolescência. O

seminário ocorreu nos dias 20 e 21 de agosto e reuniu 150 pessoas. A oficina, nos dias 22 e 23 de agosto, reuniu 30 convidados.

Entre julho e agosto de 2019, a CEIJ articulou junto ao Serviço de Acolhimento de crianças e adolescentes sob medida de proteção Espaço Recomeçar, em Belém, um momento de diálogo por meio de metodologia circular. A partir dessa proposta inicial, a CEIJ também encaminhou, para 2020, a continuação do Projeto de Rodas de Diálogo para crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Nos dias 19 e 20 de setembro de 2019, houve o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Norte, quando foi apresentado o Programa de Entrega Voluntária para Adoção, no Workshop “Adoção de Crianças na Primeira Infância”. No Painel “Boas Práticas do Sistema de Justiça implementadas na Região Norte” foi apresentado o tema “Justiça Restaurativa: formação de redes e atuação multidisciplinar para redução da vulnerabilidade e risco na primeira infância”.

No dia 24 de junho, foi realizado o Webinário “Direitos da Criança e do Adolescente em Tempos de Pandemia”, promovido pela CEIJ em parceria com a Escola Judicial.

De fevereiro a junho de 2020, a CEIJ fez pesquisa sobre o funcionamento das salas de depoimento especial no Pará. Os dados obtidos são fundamentais para delinear um retrato mais amplo e fidedigno das impressões de magistrados e servidores sobre essa iniciativa.

Foi criado o Comitê de Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 no Sistema Socioeducativo do Pará.

Em 16 de junho de 2020, a CEIJ promoveu reunião em plataforma virtual com os analistas que integram as equipes interprofissionais (assistentes sociais, pedagogos e psicólogos) dos Fóruns e Unidades Judiciárias do Pará, para consultá-los sobre os impactos causados pelo Regime Diferenciado de Trabalho imposto pela pandemia de Covid-19.

RICARDO LIMA

CEIJ acompanha a política de implantação das salas de depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência ou abusos

Outras ações

1º de fevereiro de 2019, participação no II Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas no Campo no Pará.

21 de fevereiro de 2019, participação no Seminário de Formação para Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos e a Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes, palestrando sobre Escuta Especializada e Depoimento Especial: Inovações da Lei 13.431/2017.

Nos dias 29 de março e 14 de junho de 2019, a CEIJ deu apoio a duas sessões de cinema do Projeto “Vamos todos ao Cinépolis”, com crianças dos espaços de acolhimento.

No dia 8 de abril de 2019, a 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém, em parceria com a CEIJ, promoveu palestra sobre “Os desafios do Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Brasileira”.

Entre 26 e 29 de abril de 2019, o Juiz Auxiliar da CEIJ, João Augusto de Oliveira Jr., Titular da 1ª Vara da Infância e Juventude, participou da formação continuada “Infância e Juventude: Questões Controvertidas”.

Em 3 de maio de 2019, o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, Coordenador Estadual da Infância e Juventude do TPA, participou do XIV Encontro do Colégio dos Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil.

No dia 18 de agosto de 2019, a CEIJ participou de audiência pública do Conselho Estadual de Educação, na Universidade da Amazônia, campus BR.

No dia 3 de setembro de 2019, a equipe técnica participou do treinamento para a operacionalização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

O Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e o juiz Vanderley de Oliveira Silva, titular da 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém, participam do Fórum Nacional da Justiça Protetiva - FONAJUP - e Fórum Nacional da Justiça Juvenil - FONAJUV.

No dia 10 de outubro de 2019, foi realizada a 19ª edição do Chá Literário, alusivo ao Dia das Crianças, promovida pela Biblioteca Des. Antônio Koury, com apoio da CEIJ.

Em 17 de fevereiro de 2020 foi realizada reunião ampliada para criação do Comitê Municipal da Criança e do Adolescente, na Sala Multiuso do Fórum Cível da Capital.

Em 21 de fevereiro de 2020, foi lançado o projeto Polo Produtivo para socioeducandos, a ser desenvolvido pela Fasepa e parceiros.

A CEIJ palestrou no I Congresso Brasileiro de Prevenção à Violência Sexual Infantojuvenil, de 12 a 15 de maio de 2020, em plataforma de comunicação virtual. Também participou da Roda de Conversa sobre Casamento Infantil, em 29 de maio de 2020, em plataforma de comunicação virtual, tendo como base de discussão o documentário “Casamento Infantil”, produzido pela Plan Internacional Brasil.

Em 9 de julho de 2020, a CEIJ apresentou em plataforma de comunicação virtual a sua publicação “Orientações Básicas para a Preparação de

Crianças e Adolescentes Acolhidos para Adoção”, a convite da Coordenadoria da Infância e Juventude - CIJ/TJPE, com o objetivo de fortalecer e ampliar a cultura adotiva no Estado de Pernambuco.

A magistrada titular da 5ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém solicitou à CEIJ que fizesse contato com a Coordenadoria de Infância do Mato Grosso do Sul para as tratativas necessárias à cessão do Curso de Preparação à Adoção: Nasce uma Família, na modalidade EAD, com carga horária de 40h, para preparar virtualmente os pretendentes a pais e mães por adoção, no contexto de pandemia.

A CEIJ participou do Café Jurídico, promovido pelo Núcleo de Práticas Jurídicas da UNIFAMAZ - Centro Universitário Metropolitano da Amazônia,

em 4 de setembro, em uma plataforma de comunicação virtual. A psicóloga da equipe interdisciplinar da CEIJ, France Cruz, abordou a Justiça Restaurativa.

Nos dias 13 e 14 de outubro de 2020, houve Webinário Semana da Criança 2020, na Plataforma *online* da EJPA.

Nos dias 28 de setembro e 27 de outubro de 2020, de 9h às 11h, por meio de plataforma digital, a CEIJ participou da reunião interinstitucional, a convite do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - COIJ, para dar continuidade às tratativas de implementação do Termo de Cooperação Técnica nº 014/2019, que visa ao cumprimento da Lei de Escuta Protegida de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Estado do Pará.

Jovens socioeducandos fazem apresentação musical durante evento voltado à Infância e Juventude, no auditório Desembargador Agnano Monteiro Lopes, no Fórum Cível da Capital

RICARDO LIMA



Central apoia o trabalho feito pelos magistrados

A Central de Comunicação Interna e Apoio à Magistratura (CCIAM) dá suporte técnico-jurídico e operacional-administrativo aos magistrados e, quando solicitada, faz pesquisas de doutrina, jurisprudência, atos normativos internos, fornecendo subsídios para auxiliá-los no desempenho das funções jurisdicionais.

Também está sob sua responsabilidade o gerenciamento dos sistemas de terceiros. Desta forma, atende aos pedidos de ativação, reativação, exclusão de usuários, inclusão de varas e geração de senhas de acesso aos sistemas que integram a base de dados referentes a temas de interesse do Judiciário.

Também cabe à CCIAM a elaboração e o envio semanal do lotacionograma e do Manual de Sistemas a diversos setores do TJPA e a outros órgãos públicos e privados.

SUSTENTABILIDADE

Descarte consciente orienta a política socioambiental do TJPA

Quase quarenta mil toneladas de resíduos sólidos foram processados e descartados de forma correta

Reciclagem e reutilização de papel, coleta seletiva de material descartado e ações para melhorar a qualidade de vida de magistrados, servidores e colaboradores.

Esse foi o tripé em que se assentaram as atividades socioambientais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) no biênio 2019-2021.

Desde julho de 2018, o TJPA implantou a política de uso de resmas de papel reciclado, que reduziu de forma significativa o consumo de papel A4 nas áreas meio e fim do Judiciário.

Servidores treinados fazem a coleta, a triagem e guardam o papel nas embalagens originais das resmas, reutilizando-as até o descarte, conforme prevê a licitação circular.

O papel coletado se transforma em resmas reutilizáveis, criando-se uma rotina sustentável.

Foram produzidos e distribuídos ao corpo funcional da capital e do interior e a autoridades estaduais e nacionais, 4,6 mil calendários sustentá-

veis, feitos a partir de papel reciclado.

Perigosos

O projeto Descarte Consciente, de coleta seletiva, recolheu e descartou de forma correta 39,9 mil toneladas de resíduos sólidos, separados conforme Norma Regulamentar da ABNT, como perigosos e não perigosos.

O Projeto Descarte Legal de Eletrônicos, que envolve três cooperativas de Belém no tratamento de resíduos desta natureza, recebeu 369,12 quilos de eletrônicos, dentro do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Eletroeletrônicos do Instituto GEA, de São Paulo, que capacitou as cooperativas locais.

Fabricantes e a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica receberam, respectivamente, 5,9 mil quilos de suprimentos de impressão e 786,68 quilos de pilhas/baterias, dentro da política de logística reversa.

A empresa que faz o tratamento de resíduos de saúde recebeu 609,19 quilos de material coletado.

Cooperativa de reciclagem faz a última coleta de material do ano no depósito do prédio-sede, em Belém: Descarte Consciente destinou de forma correta quase 40 mil toneladas de resíduos no biênio



ÉRIKA NUNES

Não perigosos

Cinco cooperativas de coleta e reciclagem de material descartado receberam 31,2 mil toneladas de material, o que possibilitou a inclusão socioeconômica de 210 famílias e reduziu a degradação ambiental pelo reuso da matéria-prima.

Feiras

No âmbito da qualidade de vida, foram promovidas 17 feiras da agricultura familiar, durante as quais pequenos agricultores comercializam produtos orgânicos de qualidade, diretamente com o consumidor, fomentando a economia circular e a cultura de sustentabilidade. Todas as feiras contaram com a participação de equipe de enfermagem e nutrição para orientação alimentar.

CINCO COOPERATIVAS, ENVOLVENDO 210 FAMÍLIAS, RECEBERAM 31,2 MIL TONELADAS DE MATERIAL DESCARTADO, O QUE PERMITE A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA E REDUZ A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

VANGUARDA

TJPA está no Comitê do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário

Representação é importante para o acesso a estudos, tecnologia, metodologia e interpretações referentes à auditoria interna

O Índice de Redução de Ocorrências (IRO) é o parâmetro usado para acompanhar os inventários semestrais dos almoxarifados, medindo avanços e retrocessos das ações



RICARDO LIMA

Preventiva

A auditoria preventiva alerta os gestores sobre riscos de inconformidade ou irregularidades no momento em que os atos administrativos estão sendo praticados.

A atuação preventiva e concomitante possibilita intervenção e contenção antes que se concretizem atos que contrariem o planejado e permite ao gestor uma visão panorâmica do processo durante todo o seu curso.

Treinamento

O TJPA atendeu à demanda do CNJ por capacitação profissional dos auditores durante a pandemia, por meio de parcerias com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Também buscou cursos, palestras, seminários e capacitações em plataforma de treinamento *online* e webinários, junto ao TCU, CNJ, TJDF, TJMT, CONACI e IIA.

Com os incentivos, as capacitações alcançaram índices recordes e, entre junho e outubro de 2020, a unidade obteve mais de 60 horas/auditor. O número foi 66% maior em relação aos meses de janeiro a maio de 2020, quando muitos eventos eram presenciais.



Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) está representado no Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud), por meio de sua secretária de Unidade de Auditoria, eleita para o biênio 2020-2022, oportunidade de estar entre o grupo de vanguarda em estudos, tecnologia, metodologia e interpretações voltadas à auditoria interna.

O Código de Ética e o Estatuto da Auditoria Interna do TJPA estão em fase de análise pela Presidência. As normas atendem à Resolução 309/2020 do CNJ, que aprovou as diretrizes técnicas da auditoria interna governamental do Poder Judiciário. São princípios, conceitos e requisitos fundamentais para a prática profissional da auditoria interna no Judiciário do Pará.

Orçamento

Com o advento do Monitoramento da Execução Orçamentária, a SCI avança no controle da aplicação dos recursos. Trata-se de uma evolução

do “Relatório de Acompanhamento das Receitas”. O novo formato abrange as despesas realizadas, proporcionando à gestão do TJPA a visualização real dos ingressos de recursos e suas aplicações.

Cadeia de valor

Com base na Cadeia de Valor do TJPA, a Auditoria Interna utiliza a Matriz de Priorização de Processos para traçar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base nos critérios de Relevância, Criticidade e Materialidade, de modo a indicar os processos auditáveis mais urgentes.

Almoxarifados

Foi elaborada nova metodologia de análise para monitorar ocorrências identificadas nos inventários semestrais dos almoxarifados, denominada IRO (Índice de Redução de Ocorrências), capaz de medir o avanço ou retrocesso da unidade em relação ao semestre anterior. Através dessa metodologia, cada almoxarifado é incentivado a buscar um alto desempenho, com a obtenção de melhor valor de IRO a cada semestre, criando um ambiente de mútua cooperação.

A ATUAÇÃO PREVENTIVA E CONCOMITANTE POSSIBILITA INTERVENÇÃO E CONTENÇÃO ANTES QUE SE CONCRETIZEM ATOS QUE CONTRARIEM O PLANEJADO.

ACOMPANHAMENTO

Divisão avalia processos e gestão de riscos no TJPA

Análise de conformidade, cadeia de valor e controles internos são outros temas de responsabilidade do setor



Divisão de Acompanhamento analisou a conformidade de mais de 1,5 mil processos no biênio 2019-

2021, mil dos quais em 2019 e 500 em 2020, quando as unidades fortaleceram seus controles dos processos de pessoal que antes tramitavam por este setor. A redução da demanda por conformidade processual permitiu o acompanhamento da implementação da Gestão de Processos e do Sistema Normativo no Tribunal de Justiça do Pará.

Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos

A Cadeia de Valor é a representação gráfica dos macroprocessos e processos de trabalho das unidades judiciais e administrativas, para que o TJPA cumpra a sua missão institucional. Iniciada pela Secretaria de Controle Interno em 2018, foi concluída pela Divisão de Acompanhamento, em 2019, e está sob análise pela alta gestão e, após vali-

dação, será publicada no Portal do TJPA na internet.

A Arquitetura de Processos é o instrumento gerencial que consolida o conjunto de processos executados pelo TJPA, identifica os mais relevantes, observa o alinhamento com a estratégia organizacional, apoia a gestão de riscos e de controles internos.

Trata-se de uma ferramenta importante na elaboração do Projeto de Gestão das Atividades Administrativas. Elaborada pela Secretaria de Controle Interno em 2018, foi revisada e aperfeiçoada pela Divisão de Acompanhamento neste biênio e validada pelas unidades administrativas.

Controles internos

Grupo de Trabalho composto por servidores das diversas unidades administrativas do TJPA, coordenado pela Divisão de Acompanhamento, elaborou e revisou normativos internos da atividade administrativa sobre a tramitação de processos administrativos à Divisão de Acompanhamento e sobre regras e diretrizes da etapa de planejamento das contratações.

AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE ENGENHARIA E ARQUITETURA FORAM AS PRIMEIRAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS A TEREM DEFINIDOS SEUS PLANOS DE GESTÃO DE RISCOS

Paralelamente, as unidades responsáveis pelos processos de gestão de pessoas passaram a aplicar as listas de verificações desenvolvidas pela Divisão de Acompanhamento, publicadas no site do Tribunal.

Em 2020, com o fortalecimento dos controles nos setores administrativos, houve a atualização das diretrizes por meio de portarias (683; 686; 685; 2485/2020-GP)

Gestão de Processos

A Divisão de Acompanhamento está iniciando os trabalhos em Gestão de Processos em duas frentes e em duas etapas distintas:

Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Por força da Meta 9 do CNJ, e a pedido da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), em 2020 se iniciou a Gestão de Processos nas três Varas de Violências Doméstica e Familiar Contra a Mulher

da Comarca da Capital, com identificação dos processos, modelagem do processo de Medida Protetiva de Urgência, que resultou na apresentação de proposta de padronização. O fluxo padronizado será incorporado ao Manual em elaboração pela Cevid. O trabalho de Gestão de Processos naquelas unidades continuará no exercício de 2021, com a modelagem dos demais processos de trabalhos.

Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém

A Divisão de Acompanhamento está encarregada de implantar o Modelo de Gestão de Unidade Judiciária proposto pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), na 8ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém. O processo de implantação se iniciou com a revisão de Planos de Ação e está prevista a entrega do Manual do Sistema de Gestão e dos seis manuais de rotina devidamente validados.

Além desses processos, a equipe da Divisão de Acompanhamento fez a modelagem dos processos de trabalho da Central de Mandados e do Serviço de Contadoria do Juízo e Partilha.

Gestão de riscos

As secretarias de Administração e de Engenharia e Arquitetura do TJPA foram as primeiras unidades administrativas a terem definidos seus planos de Gestão de Riscos, conforme a política adotada para o setor pelo Judiciário a partir de julho de 2019, com ações voltadas à elaboração da Matriz de Riscos, ao Plano de Tratamento e Controle e ao Plano de Comunicação e Consulta.

No início de 2020, por causa da pandemia, foi elaborado um Plano de Gestão de Riscos institucional para o combate ao coronavírus.

Ainda em 2020, a implantação da Gestão de Riscos no TJPA avançou para a Secretaria de Gestão de Pessoas e para a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, além de setores e unidades específicas, como o Serviço de Licitações e a Escola Judicial do Pará.

COMEÇAR DE NOVO

Digitalização garante reinserção a 77 egressos do sistema penal

Programa garante proteção social, capacitação profissional e inclusão produtiva para evitar a reincidência

Convênio para a digitalização de processos abriu oportunidade para a reinserção de egressos do sistema penitenciário em uma atividade produtiva remunerada com bolsa



RICARDO LIMA

Com 10 anos de atuação, o programa Começar de Novo foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para promover ações afirmativas de reinserção social de apenados e custodiados do Sistema Penitenciário do Pará.

O objetivo é reduzir a reincidência criminal a partir da garantia de proteção social, capacitação profissional e inclusão produtiva.

O Convênio de Digitalização com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), desde 2013, e prorrogado em 2019 por mais 2 anos, é a experiência mais exitosa do Programa, pois vem sendo continuamente ampliado, totalizando, em novembro de 2020, 77 bolsistas, 62 dos quais em Belém (distribuídos na Central de Digitalização de 1º e 2º graus, Central do Fórum Cível, Central de Ananindeua e Arquivo Regional de Belém), nove em Santarém e seis em Marabá.

Em 2019 houve ampliação de vagas do convênio para o interior do Estado, com três vagas

para a Comarca de Santarém.

Em 2020 foram disponibilizadas mais seis vagas, totalizando nove bolsistas para a Comarca de Marabá.

Em ambas as comarcas os egressos foram selecionados e são acompanhados pela equipe técnica das respectivas Varas de Execução Penal, com o suporte da equipe técnica do programa.

Ampliação

Em maio de 2019 houve ampliação de duas vagas para egressos no Tribunal Regional Eleitoral, totalizando quatro bolsistas exercendo funções naquele órgão.

Realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/PA) e financiados pelo TRE/PA, houve dois cursos de informática básica e um de manutenção de notebook, capacitando 36 egressos, a maior parte aproveitada como bolsista do Convênio Digitalização. Durante o ano de 2020, os cursos programados foram suspensos por causa da pandemia.

Ações com bolsistas do Convênio Digitalização em 2019

- > Roda de Conversa com Equipe da Polícia Militar responsável pela Segurança Predial do Arquivo Regional, com objetivo de propor reflexão sobre a importância da inclusão produtiva e ações de reinserção social;
- > Roda de Conversa “Violência contra a Mulher”, para sensibilizar, orientar e prevenir a respeito da violência contra a mulher, como medida de prevenção no combate a esse crime, com Riane Freitas e equipe técnica do Programa;
- > Roda de Conversa “Relações de pertencimento e novas possibilidades”, com objetivo de sensibilizar, refletir e aprender novas formas de lidar com estereótipos e rótulos construídos socialmente, sendo facilitadores: Especialista Tatianne Medeiros e equipe Técnica do Programa;
- > Oficina “Drogas, dependência e Recuperação”, com objetivo de problematizar a questão da dependência

EM 2019 HOUVE AMPLIAÇÃO DE VAGAS DO CONVÊNIO PARA O INTERIOR DO ESTADO, COM TRÊS VAGAS PARA A COMARCA DE SANTARÉM

química, para evitar a reincidência, tendo como facilitador a equipe do grupo Fortiori Consultoria

O programa atende diariamente à demanda espontânea, faz cadastros, orienta e encaminha para a rede de serviços.

Entre os cursos e treinamentos, ressalta-se a participação no Encontro de Formação dos Escritórios Sociais, em outubro de 2019, em Teresina/Piauí, onde houve visitas e reuniões com secretarias de Estado para futuras parcerias.

PREVENÇÃO

Segurança assegura livre acesso à Justiça

Plano prevê medidas para resguardar a integridade de magistrados, servidores e jurisdicionados



Fórum da Comarca de Tomé-Açu recebeu o projeto piloto de segurança institucional do Judiciário, a partir do qual a experiência será estendida a outras comarcas

RICARDO LIMA

A segurança institucional dos cidadãos que precisam dos serviços da Justiça, dos magistrados e dos servidores é um dos deveres fundamentais do Poder Judiciário, para garantir um dos fundamentos do regime democrático: o livre acesso dos cidadãos à Justiça.

Em agosto de 2020, o Pleno do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) aprovou o Plano Orgânico de Segurança do Poder Judiciário do Pará, cuja finalidade é prevenir e evitar agressões de qualquer natureza contra pessoal, áreas, instalações, documentos, materiais e sistemas de informações do Poder Judiciário do Pará.

O plano prevê medidas para garantir a segurança de magistrados e seus familiares em situação de risco, de servidores e cidadãos que buscam atendimento judicial.

Foi aprovado também o Plano de Proteção e

Assistência a Magistrados em situação de risco ou ameaçados, além da resolução que visa ao controle de acesso aos prédios do Judiciário.

No biênio 2019-2021, 194 solicitações de segurança de magistrado foram atendidas no interior do Estado e cinco magistrados contam com serviço de escolta.

Mais de 11 mil armas foram recolhidas dos Fóruns de 167 comarcas do Estado. Foram 5,8 mil armas de fogo e 5,4 mil armas brancas, elementos de prova de processos criminais.

Essa ação é fundamental para prevenir tentativas de roubo desse armamento por parte de criminosos e proporcionar segurança a magistrados, servidores e cidadãos.

Novos postos

Com a convocação de 112 policiais militares

da reserva, foram criados 18 novos postos de segurança, 12 dos quais na capital e 6 nas comarcas de Ananindeua, Marabá, Castanhal, Benevides, Altamira e Marituba.

O incremento de policiais militares da reserva permitiu que a segurança fosse estendida a 22 postos em sete municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB) e do interior.

O efetivo de militares ativos realiza a segurança e apoio em sete prédios da RMB e do interior.

Sete projetos de combate a incêndio e pânico dos Fóruns Criminal e Cível de Oriximiná, São Félix do Xingu, Castanhal, Santarém e do novo prédio da Corregedoria Geral foram aprovados junto ao Corpo de Bombeiros.

Foram vistoriados também 22 prédios, todos em conformidade com a legislação de prevenção e combate a incêndios.

MAIS DE 11 MIL ARMAS FORAM RECOLHIDAS DOS FÓRUMS DE 167 COMARCAS DO ESTADO. FORAM 5,8 MIL ARMAS DE FOGO E 5,4 MIL ARMAS BRANCAS, ELEMENTOS DE PROVA DE PROCESSOS CRIMINAIS.

INCLUSÃO

Judiciário trabalha para garantir o acesso a pessoas com deficiência

Plano de Acessibilidade Arquitetônica foi elaborado a partir do diagnóstico nos prédios do Judiciário na capital e no interior

No período de 7 a 31 de agosto de 2020, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) fez consulta divulgada nos portais do TJPA para obter um diagnóstico das necessidades especiais do público interno e sobre a situação da Acessibilidade no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A consulta reúne dados objetivos, opiniões e sugestões que serão cotejadas com as informações institucionais e está disponível para todas as unidades judiciais e administrativas do TJPA.

Plano de acessibilidade

O Plano de Acessibilidade Arquitetônica do TJPA integra o Plano de Gestão do biênio 2019-2021 e está vinculado à iniciativa estratégica de Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) orienta a adequação das atividades dos órgãos do Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações

da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Por meio do diagnóstico dos edifícios, nos anos de 2017 e 2018, foi possível planejar as ações no TJPA para garantir os direitos dos cidadãos.

O plano foi elaborado em seis etapas: definição dos critérios de elaboração; especificações técnicas para novas aquisições e projetos; adequação dos projetos em andamento; situação dos edifícios do Poder Judiciário estadual, com foco na acessibilidade e, finalmente, estabelecimento de prioridades.

Foi desenvolvido o ranking de prioridades de ações, que classifica quais comarcas receberão os serviços de remoção de barreiras físicas prioritariamente.

A finalidade é eliminar, mediante planejamento objetivo, de médio e longo prazos, todas as barreiras físicas dos edifícios do TJPA, garantindo acessibilidade conforme a capacidade operacional da Secretaria de Engenharia e Arquitetura e disponibilidade orçamentária e financeira.

Em setembro de 2019, foram instaladas pla-



Prédio Desembargador Humberto de Castro, do Fórum de Vitória do Xingu, na região sudoeste, obedece a todas as normas de acessibilidade

DIVULGAÇÃO

taformas elevatórias para garantir aos usuários o direito de se locomover por todos os pavimentos dos edifícios das comarcas de Óbidos, no oeste do Pará, e Parauapebas, na região sudeste.

Em novembro e dezembro de 2019, as Comarcas de Belém, Viseu e Vitória do Xingu receberam plataformas elevatórias, banheiros acessíveis, rampas de acesso externo, portas e corredores nas larguras adequadas, sinalização visual com contraste de cores, uso de Braille e demais elementos que garantem acessibilidade plena a todos os usuários.

Em fevereiro e março de 2020, foi garantido o direito de pessoas com deficiência usarem instalações sanitárias adequadas e seguras nas unidades judiciais das comarcas de Ponta de Pedras e Chaves, no Marajó.

Núcleo

Em 18 de junho de 2020, a partir de discussões na Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), foi criado o Núcleo de Promoção da Acessibilidade e Inclusão (NPAI) para dotar o Tribunal de uma estrutura responsável por articular e implementar ações para garantir acessibilidade, na perspectiva da intersetorialidade.

RANKING DE PRIORIDADES DE AÇÕES CLASSIFICA AS COMARCAS NAS QUAIS A REMOÇÃO DE BARREIRAS FÍSICAS É PRIORITÁRIA.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Comissão aprova dez projetos estratégicos para as metas

Criação de varas e redefinições de competências são alguns dos temas sob a responsabilidade da comissão



Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos processa e avalia todas as questões relacionadas à criação de varas, redefinição de competências, acompanhamento de projetos enviados à Assembleia Legislativa, criação de cargos, serviços auxiliares da justiça de 1º e 2º graus etc.

Sua missão é dar parecer e votar no julgamento em sessões compostas por um desembargador presidente e cinco membros, os dois corretores de Justiça e três indicados pelo presidente do Tribunal de Justiça.

Houve nove reuniões, durante as quais foram aprovados 10 anteprojetos para auxiliar o cumprimento das metas do Plano de Gestão do TJPA para o biênio 2019-2021.

Foram aprovados anteprojetos de lei para os seguintes temas:

- > Revisão Anual dos Servidores do TJPA.
- > Criar Unidade Judiciária dos Juizados Especiais de Parauapebas.
- > De lei Complementar que trata do Fundo de Aparentamento do Poder Judiciário.
- > Que trata da reorganização das unidades administrativas do Poder Judiciário do Pará. Transformação da Secretaria de Controle Interno em Unidade de Auditoria Interna.
- > Criação das gerências administrativas.
- > Alteração da Lei de Custas, visando a possibilitar a cobrança administrativa de custas pendentes de arquivamento.
- > Da conversão de 1/3 de férias dos magistrados em pecúnia.
- > Desafetação de bem público sob a forma de permuta ou doação entre o Tribunal de Justiça do Pará e os municípios de Redenção, Limoeiro do Ajuru e Santo Antônio do Tauá.

Resoluções

Em 2019, foram aprovadas 13 resoluções, dentre as quais destacam-se:

- > A que regulamenta a composição do colegiado para julgamento de feitos envolvendo organizações criminosas, na forma da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012.
- > A que regulamenta a remoção dos servidores do Poder Judiciário do Pará e dá outras providências.
- > A que institui e regulamenta o Comitê Único Gestor Regional e Orçamentário de primeiro grau e o Comitê Orçamentário de segundo grau.
- > A que trata da instalação da Vara Criminal da Comarca de Xinguara.
- > A que dispõe sobre a reestruturação do Sistema do Juizado Especial Cível e Criminal do Pará.
- > A que dispõe sobre a redefinição da competência e transformação da 8ª Vara de Família da Capital para 15ª Vara Cível e Empresarial da Capital.
- > A que dispõe sobre a alteração no art. 3º da Resolução nº 27, de 19 de dezembro de 2018, modificando os efeitos financeiros do reajuste no subsídio da magistratura do Pará.

UM DOS PROJETOS APROVADOS É A TRANSFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO EM UNIDADE DE AUDITORIA

2020

Em 2020 foram aprovadas sete resoluções até novembro.

- > A que criou o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas Repetitivas (Numoped) e o Selo “Empresa Amiga da Justiça”.
- > A que altera as Regiões Judiciárias do Poder Judiciário do Pará.
- > A que dispõe sobre as férias dos magistrados do Judiciário do Pará.
- > A que regulamenta a concessão, gozo e indenização de Licença-Prêmio à magistratura do Pará.
- > A que institui o Plano Orgânico de Segurança do Judiciário.
- > A que trata do Plano de Proteção e Assistência a magistrados em Situação de Risco.
- > E que instala a Vara Única da Comarca de Vitória do Xingu.



LINHA DIRETA

Ouvidoria Itinerante fez mais de quatro mil atendimentos

Solução dos problemas apresentados pelos jurisdicionados alcançou 85%



A institucionalização do Projeto Ouvidoria Itinerante facilitou a comunicação entre o cidadão e o Tribunal de Justiça. Na Região Metropolitana de Belém, nos polos de Icoaraci, Ananindeua e Fórum Cível de Belém, a Ouvidoria Itinerante fez 4,2 mil atendimentos, com um percentual de solução de 85%, conforme a tabela.



ANO	TRIMESTRE	TOTAL DE ATENDIMENTOS	MODALIDADE		TIPOS DE SOLICITAÇÃO			% DE SOLUÇÃO
			E-MAIL/SISTEMA INFORMATIZADO	PESSOALMENTE	MOROSIDADE	INFORMAÇÕES	OUTROS	
2019	1º	280	224	56	158	121	1	90
	2º	457	417	40	229	217	11	87
	3º	577	537	40	323	218	36	80
	TOTAL	1314	1178	136	710	556	48	86
2020	1º	735	718	17	356	354	25	85
	2º	1048	1048	-	413	600	35	88
	3º	1146	1131	15	561	560	30	80
	TOTAL	2929	2897	32	1130	1454	90	84
ATENDIMENTOS NO BIÊNIO		4243	4075	168	1840	2010	138	85

FONTE: OUVIDORIA JUDICIÁRIA

PLANO DE AÇÃO

Trabalho remoto reafirma valor da comunicação

Ferramentas digitais mantiveram magistrados e servidores conectados ao Grupo de Trabalho Intersetorial durante a crise provocada pela pandemia

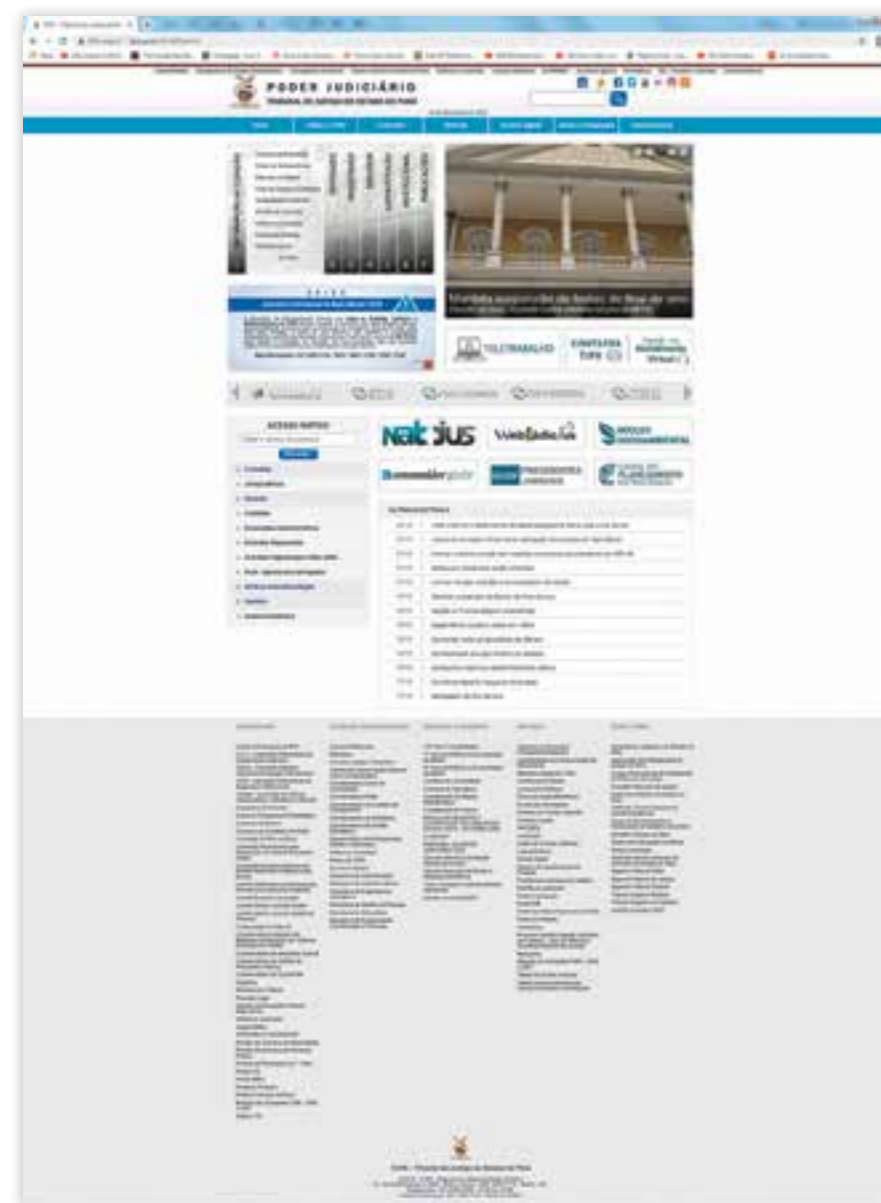


No contexto desafiador da pandemia do novo coronavírus para todos os setores do Judiciário, a comunicação do TJPA elaborou um Plano de Ação a partir do planejamento, pesquisas e estudos definidos pela gestão para garantir a segurança de servidores, magistrados e colaboradores, tanto durante a quarentena quanto no retorno gradual ao trabalho presencial. Cerca de 1,4 mil matérias, *spots*, vídeos e peças gráficas para as redes sociais foram produzidas nesse período.

Ferramentas digitais já utilizadas pela Comunicação do TJPA, como as listas de transmissão do Whatsapp, foram ampliadas e se tornaram essenciais para difundir orientações emanadas do Grupo de Trabalho intersectorial, no

DURANTE O BIÊNIO, A COORDENADORIA DE IMPRENSA ELABOROU 6,2 MIL MATÉRIAS SOBRE O TJPA

MATÉRIAS E FOTOS PARA O PORTAL



Notícias publicadas no Portal: **2.649**

Portal Externo: **1.760**

Portal Interno: **284**

Ambos: **605**

período em que o acesso aos meios tradicionais de comunicação se tornou limitado por conta do trabalho remoto. As informações passaram a chegar diretamente aos celulares de magistrados e servidores.

Durante o biênio, a Coordenadoria de Imprensa, vinculada ao Departamento de Comuni-

cação, que tem como principal atribuição a produção diária de matérias jornalísticas sobre o Poder Judiciário do Pará, publicadas em diferentes plataformas e meios de comunicação, elaborou 6,2 mil matérias sobre o TJPA, entre espontâneas (por iniciativa dos jornais e portais de notícias) e provocadas pela Coordenadoria de Imprensa.

PERFIS EM REDES SOCIAIS

Campanhas educativas, serviços etc. no Facebook, Instagram, Youtube, Flickr e vídeos digitais em listas de transmissão no Whatsapp

Facebook

Seguidores:
18.738

Alcance de pessoas
(O número de pessoas que viram qualquer conteúdo da sua Página ou sobre a sua Página):
230.893

Instagram

Seguidores:
22 mil

Interação:
73.870



Twitter

Seguidores:
1.906

Visualizações dos tweets:
184.746

WEB RÁDIO

Matérias produzidas pela Web Rádio Jus e distribuídas a rádios de todo o país por meio da Agência Rádio Web

Reportagens e notas:
719

Acesso e aproveitamentos por outras rádios (comerciais, comunitárias e educativas):
39.771

Papo Justo

Podcast

Papo Justo é o nome do podcast do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Produzido pela Web Rádio Jus, com o apoio da Agência Radioweb, o programa traz para a internet, em linguagem informal, temas que estão na ordem do dia, na pauta da sociedade e do Judiciário brasileiros. Desde a estreia, em 24 de janeiro deste ano, foram veiculados 16 programas em plataformas de *streaming*, tais como Spotify, Deezer e Google *Streamings*. Os programas também foram disponibilizados às mais de 2,2 mil rádios afiliadas à Agência Radioweb, com um total de 1,4 mil apro-

veitamentos em mais de mil emissoras por todo o País, entre comerciais, comunitárias e educativas. O Papo Justo contou com a participação de magistrados, quadros técnicos do TJPA, integrantes do sistema de Justiça e jurisdicionados. Eles falaram sobre temas relacionados à infância e à juventude, à violência doméstica e familiar contra as mulheres, conciliação, adoção, racismo, ressocialização, saúde e violência sexual contra crianças e adolescentes. Os programas podem ser ouvidos e baixados na aba de podcast, no player da webradiojus.com.br

COMUNICAÇÃO INTERNA



Mídia Indoor - TVER

Exibição de vídeos de interesse público em cerca de 200 monitores da empresa TVER, instalados em shoppings, acadêmicas, livrarias.

Mídia Indoor

Produção de **300** vídeos

Cerimonial

Vinculada ao Departamento de Comunicação do Tribunal de Justiça do Pará, a Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas cuida dos eventos Institucionais do Poder Judiciário do Pará, emite telegramas e e-mails institucionais para magistrados e servidores, além de congratulações a autoridades em geral, emite convites para os eventos e faz as produções gráficas em geral.

No biênio 2019-2021, o Cerimonial atuou na recepção de autoridades nacionais em visita ao Poder Judiciário do Pará, organizou eventos institucionais e produziu materiais gráficos para divulgação desses eventos.

Com a pandemia de Covid-19, a partir da segunda quinzena de março de 2020, as atividades do Cerimonial se modificaram em relação a procedimentos e protocolos, com eventos remotos,



Produção de cartaz para o show beneficente 'Pérolas Musicais'

virtuais e híbridos.

A Coordenadoria de Cerimonial também esteve integrada às várias ações da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência

Doméstica e Familiar (Cevid/TJPA), nas atividades referentes à celebração da Lei Maria da Penha, em agosto; e nos "16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher", em novembro.

ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CERIMONIAL - 2020

	EVENTOS/ GERAL	CORRESPONDÊNCIAS GERAIS	EMISSÃO/ CONVITES	LAYOUTS/CERTIFICADOS PRODUÇÕES GRÁFICAS
Janeiro	02	280	200	24
Fevereiro	02	240	220	15
Março	09	290	190	16
Abril	03	220	-	14
Mai	06	250	-	14
Junho	05	240	-	12
Julho/Agosto	04	240	150	17
Setembro	08	220	150	14
Outubro	07	290	230	20
Novembro	05	190	220	24
Dezembro	09	250	200	22
Números finais	60	2.710	1.560	192
Média Mensal	5	226	130	16

Projetos coordenados/executados pela Coordenadoria de Cerimonial em 2020

1. Homenagem às Mulheres/Dia Internacional da Mulher/;
2. Eventos virtuais e eventos híbridos;
3. Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré aos prédios do TJPA;
4. Organização da visita guiada de estudantes e outros grupos ao edifício-sede do TJPA;
5. Parceria e organização de eventos de outros órgãos públicos, como o governo do estado do Pará, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará e o Tribunal Regional do Trabalho – 8ª Região;
6. Elaboração de documentos administrativos para a contratação de serviços, a saber: gráficas/impressos, buffet e decoração; também há o acompanhamento, com fiscalização, do contrato de passagens aéreas.

EXPEDIENTE

Coordenação e supervisão editorial
Departamento de Comunicação

Linomar Bahia - diretor

Coordenadoria de Imprensa

João Vital - coordenador

Marinalda Ribeiro - sub-coordenadora

Edição e texto final

Edir Gaya

Edição de arte

Airton Nascimento

Revisão

Lais Zumero

Coordenação técnica

Departamento de Planejamento,
Gestão e Estatística

Jonelson Magno Dias, diretor

Jéssica de Bosi Araújo

Lorena Magalhães Freire

Luciana da Costa Souza

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Valéria Athayde Fontelles de Lima, coordenadora

Alcimar Martins Junior

David Borges Reis e Silva

Luciana Sá Fernandes

Luciana Vieira Caliari

Lilian Maria Chaves da Cunha Lamarão

